



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**189ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 17, 18 e 19 de maio de 2011**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**189ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

**Data:** 17, 18 e 19 de maio de 2011

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e onze teve início a Centésima Octogésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE, Carlos Eduardo Ferrari. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Brenda Ferreira Silva, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, FONSEAS; Conselheira Anna Cláudia Romano Pontes, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Conselheira Fátima Aparecida Rampim, Ministério da Previdência Social; Conselheiro José Ferreira Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Federação Nacional das APAES; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB; e, Conselheira Iolete Ribeiro da Silva, Conselho Federal de Psicologia.

**Visitantes:** Núbia de Oliveira Silva, CEAS/GO, Alexandre S. Fernandes, CEAS/GO; Manoel Alves, Bezerra Neto, FONACEAS; Maria Dolores C. Pinto, FENAPAE; Dideane Alves Nunes, CEAS/PE; Ana Cristina Brito Arcoverde, CEAS/PE; Marina M., CFP; Isadora Rodrigues M. Louzeiro, UnB; Adriano Borges Domingos da Silva, Articulação Fórum Assistência Social/SP; Edilar Cruz, CEAS/RS; Kellye Ribas Machado, PM Campinas/SP; Silvia Helena Villas Boas, CMAS/Campinas/SP; Rita de Cássia Assunção, PM Campinas/SP; Suely T. Reis, SMAS/Campinas/SP; Maria Joaquina de Jesus, CEAS/GO – FONACEAS; Bruna Chaves da

Silva, UnB; Tatiane Bevilacqua, CMAS/Florianópolis/SC; Solange Bueno, CMAS/Florianópolis/SC; Maria Helena G. Osório, Mattos, Advogados; G.M. Silva, SINPSI/BA; Ângela Santos, DAPES/SAS/MS; Maria de Fátima da Silva, CMAS/Recife/PE; Leovane Gregório, CMAS/Florianópolis/SC; Maria de Fátima Costa Barros Coutinho, CEAS/AL-FONACEAS; Gláucia Gomes, CAS/DF –AMPARE; Ana Beatriz de Almeida, CAS/DF; Mirella Martins, CAS/DF; Daisy Barreto Constâncio, CAS/DF; João Francisco S. de Lima, PM São José dos Campos/SP; Carlos Nambu, Rede Salesiana de Ação Social/SP; Camila Fernanda Santana, Centro Social de Votuporanga/SP; e, A. Cynthia dos Santos Costa, UnB. **ABERTURA.** Dando início à reunião, o Presidente solicitou à Secretária-Executiva a verificação do quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheiro Renato Saidel Coelho. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheira Leila Pizzatto, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Conselheira Jane Pereira Clemente, Conselheira Ana Carolina Pinheiro Carrenho, e Conselheiro José Araújo da Silva. O Presidente passou ao **Item Aprovação da ata da 188ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta.** O Conselheiro Pedro Ost informou que haviam encaminhado algumas alterações, indagando se as mesmas haviam sido acatadas. Em não havendo mais nenhuma colocação sobre o item, o Presidente considerou a Ata da 188ª RO aprovada pelo Pleno, após as devidas correções. **Pauta Dia 17/05/2011. Manhã:** 09h às 12h: - Reunião da Comissão de Conselhos; 14h às 18h: - Reunião da Comissão de Financiamento; - Reunião da Comissão de Normas; - Reunião da Comissão de Política. **Tarde:** 18h às 20h: - Reunião da Presidência Ampliada. **Dia 18/05/2011. Manhã:** 09h às 09h15min: - Aprovação da ata da 188ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta; 09h15min às 10h: - Informes da Presidência/Secretaria-Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; 10h às 12h30min: - Apresentação da nova metodologia do PPA do Governo Federal - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Tarde:** 14h às 15h: - Relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. 15h às 16h: - Relato do GT para discussão do inciso III e IV do artigo 2º da LOAS; 16h às 21h: - Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social e Oficina de capacitação para os Conselheiros sobre o processo das Conferências de Assistência Social. **Dia 19/05/2011. Manhã.** 09h às 10h: - Presença do Secretário Executivo do MDS, Dr. Rômulo Paes de Sousa; 10h às 11h: - Apresentação do “Piso de Proteção Social Mundial” pela Coordenadora Nacional do Projeto de Seguridade Social da OIT Brasil, Mônica Cabanas; 11h às 12h: - Resultado das Metas de Desenvolvimento dos CRAS – Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS. **Tarde.** 12h às 13h: - Relato da Presidência Ampliada e relatório dos encaminhamentos das denúncias recebidas no CNAS; 14h às 15h: - Relato da Comissão de Normas; 15h às 16h: - Relato da Comissão de Conselhos; 16h às 17h: - Relato da Comissão de Financiamento; 17h às 18h: - Relato da Comissão de Política. O Presidente informou alguns ajustes a serem feitos na pauta, considerando a organização de uma oficina

de esclarecimentos sobre as Conferências Municipais, junto com o relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência; retirada do Relato do GT que tratava da regulamentação do inciso III, art. 2º; trazer o relato simplificado do GT que discutia parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos, com essa reunião estendendo-se até 21h. O Conselheiro Pedro Ost indagou sobre o seguimento das pendências, citando a criação de uma Comissão Interministerial entre MDS, Ministério da Saúde e MEC para a uniformização de alguns procedimentos e a verificação da situação da Operação Fariseu, com o Presidente esclarecendo que estavam sendo tomadas as providências sobre essas questões. A seguir, indagou se havia algum questionamento com relação à pauta. Em não havendo, a mesma foi considerada aprovada, com as devidas alterações. **Item Informes da Presidência/Secretaria-Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros.** A Secretária-Executiva procedeu aos **Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva.** *“Informes Gerais: Ausências justificadas: Conselheiro Antonio Celso Pasquini, dias 17, 18 e 19 de maio, na 189ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de viagem para o exterior. Conselheiro José Geraldo França Diniz, dia 18 de maio no período da manhã, na 189ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais. Conselheira Milena Leal Pacheco, nessa Reunião Ordinária, em virtude de compromissos institucionais. Conselheira Célia Mota, dias 17, 18 e 19 de maio, nessa Reunião Ordinária, em razão de problemas de saúde na família. E-mails enviados aos Conselheiros. Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Documentos referentes ao “Piso de Proteção Social” relatados pela Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, na Reunião Plenária de 13 de abril de 2011. Programação e endereço do Encontro da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social com os Conselhos Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social. Convocação para os Conselheiros Renato Francisco dos Santos Paula, Frederico Jorge de Souza Leite, Renato Saidel, José Araújo da Silva, Marisa Rodrigues da Silva, José Crus e Célia Mota de Carvalho participarem da IV Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, nos dias 28 e 29 de abril de 2011. Resolução CNAS nº10, de 14 de abril de 2011, que altera a Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal. Informativo SUAS nº 27/ 2011 — ‘Conferências de Assistência Social debatem avanços do SUAS: temas como valorização dos trabalhadores e qualificação da gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios serão discutidos por Governo e Sociedade Civil’. Consulta aos Conselheiros Pedro Ost e Leila Pizzato sobre disponibilidade de agenda para participar na reunião da Comissão de Política do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, no dia 06/05/2011, em Porto Alegre/RS. Resolução CNAS nº 11, de 14 de abril de 2011, que aprova o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) 1º trimestre de 2011. Documentos referentes a 1a Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social — CONSOCIAL. Convocação para os integrantes do Grupo de Trabalho — GT constituído para discussão do inciso III e IV do artigo 2º da LOAS: Conselheiros Samuel Rodrigues, Maria Aparecida do Amaral Godoi de*

*Faria, Leila Pizzato, Renato Saidel Coelho, Simone Aparecida Albuquerque, Sérgio Wanderly Silva, Maria do Socorro Fernandes e Eutália Barbosa Rodrigues para reunião nos dias 16 e 20 de maio de 2011. Convocação para os Conselheiros Wagner Carneiro de Santana, Ana Carolina de Barros Pinheiro Carrenho, Leita Pizzato, Clodoaldo de Lima Leite, Renato Francisco dos Santos Paula, Simone Aparecida Albuquerque, Marisa Rodrigues Silva e Eutália Barbosa Rodrigues participarem da IV Reunião do Grupo de Trabalho para discutir parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos — GT Resolução nº38/2010, no dia 11 de maio de 2011. Convocação para os Conselheiros Renato Francisco dos Santos Paula, Frederico Jorge de Souza Leite, Renato Saidel Coelho, José Araújo da Silva, Marisa Rodrigues da Silva, José Ferreira da Cruz e Célia Mota de Carvalho participarem da V Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, nos dias 12 e 13 de maio de 2011. Divulgação da Teleconferência sobre ‘Certificação de entidades de Assistência Social’, a ser realizada pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS — DRSP/MDS. Convocação para essa Reunião Ordinária, a ser realizada nos dias 17, 18 e 19 de maio, em Brasília. Resolução CNAS nº12, de 20 de abril de 2011, que altera os artigos 1º, 3º e 4º da Resolução CNAS nº 3, de 15 de fevereiro de 2011, publicada na seção lido Diário Oficial da União de 16 de fevereiro de 2011, que cria o Grupo de Trabalho - GT para discussão, de forma ampla e intersetorial, do inciso III do artigo 2º da LOAS Resolução CNAS nº13, de 24 de abril de 2011, que altera a Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal. Proposta de Pauta da Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional aos membros da referida Comissão. Informe sobre o cancelamento da teleconferência sobre ‘Certificação de entidades de Assistência Social’, a pedido do DRSP/SNAS/MDS Convocação para o Conselheiro Renato Saidel representar o CNAS na J943 Reunião Ordinária da CIT, no dia 24 de maio de 2011, em Brasília/DF. Resumo da 188ª da Reunião Ordinária do CNAS para o Conselheiro Renato Saidel a fim de subsidiar sua apresentação na Reunião da CIT. Boletim Semanal MDS nº282/2011 — ‘Presidente Dilma reafirma compromisso com a erradicação da extrema pobreza: e enfrentamento da miséria deve estar na agenda do País e envolver toda a sociedade, afirmou a presidente na 37ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social’. Resolução CNAS nº 14, de 14 de abril de 2011, que declara o vencedor do concurso para criação da logomarca do Conselho Nacional de Assistência Social. Notícia da ASCOM MDS — ‘Plano Brasil sem Miséria’: Governo Federal anuncia linha de extrema pobreza, com base em dados do censo do IBGE e estudos do IPEA. Questionário referente ao ‘Projeto de Institucionalização da Participação Social no Brasil’, do IPEA, para ser preenchido pelos Conselheiros nacionais que não o fizeram durante a última reunião plenária. Solicitação de indicação de 6 (seis) Conselheiros da Sociedade Civil para participação no Fórum PPA 2012-2015, promovido pela Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ata e Degração da 1880 Reunião Ordinária do CNAS. Boletim semanal nº*

283/2011- 'Brasil sem miséria atenderá 16,2 milhões de pessoas: Plano vai combinar transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva'. Ata e Degravação da Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social com os Conselhos Estaduais de Assistência Social. Comunicado da Sra. Ieda Castro sobre o seu afastamento do CONGEMAS. Pauta dessa Reunião Ordinária do CNAS, em 10/05/2011. Portaria nº 147 de nomeação Igor Martini, para compor o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, na qualidade de Membro Suplente do Governo, representando a Secretaria de Direitos Humanos, em substituição à Conselheira Lúcia Elena Santos Junqueira Rodrigues. Portaria nº 148 de nomeação Milena Leal Pacheco, para compor o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, na qualidade de Membro Suplente do Governo, representando o Ministério da Saúde, em substituição à Conselheira Luiza Fernandes Machado. Convocação para esta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, enviada aos conselheiros Igor Martini e Milena Leal Pacheco, em 11/05/2011. Convite enviado aos Conselheiros da Sociedade Civil para reunião com a Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin, no dia 17/05/2011, enviado dia 11/05/2011. Informe aos 6 (seis) Conselheiros, representantes da Sociedade Civil, indicados para o Fórum PPA 2012-2015: Clodoaldo de Lima Leite, Pedro Ost, Samuel Rodrigues, Carlos Eduardo Ferrari, Maria do Carmo Tourinho e Jane Clemente, e Ficha de inscrição. Cartilha de orientação para as consultas à sociedade civil sobre o ciclo de gestão do PPA 2012-2015 da Secretaria Geral da Presidência da República. Convocação para os Conselheiros Clodoaldo de Lima Leite, Pedro Ost, Samuel Rodrigues, Carlos Eduardo Ferrari, Maria do Carmo Tourinho e Jane Clemente participaram do Fórum PPA 2012-2015, a ser realizado nos dias 24 e 25 de maio de 2011, em Brasília. Boletim Semanal MDS nº 284/2011 — 'Parceria dos prefeitos será decisiva na superação da extrema pobreza', Pauta da 104ª Reunião Ordinária da CIT para o Conselheiro Renato Saidel, representante do CNAS na referida Comissão. Informativo SUAS no 29/2011 'A estrutura física necessária para o atendimento às famílias: oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) exige espaço adequado e Nota sobre a Logomarca do CNAS'. Guia de Políticas e Programas do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 2011. Informes das ações da CTB em defesa da cidadania. **Participação do CNAS.** O Presidente do CNAS, Carlos Eduardo Ferrari, participou do 13º Encontro Nacional do CONGEMAS, de 18 a 20 de abril de 2011, em Belém/PA. O Presidente do CNAS, Carlos Eduardo Ferrari, e o Vice-Presidente, Renato Francisco de Paula, participaram da reunião promovida pela Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, com os representantes do Governo e da Sociedade Civil nas Comissões Organizadoras das Conferências Nacionais, previstas para 2011/2012, no dia 27 de abril de 2011, no Palácio do Planalto. A Secretária-Executiva do CNAS, Maria das Mercês Avelino de Carvalho, participou da 2ª Reunião de Articulação com Secretários-Executivos e Coordenadores dos Conselhos Nacionais no dia 28 de abril de 2011, conforme convite enviado pela Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. O Vice-Presidente do CNAS, Renato Francisco dos Santos Paula, participou da 1ª Audiência Pública do CAS/DF, que teve como tema 'Atuação da rede socioassistencial e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social do Distrito Federal', no dia 28

de abril, em Brasília/DF. O Presidente do CNAS, Carlos Eduardo Ferrari, participou do 1º Encontro de Prefeitos, Secretários de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social, no dia 28 de abril de 2011 em Goiânia/GO. Os Conselheiros Pedro Ost e Leila Pizzato participaram da Reunião da Comissão de Política do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre/RS, no dia 06 de maio de 2011. O Presidente do CNAS, Carlos Eduardo Ferrari, concedeu entrevista para a Radio Nacional da Amazônia, por telefone, no programa 'Falando francamente' sobre a prorrogação do prazo para inscrição de entidades beneficentes de assistência social nos Conselhos de Assistência Social, no dia 29 de abril de 2011. O Vice-Presidente, Renato Francisco dos Santos Paula, concedeu entrevista à NBRTV e Voz do Brasil sobre a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, no dia 03 de maio de 2011. **Comunicado.** O CNAS recebeu diversos convites abaixo relacionados enviando agradecimentos e informando que, tendo em vista os cortes orçamentários para o exercício 2011, este Conselho está priorizando sua participação nas Conferências Municipais das capitais e nas Conferências Estaduais de Assistência Social e do DF, conforme encaminhamentos da Presidência Ampliada: O Conselho Municipal de Assistência Social de Franca/SP convidou o CNAS para a cerimônia de posse dos novos Conselheiros daquele colegiado para o biênio 2011/2013, ocorrida no dia 28/04/2011. O Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, em conjunto com a Secretaria-Executiva de Desenvolvimento e Assistência Social do Estado de Pernambuco, convidaram o Presidente do CNAS para participar, como palestrante, da reunião realizada no dia 03/05/2011, com o objetivo de repassar aos Presidentes dos Conselhos Municipais de Assistência Social e Secretários Municipais de Assistência Social de Pernambuco o Manual de Orientação para realização das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social de 2011 e discutir a Resolução nº 16/2010. A Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso do Sul enviou convite ao CNAS para Capacitação da Secretaria-Executiva do CMAS, Mato Grosso do Sul, nos dias 10 e 11 de maio, sobre a Resolução nº 16/2010. Foi enviado àquela secretaria, por e-mail, documentos referentes à Resolução CNAS nº 16/2010 (Orientações aos Conselhos de Assistência Social, Orientações quanto à Resolução nº 16/2010, Perguntas e Respostas sobre inscrição de Entidades de Assistência Social e a Resolução no 16/2010, com alterações publicadas pelas Resoluções CNAS nº 10 e 13/2011). A Comissão Organizadora da 50ª Semana de Serviço Social da Universidade de Ribeirão Preto convidou o Presidente do CNAS para ministrar palestra com o tema 'Serviço Social e Políticas Públicas', no dia 11 de maio de 2011. O CMAS de Ribeirão Preto/SP convidou o CNAS para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, que acontecerá nos dias 05 e 06 de agosto. Foram enviados àquela CMAS, por e-mail, documentos orientadores sobre a VIII Conferência Nacional de Assistência Social: Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, Apresentação aos CEAS em Power Point e Informes nº 01, 02, 03 e 04/2011. O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS do Sergipe convidou o CNAS para contribuir como facilitador/palestrante na Reunião Ampliada do CEAS/CMAS realizada no dia 11/05/2011, que teve como objetivo mobilizar e organizar as Conferências Municipais de Assistência Social de Sergipe. O Conselho Estadual de Assistência Social - enviou convite ao CNAS para a participação no III Seminário Estadual de Assistência Social e I Encontro Preparatório das Conferências

*Municipais, que acontecerá nos dias 24 e 25 de maio, em Piratuba/SC. - A Associação das Primeiras Damas dos Municípios de Mato Grosso convidou o CNAS para proferir palestra sobre “Princípios e diretrizes de Gestão do SUAS” no X Encontro de Primeiras Damas e Gestoras Sociais do Estado do Mato Grosso no dia 25 de maio de 2011. O Deputado Estadual do Paraná Professor Lemos, em conjunto com os movimentos sociais e entidades de defesa da Assistência Social, convidou o CNAS para Audiência Pública em Defesa do SUAS e Instalação da Frente Parlamentar da Assistência Social do Paraná, no dia 16 de maio de 2011, em Curitiba/PR. O Conselho Municipal de Assistência Social de Camaçari/BA convidou o CNAS para participar do Fórum Metropolitano sobre Violência, nos dias 17 e 18 de maio de 2011. O Conselho Municipal de Saúde de Itabuna/BA convidou o Presidente do CNAS para participar do Seminário de Serviço Social, no dia 12 de maio de 2011. O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/BA convidou o Vice-Presidente do CNAS, Renato Francisco dos Santos Paula, para proferir palestra sobre o tema da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, durante a Reunião Ampliada do Conselho Estadual, no dia 24 de maio de 2011, com custos para o CEAS/BA. O Presidente do CNAS, Carlos Eduardo Ferrari, justificou ausência na 10ª Reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de saúde, em virtude de compromissos institucionais. O COMAS-SP enviou convite para o Presidente do CNAS compor a mesa na Cerimônia de Lançamento da IX Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, no dia 06 de maio de 2011. Foi enviado agradecimento pelo convite e informado a impossibilidade de presença do Presidente do CNAS, tendo em vista que ele estava fora do país na data do evento. O Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo convidou o Presidente do CNAS para o Seminário sobre Intersetorialidade e Políticas Sociais, no dia 16 de maio de 2011, às 9h, na Câmara de Vereadores de São Paulo. O Presidente agradeceu pelo convite e informou a impossibilidade de presença, tendo em vista a incompatibilidade de agenda. O Vice-Presidente do CNAS, Renato Francisco dos Santos Paula, participará da 11ª Reunião Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Saúde, nos dias 23 e 24 de maio de 2011, em Brasília. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados enviou convite para audiência pública no dia 11 de maio, às 14h, no plenário 9, sobre a incidência de anemia falciforme no Brasil. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou ato de lançamento da comunidade virtual ‘Pela Aprovação da PEC 438 - Contra o Trabalho Escravo’, no dia 12 de maio (véspera do aniversário da Lei Áurea), às 9h, no plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados. A iniciativa contou com a parceria da CONATRAE — Comissão para a Erradicação do Trabalho Escravo e da Frente Parlamentar Mista Contra o Trabalho Escravo. O CONGEMAS encaminhou agradecimento aos Conselheiros do CNAS que participaram do 13º Encontro Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social realizado de 18 a 20 de abril de 2011, em Belém. Enviou ainda um exemplar da Revista Ano 07, no 12 — ‘13º Encontro Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social; Gestão Descentralizada do SUAS. competências e responsabilidades dos municípios’; e da Revista “Boas Práticas 2011’. O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e o Conselho Regional de Serviço Social do Distrito Federal convidaram o CNAS para a solenidade de posse das novas diretorias eleitas para a gestão 2011-2014, ocorrida no dia 14 de maio de 2011. A Presidente e Vice-Presidente do*

CFESS para a atual gestão são, respectivamente, a Sra. Sâmya Rodrigues Ramos e a Sra. Marinete Cordeiro Moreira. Manifesto sobre o Dia 17 de Maio sobre a celebração do 'Dia Nacional De Luta Contra A Homofobia', texto publicado no site [www.direitoshumanos.gov.br](http://www.direitoshumanos.gov.br). A Ministra do MDS, Tereza Campello e do Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, convidaram o CNAS para um encontro, no dia 23 de maio de 2011, às 17h, no Palácio do Planalto, como objetivo de aprofundar o diálogo com os Conselhos e Comissões, a partir do compromisso assumido pela Presidente Dilma Rousseff de superação da miséria no Brasil. Foi solicitado ao CNAS a indicação de 5 representantes para participarem da reunião que discutirá os principais pontos do plano de combate à miséria. O Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Carlos Coser, encaminhou a relação das prefeitas e prefeitos eleitos e empossados para a Diretoria da FNP — Gestão 2011/2012, ocorrida no dia 5 de abril de 2011, em Brasília. **Designação de Conselheiro.** Portaria MDS nº 138 de nomeação da Sra. Jane Pereira Clemente para compor o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, na qualidade de Membro Suplente da Sociedade Civil, representando a Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF, em substituição ao Conselheiro Antônio Pereira Kbça Filho, em memória. Portaria MDS nº 147 de nomeação Igor Martini, para compor o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, na qualidade de Membro Suplente do Governo, representando a Secretaria de Direitos Humanos, em substituição à Conselheira Lúcia Elena Santos Junqueira Rodrigues. Portaria nº 148 de nomeação Milena Leal Pacheco, para compor o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, na qualidade de Membro Suplente do Governo, representando o Ministério da Saúde, em substituição à Conselheira Luiza Fernandes Machado. **Audiências realizadas.** Data: 26/04/2011. Solicitante: Michele Lessa de Oliveira / Coordenadora da Secretaria-Executiva do CONSEA - Assunto: Organização de Conferências / Realização da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorrerá de 07 a 11/11/2011 Participantes: Michele Lessa de Oliveira / Coordenadora da Secretaria Executiva do CONSEA; Maria das Mercês Avelino de Carvalho / Secretária Executiva do CNAS; Liliane Neves do Carmo / Coordenadora da Coordenação de Conselhos do CNAS. Site. Tem uma relação todas as atualizações e inclusões ocorridas no site no período de 11/05/2011, 05/05/2011, 04/05/2011, 02/05/2011, 27/04/2011, 18/04/2011 e 15/04/2011. **Aniversariantes de Maio:** Ana Carolina Carrenho, dia 02; Leila Pizzato, dia 06; Maria Auxiliadora, dia 07". O Presidente registrou datas consideradas importantes: dia 15 de maio, cumprimentando os Assistentes Sociais presentes e de todo o país; 17 de maio: Dia de Combate à Homofobia e 18 de maio: Dia de Combate ao Abuso Sexual Infantil, sem lembrado, também, o Dia da Luta Antimanicomial. Registrou, também, a aprovação do PL SUAS na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. **Informes da SNAS/MDS.** "O Conselheiro Renato de Paula registrou os parabéns aos assistentes sociais pelo dia 15 de maio, informando ter estado na posse da nova gestão do Conselho Social de Serviço Social, onde havia sido mencionada a presença do CNAS. "Nós não temos muitos informes para dar, só queria dizer que a Secretária Denise Colin se comprometeu com este Conselho, desde a primeira vinda dela aqui, de participar sempre que possível das Plenárias, das atividades do Conselho, em especial neste momento dos informes, ela se

comprometeu a fazer um esforço para que os informes do MDS, ela mesma gostaria de dar e vir aqui no Conselho compartilhar conosco, mas é claro que isso nem sempre vai ser possível, nem sempre a agenda da secretária vai permitir que ela esteja aqui neste momento. Nesta seção especificamente não temos muitas coisas para dizer, até porque a gente não teve a CIT, então não temos muitos informes a dar. Mas vou dizer rapidamente alguns e depois vou passar a palavra aos meus companheiros do governo, José e Eutália, se eles quiserem complementar. Gostaria de dizer que no dia 20 de maio de 2011 vamos realizar uma teleconferência naquele esquema das teleconferências que a gente faz sempre, que os senhores já conhecem, lá no Banco do Brasil, no Programa Ponto a Ponto, que é transmitido para todo o país nas agências do Banco do Brasil. Vamos realizar uma teleconferência das 16h15 às 17h45, que vai tratar sobre a prestação de contas do cofinanciamento dos serviços e vai tratar do IGD referente ao exercício de 2010, também da prestação de contas e do IGD de 2010. A teleconferência que nós realizaríamos para tratar, que seria conduzida, que a Carol até já veio aqui dar o informe de que seria conduzida pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada, ela teve que ser cancelada, os senhores receberam o informe. Ela teve que ser cancelada, tivemos vários problemas técnicos, estamos tentando resolvê-los, mas não temos ainda uma data para a realização dela. Se tudo der certo a expectativa é de que em junho a gente faça, mas a gente ainda não tem a data exatamente. Da minha parte é isso, vou passar a palavra para o Conselheiro José Crus e depois para a Eutália, para eles complementarem os informes do Ministério". Conselheiro José Crus: "Bom dia, presidente, vice-presidente, demais Conselheiros e Conselheiras! Só complementando o informe do nosso Vice-Presidente, nós estaremos realizando no dia 30 de maio uma oficina de trabalho, na verdade é uma reunião técnica de trabalho com representantes dos 26 estados e Distrito Federal responsáveis pela gestão do trabalho no âmbito do SUAS. Na verdade é uma reunião para nós traçarmos nossos trabalhos até as Conferências Estaduais e a Conferência Nacional, tendo em vista que é um eixo extremamente importante, estratégico, de debate nas Conferências. Nós estamos com uma agenda bastante apertada em conjunto com os governos dos estados. Então vai ser uma reunião de trabalho para que a gente possa traçar os nossos trabalhos até as Conferências, tendo em vista este eixo que será debatido na Conferência Nacional". Conselheira Eutália: "Bom dia a todos e todas! Na verdade é só uma complementação porque a Carolina acabou de me ligar aqui e ela disse que a proposta de data é para o mês de junho, não dá mais para o mês de maio e que ela está fazendo uma conversa com a Secretária-Executiva, com a Mercês, para tentar conciliar a agenda do Presidente do Conselho Nacional para tentar conciliar a agenda de data e também com a ANBR, porque o adiamento, o cancelamento da conferência, da teleconferência, o adiamento dela se deu por problemas técnicos e por incompatibilidade de agenda, eles agendaram e depois houve uma outra situação em que eles tiveram que propor que a teleconferência fosse adiada." **Informes da CIT.** Conselheiro Renato Saidel informou não ter sido realizada reunião da CIT, a ser realizada no dia 24, dando esses informes na próxima reunião. **Informes dos Conselheiros.** A Conselheira Eutália informou ter sido convidada para fazer a conferência da cidade de Palmas/TO, com ofício encaminhado à SNAS. Indicou a reunião da Comissão Organizadora, com uma estratégia de participação de Conselheiros nas

Conferências de capitais e nas Conferências Estaduais. Observando que o Conselheiro Renato Saidel iria para Palmas e a Conferência seria dia 1º de julho, indagou se havia algum questionamento Conselho quanto à sua participação, sendo uma deliberação do Conselho Municipal e ficando o registro do convite. O Presidente observou que não existia nada definido, apenas um indicativo de participação e que seria discutido nos informes da Comissão Organizadora da VIII Conferência. A Conselheira Maria Auxiliadora informou que no dia 19 de maio se realizaria no Senado uma caminhada dos surdos, lutando pela educação bilíngue. O Conselheiro Frederico cumprimentou a Presidente do Conselho Estadual de Pernambuco, Sra. Ana Arcoverde, a Representante do segmento dos trabalhadores, Sra. Ideane, e todos os demais membros dos Conselhos Estaduais presentes. Relatou que no site constava não apenas o indicativo dos dias alusivos ao combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes e também a homofobia, questões que deveriam ser discutidas. Informou que o dia 18 de maio era o dia alusivo à luta antimanicomial, solicitando a colocação nos informativos no site a indicação dessas datas. Falou sobre a realização do VII CONPSI, Congresso Norte-Nordeste dos Psicólogos, tendo participado, juntamente com a Conselheira Márcia, de discussões alusivas aos trabalhadores do SUAS. O Conselheiro Sérgio Wanderly relatou o 13º Encontro Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social, de 18 a 20 de abril, em Belém do Pará, apresentando o tema “*A gestão descentralizada do SUAS: competências e responsabilidades dos municípios*”, falando sobre a participação de outras autoridades. Indicou o lançamento de duas revistas, distribuindo a Revista nº12, preparatória para o Encontro Nacional, e o lançamento do edital de boas práticas do CONGEMAS, constando trabalhos de todo o país. Informou ter assumido a presidência do CONGEMAS, em substituição da Sra. Ieda Castro, esclarecendo que as diretrizes seriam as mesmas, e que, apesar de ser da bancada do governo eram municípios e municipalistas. O Presidente comunicou a remodelação do Programa Sentidos, ação da FENAVAPE que veiculava questões relacionadas a pessoa com deficiência e trabalhava na perspectiva de defesa de direitos, solicitando sugestões, com acesso no endereço [www.sentidos.com.br](http://www.sentidos.com.br). O Conselheiro Clodoaldo relatou que a Federação Espírita Brasileira fazia parte de um movimento civil chamado Movimento Brasil Sem Pobreza, para erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidade para todos, com reunião no dia anterior na sede dessa Federação, com a presença de autoridades. O Conselheiro Wagner Carneiro, com relação ao Dia de Combate à Violência e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, informou que a Organização do Trabalho, Fundação ORSA, dispunha de matéria, inclusive para download, no site institucional de um kit chamado “*Kit Respeitar*”, sobre a identificação de violência contra crianças e adolescentes por profissionais e pais e responsáveis para encaminhar para a rede socioassistencial, [www.fundacaooorsa.org.br](http://www.fundacaooorsa.org.br), em parceria com a Associação Brasileira de Promotores e Magistrados e Defensores Públicos, e com algumas Secretarias de Estado de Assistência Social. Falou que esse material estava sendo discutido com a Secretaria de Direitos Humanos para ser socializado em todo o âmbito nacional, comprometendo-se a trazer um CD-Rom para cada Conselheiro. O Presidente registrou a presença da Universidade de Brasília, do CEAS/PB, do FONACEAS, representantes da Prefeitura Municipal de Santos, Prefeitura Municipal de Campinas, assim como a

presença da CONJUR na pessoa do doutor Ricardo, a quem agradeceu a participação. Item **Apresentação da nova metodologia do PPA do Governo Federal - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão**. O Presidente convidou o Dr. Pedro Pontual, da Secretaria Nacional de Articulação Social e da Secretaria-Geral da Presidência da República e Dr. Bruno Moretti, Secretaria de Planejamento e Investimento, Ministério do Planejamento, para falar sobre o tema. Relatou que na próxima semana seis Conselheiros representantes da Sociedade civil participariam de um Fórum Interconselhos. Registrou o esforço da Secretaria-Geral da Presidência da República em promover a articulação entre Conselhos para discutir as Conferências Nacionais, agradecendo na pessoa do Dr. Pedro Pontual e registrando, também a presença do Dr. Marcelo Pires, da Secretaria-Geral. O Dr. Pedro Pontual, informando ter participado em uma das primeiras reuniões do ano, apresentando as ações da Secretaria-Geral da Presidência no campo da participação social e, mais especificamente, no terreno da articulação de Conselhos e Conferências. Manifestou que o objetivo da sua presença, junto com a equipe do Ministério do Planejamento, era abrir um espaço de debate sobre o processo de participação social nas políticas públicas, no momento de elaboração do PPA, de 2012 a 2015. Discorreu sobre a importância desse momento, manifestando a dimensão estratégica desse Plano que apontava os objetivos que orientariam a elaboração do orçamento, dando-se um sentido bastante estratégico à participação social, meta que já havia sido colocada no início do governo, falando sobre os procedimentos utilizados para essa inclusão, com diálogo com a Sociedade Civil e com os Conselhos Nacionais. Citou o prazo para elaboração final do PPA indicando que as consultas e debates com a Sociedade Civil deveriam ser até o final de junho, para que essas contribuições tivessem incidência efetiva. Indicou dois momentos que viriam enriquecer o PPA: realização do Fórum Interconselhos em Brasília, nos dias 24 e 25 de maio, com representação de todos os Conselhos Nacionais e Comissões Nacionais e de dirigentes de entidades ligadas à Sociedade Civil organizada de âmbito nacional ou regional, para discutir e debater as estratégias; e, introduzir a discussão e recolher as contribuições da Sociedade Civil em relação à propostas de monitoramento e avaliação do PPA ao longo dos próximos quatro anos, discorrendo sobre a importância desse processo e como seria conduzido, falando sobre o Fórum Interconselhos e seus objetivos. Ressaltou a importância do CNAS na estruturação das políticas, do SUAS, acreditando que daria uma contribuição bastante importante nesse momento de elaboração do PPA. Informou que paralelamente à elaboração do PPA a Presidente Dilma e a Ministra Teresa Campello haviam proposto à Secretaria-Geral de que antes do anúncio público do Programa Brasil Sem Miséria, no início de julho, seria importante estabelecer diálogos com os setores da Sociedade Civil organizada. Que nessa oportunidade fariam uma primeira apresentação da proposta do Programa e recolheriam sugestões, críticas e contribuições, realizando audiências nos próximos vinte dias. Informou que aproveitando a vinda dos representantes dos Conselhos para o Fórum do PPA, no dia 23 à tarde, a partir das 17 horas, no auditório do Anexo II do Palácio do Planalto, organizariam um diálogo específico com os Conselhos, convidando os Conselheiros a participar. O Dr. Bruno Moretti informou que sua proposta seria fazer uma rápida apresentação para abrir para o debate sobre as questões colocadas,

passando a fazer uma síntese do que era o novo modelo do PPA. Destacou que isso era muito importante para a reunião do Fórum Interconselhos ser produtiva, percorrendo sobre as alterações mais estruturais efetuadas no Plano, trazendo metas, diretrizes, estratégias do governo para um conjunto de temáticas, e organizado a partir dos desafios de cada uma das políticas públicas. Falou sobre como o orçamento era tratado desde 2000 e a situação atual, com grande número de ações, trabalhando para a confecção de um Plano mais simples, com um diálogo mais direto com os desafios e necessidades de cada uma das políticas. O Dr. Bruno passou a explicar a estrutura do Plano e como seria trabalhada a proposta orçamentária para atender suas ações, sendo, também, uma oportunidade para se revisar a fragmentada estrutura orçamentária existente, tendo clareza para onde estariam caminhando e falando sobre a dimensão estratégica no PPA, trazendo grandes desafios extraídos das diretrizes de governo da Presidente Dilma. Discorreu sobre o PRONATEC voltado para a qualificação profissional, indicando que para cada um dos objetivos dos programas temáticos tinha um conjunto de iniciativas para sua materialização. Falou sobre as iniciativas do PPA, sendo que para cada uma delas vinculariam as ações orçamentárias, explicando como se daria esse procedimento e tornando o Plano mais organizado tendo em vistas as mudanças realizadas, sendo que anteriormente muitas vezes não conseguiam ver as ações do SUAS. Concluindo, destacou ser um salto qualitativo importante na estrutura do Plano, tendo programas são temáticos, mas programas de gestão, que agregavam aquelas ações mais administrativas, indicando algumas dessas ações. A Conselheira Simone destacou não ser fácil a absorção desse novo modelo de PPA, mas era importante que se fizesse um esforço para sua compreensão, visto sua importância.. Destacou o diálogo mantido com o Ministério do Planejamento sobre a mudança de concepção da Assistência Social, e os resultados positivos que haviam tido. Falou sobre como o planejamento havia sido transformado em uma visão muito orçamentária, desvirtuando as prioridades, o que não seria mudado, mas que haviam atingido um patamar de maturidade muito importante. Que havia que entender que quando se falava em rede socioassistencial não era sobre a estrutura física, recursos humanos, material permanente ou do material pedagógico, mas englobando todos esses aspectos, tendo se perdido essa dimensão do todo na confecção do Plano. A Conselheira Simone destacou sua satisfação com essa nova possibilidade, lutando para que as políticas fossem reconhecidas em sua totalidade e para que o direito não se transformasse em custeio ou investimento. Ressaltou a importância da discussão sobre as estratégias, percorrendo sobre a necessidade de propostas, sendo muito importante ver as pactuações, pois com os planejamentos e orçamentos, dificilmente se percebia as deliberações das Conferências. Concluindo observou ser um passo muito importante, vindo no momento de consolidação do SUAS, quando a NOB-SUAS apontava para o rumo da qualidade da oferta, do aprimoramento da gestão e também da gestão financeira mais adequada ao planejamento. O Conselheiro Clodoaldo, informando já conhecer o trabalho realizado pelo Dr. Pedro, relatou ter participado do PPA anterior, ficando frustrado em não ver seus resultados. Encontrava fundamental essa participação popular, sendo dessa forma que se realizava o empoderamento da Sociedade Civil e o fortalecimento da democracia participativa. Informou o recebimento da cartilha para

orientação do PPA, ressaltando que futuramente deveriam receber com mais tempo para analisar o documento e entrar no processo mais qualificados. Indicou as colocações feitas sobre o Sistema S, sugerindo ter o terceiro setor de uma maneira mais efetiva, embora devesse estar presente quando se discutisse a Assistência Social. Que na sua condição de membro da Sociedade Civil e de entidade assistencial, gostaria que fossem olhados como agentes capacitadores nesse processo de inclusão de milhares de jovens no país. Observou que outra questão que merecia reflexão enquanto Conselheiros era que considerando o convite feito a todos os Conselhos, a importância para a Sociedade Civil de ter dentro desses Conselhos Nacionais pessoas voltadas para o interesse coletivo acima da questão partidária, efetivando-se sua capacitação. Concluindo, destacou a importância da construção do PPA, porque estavam desenhando o futuro do país, sendo uma iniciativa fantástica e esperando que fosse bem sucedida. A Conselheira Leila encontrava ser um debate que trazia grandes desafios, devendo ter mais tempo para analisar a cartilha e se preparar para esse debate, com a mesma trazendo questões que dialogavam com a Assistência Social. Citou as palavras do Dr. Bruno sobre a rede constituída, que era mais do que ações pontuais, mas um conjunto de ações que permitia a essa Rede dar conta dos macro-desafios e das premissas, mas não conseguindo ver essa Rede sem investimento público. Ponderou que não existia desenvolvimento econômico com um país com miséria e com povo excluído porque o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico tinham que caminhar juntos. Entendia que o Programa Brasil Sem Miséria dialogaria com essa questão, com a Assistência Social tendo um importante papel não somente na distribuição de renda, mas também em ações socioeducativas. Indicou que em setembro o CNAS havia aprovado um orçamento para a Assistência Social, visando fortalecer a rede socioassistencial, falando sobre os significativos cortes feitos e que dificultavam as ações socioeducativas. Destacou a preocupação do Conselho Nacional sobre a efetivação das ações, considerando que o orçamento não poderia atender minimamente os objetivos indicados. Concluindo, a Conselheira Leila manifestou que gostaria de entender como isso seria realizado, considerando o grande programa e que o Conselho ainda não conhecia, querendo saber como essa questão seria tratada. A Conselheira Marisa ponderou ser um grande desafio estabelecer essa estratégia, parecendo que o formato que estava sendo construído o PPA mostrava ser uma grande integração das políticas juntas a um objetivo final de resultados para o desenvolvimento do país e discorrendo como isso estava sendo tratado nos estados. Observou como as questões orçamentárias seriam trabalhadas, questionando, também, como se poderia dar uma integração no nível nacional e regional porque cada PPA era construído dentro de uma diretriz de um governo, discorrendo sobre a questão tratada nos estados e municípios. Indagou se havia a possibilidade de existir um grande PPA nacional, compatibilizando as três esferas do governo. A Conselheira Leila reforçou a fala do Conselheiro Clodoaldo quando se referia ao Sistema S, o qual não dava conta da profissionalização dos jovens, tendo, também, critérios que não conseguiam dar conta dos excluídos. Observou que se pensavam em reforçar um sistema, que antes se pensasse em como atender os excluídos, situação que apoiariam. O Dr. Pedro referiu-se à fala da Conselheira Simone, encontrando importante a idéia de o planejamento

ter como base a política pública, discorrendo sobre o trabalho realizado pelos Conselhos na construção de sistemas de políticas públicas, sendo importante o diálogo do PPA com essas ações e estabelecido no Fórum e no processo de continuidade. A respeito da importância da discussão das estratégias, reafirmava que o fortalecimento da democracia participativa e da participação social era uma das estratégias desse governo, colocado explicitamente entre os macro-desafios. Informou que vinham trabalhando na Secretaria-Geral com a ideia da importância de se construir também um sistema nacional de participação social para tentar enfrentar desafios como os colocados pela Conselheira Marisa, trabalhando também não só a dimensão da intersectorialidade no plano horizontal das políticas, mas também na dimensão federativa, promovendo os processos de participação e de gestão no território, município e regiões. Em relação às questões colocadas, reconheciam que o processo de preparação e da própria cartilha teria sido muito mais rico se tivessem conseguido fazer com antecedência, explicando os fatores que não o haviam permitido. Com relação ao Terceiro Setor, e paralelamente ao processo do PPA a Secretaria-Geral estava desencadeando por demanda da própria Sociedade Civil e durante a campanha da presidente Dilma, um debate sobre a questão do marco regulatório das entidades sociais, das ONG's, sobre como se poderia construir, no nível de governo, diretrizes que orientassem essa relação com as entidades do terceiro setor e que o governo sempre havia valorizado. Com relação ao marco regulatório colocado pela Conselheira Leila, informou que essa reivindicação, que estava implícita na sua fala, de que um Conselho debatesse o Programa Brasil Sem Miséria, estava embutida nessas audiências que a Ministra Teresa Campello e o Ministro Gilberto Carvalho estavam fazendo para apresentação das diretrizes do Programa ainda antes do seu lançamento, com essa reunião a se realizar no dia 23, às 17 horas. Respeito às colocações da Conselheira Marisa, realmente apontavam uma questão que era um desafio estratégico, com o PPA nacional articulando os três níveis na Federação. Informou que no Plano estavam além do Fórum Interconselhos, abrindo outra frente de consulta em parceria com o Ministério do Planejamento e com a Secretaria de Assuntos Federativos, que seriam os Diálogos Federativos. Que a partir de 30 de maio e ao longo do mês de junho, seriam realizados cinco encontros regionais correspondendo às regiões do Brasil para a discussão dessa articulação entre o PPA no âmbito federal e os PPAs nos âmbitos estaduais e municipais. O Dr. Pedro indicou que a Sra. Flávia, da equipe de coordenação do Ministério do Planejamento, informava que a partir de 2013 já existia um plano estabelecido junto com a Secretaria de Assuntos Federativos de fazer um processo de capacitação para a elaboração dos PPAs municipais com as novas gestões municipais eleitas sempre procurando destacar a questão sobre os recursos. O Dr. Bruno indicou que haviam examinado as políticas e o que já estava construído, pensando-se em um modelo de PPA condizentes com as mesmas e manifestando seus avanços. Destacou a questão do orçamento e como o mesmo era dividido entre as diversas áreas, concordando com as colocações da Conselheira Simone. Ponderou que o PPA, automaticamente, não mudaria nada, mas permitiria acompanhar e controlar a gestão financeira, os desafios colocados e para onde deveriam avançar, sendo um facilitador das políticas, destacando a importância do diálogo. O Dr. Bruno discorreu sobre os

programas que integravam o Plano e a importância que tinham, com a alocação orçamentária sendo trabalhada atendendo os mesmos, ademais de mostrar o conjunto dos compromissos do governo com muita clareza. Concluindo destacou que tratariam da melhor organização da agenda para trazer os compromissos firmados, inclusive entre governo e Sociedade Civil, colocando que um Plano bem organizado não era a solução de todos os problemas, mas era um elemento fundamental facilitador das políticas e suas necessidades, inclusive aquelas relacionadas ao orçamento. O Conselheiro José Araújo ponderou que com relação ao PPA seria fundamental que além dos governos federal e estaduais, que já tinham seus Planos sincronizados, o municipal também o tivesse. Indicou ter observado que no macro desafio cidadania havia programas para crianças, adolescentes, juventude, indígena, etc., e nenhum programa apontado para idoso, querendo saber qual a estratégia para esse segmento dentro do Plano. O Dr. Bruno falou sobre o programa existente e que agregava ações orçamentárias, esclarecendo como era oferecido o atendimento a um público pelos equipamentos de assistência, pelas entidades construindo parâmetros de serviços, não fazendo sentido que o piso fosse repartido por público. Falou sobre a necessidade de ter estrutura para o SUAS ser representado tal como era, fazendo um parâmetro de serviços e para os equipamentos estarem preparados para atender a casos de violência contra a mulher, contra a criança, contra o idoso. Relatou que as reuniões feitas traziam oficinas para cada programa temático e como isso era trabalhado, com áreas responsáveis pelas diversas temáticas, inclusive do idoso. Falou sobre a realização de planilhas para cada segmento, tirando as questões das pactuações feitas, inclusive, com a Sociedade Civil, as quais se transformavam em metas, iniciativas e objetivos ao longo dos tantos outros programas. A Conselheira Jane, indicando o convite para participar desse Plano, destacando a existência de entidades com e sem conveniamento, indagando de que forma o Sistema S seria chamado para participar do PPA, visto que eram financiados e não cumpriam as suas funções, mas recebendo novo financiamento. Conforme a Conselheira Leila havia dito, lembrou que o público da Assistência Social não estava contemplado nas ações do Sistema S o que era muito sério, visto serem recursos das empresas que precisavam da qualificação profissional. O Conselheiro Pedro Ost destacou a existência de uma grande mudança de paradigma nessa concepção, com o orçamento do PPA indo mais para o estratégico. Falou sobre os macro-desafios e os programas colocados, indagando sobre a diminuição das ações e quem as elaboraria e também como poderiam participar dessa tarefa. Observou que com o Portal da Transparência acompanhariam os procedimentos, indagando se poderiam colaborar com a programação. Com relação ao Brasil Sem Miséria e onde a Sociedade Civil estava sendo convidada a participar da discussão, questionou se os vinte dias estipulados não seriam poucos para apresentar alguma proposta, visto o tamanho do Programa a ser lançado no início de junho. Ponderou que isso deveria ser revisto, caso contrário seriam chamados apenas para referendar o que já estaria programado, colocados como participantes, mas que na realidade seriam ouvintes. Que como Sociedade civil não gostaria de estar nessa posição, querendo ter a possibilidade de ajudar e contribuir no programa Brasil Sem Miséria. Referendava as colocações sobre o Sistema S, que tinha financiamento e era refinanciado, ao contrário das entidades, que trabalhavam igual ou melhor e

atendiam os pobres sem financiamento. Concluindo, o Conselheiro Pedro Ost concordou com o Programa PRONATEC que estava onde o Sistema S estava sendo convidado e onde seriam reinvestidos muitos milhões, enquanto outras entidades com *expertise* eram deixadas de lado. A Conselheira Leila, complementou, dizendo que o Sistema S cobrava por suas ações, não sendo prestação de serviço gratuito. Concordava com a nova dimensão do Plano que estava sendo trazida, sendo que gostaria de contribuir na cartilha. Indicou o fluxograma do PPA 2012-2015, sugerindo que o título fosse “*seguridade social*” visto que Saúde, Previdência e Assistência estavam inscritas no tripé da seguridade social constitucionalmente, como também incorporando o avanço na discussão de um Sistema de Seguridade Social para esse país. Com relação à proposta do conjunto de programas temáticos, sugeriu que deveria constar Sistema Único de Assistência Social, destacando que o mesmo ainda estava sendo implementado, mas não entendendo o porquê de serem efetivados os compromissos de campanha, discorrendo sobre a questão e os cortes a serem feitos. Observou que estavam em um momento que o orçamento dessa Política não fosse revisitado, a mesma estaria comprometida em sua execução básica. Que não poderiam aceitar a falta de recursos para a Rede socioassistencial que já estava sendo praticada, concordando com a otimização da Rede, mas não devendo esquecer a outra ponta que estava sendo aperfeiçoada e construída, voltada exatamente para esse público que o Brasil Sem Fome quer atender. O Conselheiro Renato Saidel, observando o trâmite do projeto de lei que alterava o SUAS, indagou como essa questão estava sendo tratada dentro do PPA e cuja aprovação alteraria significativamente a Assistência Social no país. O Conselheiro Wagner Santana falou sobre o Sistema S e a dificuldade de acesso às bolsas, situação que observava no Estado de São Paulo. O Conselheiro Sérgio Wanderly falou sobre o rebatimento que o PPA trazia para os estados e municípios, indicando os percentuais destinados às três esferas. Discorreu sobre o Programa Brasil Sem Miséria e como essas ações repercutiriam nos municípios. Observou que os movimentos realizados não resolviam os problemas existentes, com as pautas chegando, mas nada sendo resolvido, questionando se estariam apresentando ou apenas ouvindo. Falou sobre os programas que tinham construído, colocando sua preocupação com esses que estavam sendo propostos e chamando o Conselho, a Sociedade Civil, ponderando não ter espaço nessa discussão, sendo governo e municípios e os estados nem presentes estavam para se manifestar. Destacou a meta de combater a miséria, mas estando confuso como isso aconteceria, pois lhe parecia que a estratégia estava meio equivocada, indicando as ações que já estavam em andamento, colocando os avanços que tinham alcançado. Colocou o número de municípios existentes, não podendo ser parceiro de algo que não conheciam, querendo entender o que queria dizer participação. O Dr. Pedro observou, em relação ao processo de participação no PPA, que o Fórum Interconselhos era um evento dentro de um processo que queriam que tivesse continuidade, através do monitoramento e avaliação do PPA e as questões relativas ao detalhamento poderiam ser discutidas em uma Comissão a ser constituída. Referiu-se à questão da participação social nos outros instrumentos de elaboração orçamentária, a LDO e as Leis Orçamentárias Anuais. Observou que várias entidades da Sociedade Civil vinham pautando que a participação social no orçamento não deveria se restringir ao

PPA, mas se estender também aos outros mecanismos de elaboração do orçamento, o que estava sendo debatido. Com relação aos outros instrumentos, não havia ainda uma posição clara do governo de como deveriam validar, estando abertos para que a Sociedade Civil apresentasse essa demanda. Referiu-se ao questionamento feito pelo Conselheiro Pedro Ost sobre os diálogos sociais em torno do Programa Brasil Sem Miséria, falando sobre os eixos do programa, com a equipe que estava elaborando o projeto tendo feito várias interlocuções, destacando a valorização do diálogo e de escuta. Observou que todas as contribuições estavam sendo registradas para ver o que era possível depois de ser incorporado, indicando os próximos encontros. Ressaltou que a participação social não se esgotaria nesse momento de elaboração e de definição do Plano, existindo diversos instrumentos, os próprios Conselhos, e o CNAS em particular, através dos quais se podia demandar espaços de maior diálogo. Que era um debate que estava aberto e dependendo bastante da própria participação da Sociedade Civil em colocar essa necessidade durante a implementação do programa. Concluindo, agradeceu o espaço e destacou a importância desse diálogo para se avançar e dar qualidade ao processo de participação social. O Dr. Bruno, com relação à pergunta do Conselheiro Pedro Ost sobre quem fazia os programas e ações, esclareceu ser preciso pensar nos processos específicos de cada um ou de cada uma das áreas temáticas. Esclareceu que no programa relacionado ao SUAS, o Conselho, por ser deliberativo, debateria essa proposta em conjunto, esclarecendo como esse processo estava sendo montado dentro do governo, e os passos que seguiria. Informou que o prazo ia até fim de agosto para a preparação do Plano, com o orçamento já refletindo essa nova estrutura. Observou que cada debate seria concluído até o final de junho para a consolidação de todas essas questões na Lei do PPA, havendo antes um processo específico de aprovação do Conselho, com relação ao programa do SUAS. Referindo-se ao colocado pela Conselheira Leila, observou que quando se olhava a estrutura orçamentária havia algumas categorias orçamentárias mais agregadas, por exemplo, a função orçamentária, discorrendo sobre como os programas seriam tratados, discutindo-se para onde aquela área estava avançando, por qual caminho se mobilizaria o Sistema Único de Saúde e com o mesmo sendo aplicado para a Assistência Social. Falando sobre as oficinas realizadas com a Assistência, indicou que havia sugerido o nome “*Consolidação do SUAS*”, discorrendo sobre a questão e discutindo-se os desafios do Sistema Único de Assistência para a frente. Ressaltou que estavam debruçados sobre a questão do PLSUAS desde que havia começado a ser discutido, sendo um importante avanço e com o debate na oficina da Assistência Social sendo sobre o mesmo, com o PL SUAS sendo trazido como um desafio do PPA. O Dr. Pedro esclareceu que como haviam ficado responsáveis pela pré-proposta para a Assistência haviam olhado dois grandes instrumentos, a NOB e o PL SUAS. Concluindo, registrou que estava à disposição do Conselho para fazer quaisquer debates a respeito do PPA nesse primeiro momento de elaboração e também posteriormente. O Conselheiro Clodoaldo indicou o que havia sido dito pelo Dr. Pedro de que encaminharia o documento sobre o marco regulatório de governo, Sociedade Civil e entidades, sendo interessante que fosse enviado o mais rápido possível, com o Dr. Bruno informando que levaria essa solicitação. O Conselheiro Pedro Ost observou que não havia necessidade de fazer a referência ao

questionamento de vários Conselheiros sobre o Sistema S, mas devendo levar a preocupação e a não concordância com o seu refinanciamento. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-Executiva que conferisse o quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheiro Renato Saidel Coelho. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Conselheira Jane Pereira Clemente, Conselheira Ana Carolina Pinheiro Carrenho, e Conselheira Brenda Ferreira Silva. Na sequência, passou ao Item **Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social das reuniões realizadas nos dias 28 e 29 de abril e 12 e 13 de maio.** Informou que dentro desse item de pauta havia uma oficina organizada com a Dra. Rosângela Paes, propondo que o relato fosse interrompido quando da sua chegada. Esclareceu essa oficina trazia material para capacitação dos Conselheiros Nacionais para trabalhar nas Conferências Municipais de capitais, e Conferências Estaduais. O Conselheiro José Crus informou a distribuição para todos os Conselheiros presentes do livro, “*Desenvolvimento Social e Combate à Fome*”, falando sobre o que o mesmo trazia. A seguir, o Conselheiro Renato de Paula procedeu à leitura da “*Memória da Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, 28 e 29 de abril no CNAS.*” **Conselheiros presentes:** Carlos Eduardo Ferrari, em abril e maio. Carlos Ferrari, abril e Maio, Frederico Jorge de Sousa Leite, em abril; José Araújo da Silva, abril e maio; José Ferreira Crus, abril e maio; Marisa Rodrigues da Silva, abril e maio; Renato Francisco dos Santos Paula, abril e maio; Renato Saidel Coelho, abril e maio. **Ausências justificadas,** Frederico de Sousa Leite, maio, Célia Mota de Carvalho, abril. **Convidados presentes:** Valdete de Barros Martins, Coordenadora Geral da Relatoria, Beatriz Paiva, Relatora Geral, com ausência justificada em maio, Maira José, da equipe de relatoria, também presente em abril e maio. Apoio da Secretaria Executiva do CNAS, Maria das Mercês Carvalho, Secretária Executiva, Cristiane Camargo Menezes, Jamile Calado, Liliane Neves, Maria Auxiliadora Pereira, Carolina Ribeiro, Mirelli Dantas, Maria de Fátima Teixeira Sousa, e Suzani Gonçalves. Item um: Apresentação das orientações para as conferências estaduais e do DF. A apresentação do documento “orientações complementares da etapa estadual”. A metodologia dos debates nas Conferências Estaduais e do DF, considerará a importância da variação da implementação do SUAS, tendo em vista a corresponsabilidade dos estados, conforme previsto na PNAS 2004, e na NOB SUAS 2005, na Resolução 17 da CIT, que trata do pacto de aprimoramento da gestão do SUAS. Apresentação da relatoria, e aí os senhores tem em anexo o documento que não vamos ler agora, vamos ler depois, mas está em anexo o documento das orientações gerais. Item dois. Apresentação do Calendário das Conferências Municipais

das capitais, das Estaduais e do DF. Após a realização do encontro com os Conselhos Estaduais, sobre o processo de realização das Conferências de Assistência Social, o CNAS entrou em contato com seis Conselhos Estaduais que haviam informado a data de realização das Conferências Estaduais após o dia 14 de outubro, prazo definido na resolução nº 7. O prazo, de dois de maio a 7 de agosto para as Conferências Municipais, até 2 de outubro para as Conferências Estaduais e do DF. Dos seis Conselhos, dois anteciparam a data da Conferência atendendo ao prazo estipulado pelo CNAS, o Conselho Estadual de Pernambuco e o de Amazonas. Três Conselhos realizarão suas conferências após 14 de outubro, sendo eles o Conselho do Ceará, que manteve a data de 19 e 21 de outubro, de Minas, que realizará a Conferência, pode tirar, é minha, de Minas, que realizará a Conferência do período de 20 a 22 de outubro, e Bahia, que manteve a data de 22 a 26 de outubro, mas se comprometeu a encaminhar o relatório em 28 de outubro. Paraíba inicialmente havia marcado a Conferência para os dias 18 e 20, porém ainda não deu retorno quanto à data, uma vez que ainda estão resolvendo a questão do espaço. Apresentamos o calendário em anexo, das alterações de data por porte de municípios. Aqui, só um adendo para que os senhores saibam: o calendário, com as datas, inclusive com as indicações da participação dos Conselheiros nas Conferências Estaduais e das Conferências das capitais, irá retornar o quadro completo, com as datas e os nomes, irá retornar no relato da presidência ampliada. Está bem? Consta aqui, mas ele irá retornar no relato da presidência ampliada. Por quê? Para cumprir aquele encaminhamento da plenária de que a participação dos Conselheiros se daria na seguinte ordem hierárquica: Presidente, Vice-Presidente, Comissão Organizadora da Conferência, Presidência Ampliada e Plenária. Então, como tivemos a reunião da Presidência Ampliada na hora do almoço, então não deu para trazer o calendário, mas o quadro completo volta no relato da Presidência Ampliada. **Sugestões de encaminhamento da Comissão:** 2.1. Solicitar aos Conselhos Estaduais que realizarão Conferências após o período definido pelo CNAS, que oficializem o não cumprimento do prazo com as devidas justificativas. 2.2. Avaliação das situações excepcionais não implicará na alteração dos prazos estabelecidos na Resolução 7, contudo, os Conselhos que realizarem suas Conferências fora do prazo, terão menos tempo para a preparação dos relatórios, que serão encaminhados para a relatoria nacional. Terão menos tempo, não porque a gente está afirmando que eles terão menos tempo. Terão menos tempo porque dizemos que eles farão depois. O prazo final para envio dos relatórios das Conferências Estaduais e do DF, ao CNAS, é até 28 de outubro de 2011. 2.4. Divulgar o calendário na página eletrônica do CNAS. 2.5. Encaminhar o calendário à ASCOM para apoio no trabalho de divulgação. À Assessoria de Comunicação Social do Ministério. Definir com a ASCOM a assessoria aos Conselheiros que participarão das Conferências, conforme estipulado no plano de comunicação. 3. Definição de critérios de participação do CNAS nas Conferências Estaduais, Municipais e do DF. A Comissão Organizadora propõe a manutenção da proposta de critérios definidos pelo CNAS para a VII Conferência. A priorização da presença do presidente e do vice, participação dos integrantes da Comissão Organizadora, proximidade do Conselheiro com o tema, tentativa de atender à solicitação de nome do Conselheiro proposto pelo município, capital, estado ou DF. Representação do CNAS por Conselheiros em Conferências distintas ao

estado e/ou município de origem e proximidade geográfica do Conselheiro com o local onde será realizada a Conferência. Nos casos de convites para Conferências Municipais que não sejam de capitais, o CNAS poderá participar desde que o município viabilize as passagens para o conselheiro. Sugestões de encaminhamento.

3.1. A Secretaria-Executiva do CNAS acompanhará a atualização do calendário com as datas das Conferências a partir do recebimento dos convites. 3.2. Avaliação e confirmação do representante do CNAS para cada Conferência será feita pela Presidência Ampliada, levando-se em consideração os critérios pré-estabelecidos. 3.3. Encaminhar periodicamente o quadro de Conferências Municipais das capitais para Assessoria de Comunicação, a ASCOM, do MDS, que fará a cobertura do processo conforme estabelecido no plano de comunicação. Item 4. Aprovação das cartas do CNAS aos usuários, trabalhadores, gestores e entidades de Assistência Social. A Comissão tendo em vista potencializar a comunicação com os atores envolvidos no processo das Conferências vem sugerir a publicação de cartas direcionadas aos usuários, trabalhadores, gestores e entidades da Assistência Social. As minutas também estão em anexo, os senhores já as receberam. **Sugestão de encaminhamento:**

4.1. Solicitar à ASCOM o tratamento aos textos, em linguagem acessível ao público direcionado. 4.2. Para divulgação das cartas serão consideradas as ações definidas no plano de comunicação. Item 5. Distribuição do número de delegados da VIII Conferência Nacional e demais participantes. Tendo como referência a Conferência de 2009, a VIII Conferência contará com 1420 delegados, a saber, a) 36 delegados natos; b) 1150 delegados de âmbito municipal; c) 146 delegados de âmbito estadual e; d) 88 delegados de âmbito nacional. **Encaminhamento:**

5.1. Pautar para a reunião de junho os critérios para definição dos delegados de âmbito nacional, os 88, os convidados, 280, e os observadores, 200, ficando os Conselheiros Renato de Paula e José Crus de elaborarem uma proposta. Item seis. Programação da 8ª Conferência Nacional de Assistência Social. Visando atender ao prazo para o encaminhamento do termo de referência, para operacionalização da conferência, a Comissão Organizadora apresenta a proposta de programação da conferência, anexa, contemplando principalmente o formato de organização da mesma. Os senhores têm aí em anexo também este outro documento, com a proposta de estrutura programática, da Conferência. **Sugestão de encaminhamento:** que a Comissão Organizadora deverá identificar colaboradores para contribuir nas etapas da programação. Item sete. Informes do Comitê de Comunicação. Os integrantes, Conselheiro José Crus e o Conselheiro José Araújo.

7.1. Boletim eletrônico informativo SUAS, número 27. 16 a 30 de abril de 2011. Esta pastoral do idoso não é mais a mesma. Boletim eletrônico informativo do SUAS, nº 27, 16 a 30 de abril. O boletim número 27 tratou do processo das Conferências de 2011. Ele anuncia a data da VIII Conferência, e os temas e os subtemas. 7.2. Jornal do MDS, uma edição especial sobre a conferência. Artigo com a Ministra Thereza Campelo, entrevista com o Presidente do CNAS, linha do tempo das Conferências da Assistência, incluindo a Conferência 0, que é sempre importante a Assistência nunca se esquecer que ela tem uma Conferência 0, pautando o tema de todas as Conferências. Matérias e entrevistas com os trabalhadores, usuários e gestores. Matérias sobre as conquistas, a partir das deliberações aprovadas nas conferências. Entrevistas com o Secretário-Executivo do MDS, a Secretária

da SNAS, o Presidente do CONGEMAS, do FONSEAS, entrevistas com Conselheiros do CNAS. Até o momento foram entrevistadas as Conselheiras Maria do Carmo Tourinho, na ABRA, a Conselheira Leila Pizzatto, da Associação Antônio Vieira, a Conselheira Maria Aparecida Godói da CNTSS-CUT. Entrevistas com Conselheiros municipais e estaduais de Assistência Social, experiências de mobilização no âmbito dos municípios, e um balanço das Conferências municipais. **Informes.** Item 8. Informes do comitê editorial. Os Conselheiros Renato de Paula e Leila Pizzatto. O calendário para elaboração do caderno de textos vem sendo cumprido e está sob monitoramento do comitê, tendo em vista a disponibilização de textos para as Conferências municipais, todos os autores indicados pela Comissão Organizadora aceitaram o pedido do CNAS, com exceção do Sr. Carlos Caio Luiz Carneiro Magno, do instituto Ethos, alegando outros compromissos assumidos em agenda de trabalho. Diante disto a Comissão Organizadora indicou para elaborar o texto com o título sugerido de: “O Trabalho em Rede – Otimizando Serviços Socioassistenciais, Qualificando o SUAS e Consolidando Direitos”. Que se refere ao eixo de reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais, Carlos de Oliveira, ex-Secretário de inclusão do Município de Santo André, em São Paulo. Até o presente momento o CNAS recebeu os textos dos seguintes autores: Églio Muniz, Eleonora Schettini Cunha, e Jucimeire Isolda Silveira. Estes foram encaminhados à Secretaria de Gestão e Avaliação da Informação, a SAGI, para revisão. **Sugestão de encaminhamentos:** O Comitê editorial fará novo contato com os demais autores, tendo em vista garantir o cumprimento dos prazos para a publicação do caderno. 8.2. O Comitê fez contato telefônico, e enviou convite ao senhor Ademar Carlos Oliveira, informando o prazo para a entrega do texto. 8.3. As ementas dos 4 subtemas da 8ª Conferência Nacional devem compor um informe complementar ao manual orientador da 8ª Conferência Nacional, para que municípios, estados e o DF possam buscar autores, se assim for do interesse, autores locais, para o desenvolvimento dos textos de apoio às suas Conferências. Item 8.4. Encaminhar informe complementar com as ementas aos Conselhos de Assistência Social e disponibilizá-las no site do CNAS. Item 9, Comitê de Acessibilidade. A Comissão discutiu a criação do Comitê de Acessibilidade, tendo em vista aperfeiçoar o trabalho de referência desenvolvido pelo CNAS na última Conferência, e ainda contribuir para a melhoria da acessibilidade nas Conferências municipais, estaduais e do DF. O Conselho Estadual de Santa Catarina encaminhou sugestão de inclusão de informações sobre o acesso à alimentação diferenciada de forma a atender diabéticos, intolerantes à lactose, celíacos e etc. **Sugestão de encaminhamento:** 9.1. Criação do comitê com a seguinte composição: o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o CONAD, e Conselheiros do CNAS, o Conselheiro Presidente, Carlos Ferrari, Conselheiro Frederico Leite, Conselheira Simone Albuquerque, Conselheira Maria Auxiliadora Araújo, a serem consultadas. 9.2. Que o Comitê se aproprie das orientações sobre acessibilidade, já encaminhadas pelo CNAS aos Conselhos para posterior elaboração de orientações complementares, considerando a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e metodológica. 9.3. O Comitê deverá apresentar uma proposta de formulário para monitoramento e avaliação para garantia de acessibilidade para as Conferências Municipais das Capitais, Estaduais, e do DF, a ser utilizado pelos Conselheiros que representarão o CNAS. Este material

será posteriormente consolidado pela Secretaria Executiva visando subsidiar o CNAS para os encaminhamentos relacionados ao tema. 9.4. Inclusão no informe CNAS nº 1, de 2011, que trata da acessibilidade, orientações sobre o acesso à alimentação diferenciada, de forma a atender diabéticos, intolerantes à lactose, celíacos e etc. 10. Discussão sobre a criação do Comitê de Mobilização. A Comissão entende que não há a necessidade da criação do Comitê de Mobilização em função de que no manual orientador da 8ª Conferência está previsto um instrumental que relatará o processo de mobilização das Conferências. 11. Criação do Comitê Executivo para operacionalização da 8ª Conferência Nacional. Art. 3º e 4º da Resolução CNAS nº 40, de 2010. Visando um suporte integrado para a operacionalização da Conferência Nacional, propõe-se a publicação de Resolução do CNAS, com a criação do Comitê Executivo composto por representantes da Secretaria-Executiva do CNAS, e setores do MDS, tais como a Secretaria-Executiva, a Secretaria de Planejamento e orçamento, a CONJUR, a ASCOM, a Secretaria Nacional de Assistência Social com seus departamentos, a SAGI, e demais secretarias.

**Sugestões de encaminhamento:** 11.1. Enviar Memorando à Secretaria-Executiva do MDS solicitando a indicação dos nomes, ressaltando que os mesmos devem ter disponibilidade de tempo para participação nas reuniões do comitê, e poder de decisão e encaminhamentos de providências em suas áreas de competências. Item 12. Patrocínio da 8ª Conferência Nacional de Assistência Social. A Secretária-Executiva do CNAS informou que constam recursos na ação 8249, funcionamento dos Conselhos, para operacionalização da 8ª Conferência, na ordem de R\$1,5 milhão, sendo necessários concentrar esforços na captação de patrocinadores. Em reunião com Secretários Executivos e Coordenadores de Conselhos Nacionais, que realizarão as Conferências em 2009, promovidas pela Secretaria Geral da Presidência da República, foi constatado que a maioria das Conferências deve contar com patrocinadores para sua realização. **Encaminhamento** 2.1. A Secretaria-Executiva do Conselho solicitará reunião com a Secretaria-Executiva do MDS e com a Secretaria Nacional de Assistência para a discussão de estratégias de articulação com possíveis articuladores e patrocinadores da 8ª Conferência Nacional. Item 13. Falta para a próxima reunião da Comissão, que tem uma data prevista de 10 de junho. Os convidados Valdete de Barros Martins, Coordenadora geral da relatoria, Beatriz de Paiva, Relatora Geral, Maria José Lanzetti, da equipe da relatoria, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e a Coordenadora Maria Ângela Rocha. 13.1. **Crerérios para a participação na 8ª Conferência Nacional.** 13.2. Representação do CNAS nas Conferências da Capital, com um material a ser disponibilizado aos Conselheiros, é aquele quadro a qual eu fiz referência. 13.3 Oficinas. 13.4. Informes do Comitê Editorial. 13.5. Informes do comitê de comunicação. 13.6. Apresentação da proposta de trabalho do comitê de acessibilidade. 13.7. Metodologia de trabalho. 13.8. A programação Cultural. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Coordenador da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social”. O Presidente procedeu à leitura dos anexos, iniciando pela programação, informando ser um esqueleto, destacando a importância das informações sobre o desenrolar da Conferência: “No dia sete, na quarta-feira, das doze às 17, o credenciamento. Das 12 e 30 às 15, o almoço. Das 15 às 16, acolhida aos participantes. Das 16 às 17,

*discussão e aprovação do regimento interno. Das 17 às 18, síntese da mobilização que foi realizada nas Conferências, conforme está lá na relatoria, e o balanço crítico do processo das Conferências em 2011. Às 18 horas, o jantar. Das 18 às 19, uma atividade cultural. Das 19 às 20, a solenidade de abertura. Das 20 às 21, a conferência magna. A centralidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no programa Brasil sem Miséria. Às 21 horas, uma homenagem ao Conselheiro Antônio Kbça, in memoriam, e a entrega da premiação ao vencedor do concurso para definição da logomarca do CNAS. A logomarca foi escolhida, e o premiado somente receberá o prêmio na Conferência. Às 21 e 30 o coquetel. Então esta é a programação do dia 7. No dia seguinte, no dia 8, o credenciamento continua! Às 8h30min começa um processo aí de acolhida aos participantes. Das 9 às 11h30min teríamos o primeiro painel, que é – Estratégias para a Estruturação da Gestão do Trabalho no SUAS e o Controle Social. Das 11h30min às 12h30min, debate. Das 12h30min às 14h, almoço. Das 14h às 16h, os Grupos de Trabalho. Das 16h às 16h30min, lanche. Das 16h30min às 18h, término do lanche e volta aos mesmos GT. Às 18h, o jantar, e das 19h às 22h, as oficinas simultâneas. No dia 09 de dezembro, na sexta-feira. Às 8h30min acolhida aos participantes. Das 9h às 11h, painel – Reordenamento e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais e o Controle Social. Das 11h30min às 12h30min, o debate. De 12h30min às 14h30min, almoço. Das 14h30min às 16h, os Grupos de Trabalho, das 16h às 16h30min, lanche, e das 16h30min às 18h a continuação dos Grupos de Trabalho, e às 18h o jantar. No dia 10, no sábado, às 8h30min, colhida aos participantes, às 9h, plenária final. De 13h às 14h30min, almoço e uma programação cultural. Das 14h30min às 18h, plenária final. Às 18h, mesa de encerramento da Conferência.” O Presidente passou à leitura das cartas: “Carta aos gestores: “O Conselho Nacional de Assistência Social convocou a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, que tratará sobre os avanços na consolidação do SUAS, com a valorização dos trabalhadores, e a qualificação da gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios, a ser realizada de 7 a 10 de dezembro de 2011 em Brasília – DF. Assim desencadeia-se o processo nas três esferas de Governo, onde, a corresponsabilidade entre gestores e conselhos se torna elemento fundamental para o sucesso das Conferências. A temática proposta pelo CNAS para as conferências, em 2011, é fruto do momento histórico que estamos vivenciando para a consolidação do SUAS e, conseqüentemente a efetivação da política pública de Assistência Social como direito do cidadão e dever do estado. Considera ainda a centralidade que os trabalhadores desta política assumem para a sua efetivação, e deste modo, faz-se necessário avançar na implementação da gestão do trabalho no SUAS, articulada aos imperativos do Controle Social. Ressaltamos que a implementação do SUAS requer o aprimoramento permanente de aspectos importantes, como a descentralização político-administrativa, o cofinanciamento, o controle social e a gestão. Alia-se à requisições de desenvolvimento da sociedade brasileira, como a erradicação da extrema pobreza que vincula-se estruturalmente à geração de oportunidades, à qualificação dos serviços socioassistenciais, e ao aprimoramento das iniciativas de transferência de renda. Neste sentido, o CNAS dirige-se aos gestores da Assistência Social, no intuito de reforçar as parcerias estratégicas com os Conselhos que, ao longo dos anos tem propiciado a realização de Conferências propositivas democratizadas e democratizadoras, com vistas a avançarmos*

*nos estatutos dos direitos sociais e humanos, naquilo que compete às atenções ofertadas pela Política de Assistência Social. Desejando êxito na realização das Conferências em todo país, reafirmamos a importância dos gestores prosseguirem também signatários desta política pública que cada vez mais se reafirma como garantidora de direitos – Conselho Nacional de Assistência Social”. Carta aos usuários: “Carta do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, aos usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O processo de mobilização e discussão sobre a consolidação do SUAS, e a valorização de seus trabalhadores já começou, com o início da realização das conferências municipais, sendo estas a primeira etapa deste processo, e que antecedem à 8ª Conferência Nacional de Assistência Social em todo o país. Trabalhadores, gestores, usuários e representantes das entidades de Assistência Social participarão ativamente das Conferências Estaduais, Municipais e do DF, que precedem à 8ª Conferência Nacional de Assistência, a ser realizada em Brasília, entre os dias 7 a dez de dezembro deste ano. O momento é histórico. Depois de termos no debate da centralidade a participação de você: usuário das políticas, nas últimas conferências, agora que caminhamos para tratar da qualificação dos serviços na perspectiva de valorizar os trabalhadores, faz-se fundamental a sua participação, tendo em vista que este é um direito conquistado, assegurado por lei, a partir da Constituição Cidadã, e consolidado com os avanços da Política Pública de Assistência Social. Caros companheiros de caminhada, precisamos juntos debater e deliberar nas três esferas de governo questões referentes à gestão estratégica do trabalho, à qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios, a participação popular e o controle social, e a centralidade do Sistema Único de Assistência Social no Programa Brasil sem Miséria. A realização da 8ª Conferência materializa um momento ímpar para avaliar como está a implementação do SUAS no Brasil, e a oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, que devem assegurar a sua participação no processo de deliberação e fiscalização da política pública de Assistência Social. É fundamental que a mobilização para as conferências permita que você, usuário, faça uma leitura da realidade local, procurando levantar avanços e dificuldades neste processo, e com base nesta análise, proponha estratégias que sinalizem caminhos de ruptura com práticas que o submetem à condições indignas e desfavoráveis. A hora é agora, participar para poder mudar para melhor. Somente com a sua participação estaremos mudando o que nos determina a Lei Orgânica da Assistência Social, a partir de uma perspectiva verdadeiramente participativa. Para isto, é fundamental que você exerça este direito. Sua participação autônoma, emanada de representatividade e com um olhar crítico, qualifica o controle social. Não deixe de participar para defender seus direitos, apresentar as necessidades relacionadas à política de assistência social que existem na comunidade em que vive, e luta para uma vida mais digna para você e a sua família. Conselho Nacional de Assistência Social”. Carta aberta aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. “O Conselho Nacional de Assistência Social convocou a 8ª Conferência Nacional de Assistência Social que tratará sobre os avanços na consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUA, com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios, e aí tem uma nota de rodapé, orientando que está no manual orientador, a ser realizada de 7 a dez de dezembro de 2011 em Brasília. Ressaltamos que é*

*imprescindível a mobilização dos atores que participarão da 8ª Conferência Nacional. Notadamente, você trabalhador da Assistência Social, bem como os usuários a quem se destina a política, são parte integrante e fundamental no processo de aprimoramento do SUAS. Entendemos que este aprimoramento só será possível porque neste percurso de construção e implementação do SUAS houve um investimento incisivo, e adesão dos trabalhadores que participaram ativamente nos processos de discussão, decisão e defesa intransigente dos direitos sociais. Hoje são mais de 200 mil trabalhadores que atuam no SUAS e que se reconhecem e são reconhecidos como sujeitos políticos, com uma identidade própria de trabalhadores da Assistência Social, norteados por princípio ético-políticos. Tais princípios fazem com que os trabalhadores exercitem seus papéis de operadores do direito comprometidos com o protagonismo dos usuários, e o fortalecimento da cultura democrática e de direitos. Com este entendimento, o CNAS reafirma que só é possível aprimorar o SUAS e qualificar os serviços com a valorização e qualificação dos seus trabalhadores e trabalhadoras que prestam serviços de caráter público e continuado na perspectiva de desenvolvimento de práticas comprometidas com a transformação social em direção à uma ética voltada para a emancipação humana. Outro destaque para o sucesso do processo de conferência é quanto ao fortalecimento de alianças entre os gestores, representantes das entidades e organizações de Assistência Social, trabalhadores e usuários, no sentido de aprimorar a gestão do SUAS e qualificar a oferta dos serviços. Para tanto queremos motivar a sua participação enquanto trabalhador da Assistência Social neste processo de mobilização para a próxima conferência nacional, como elemento motivador junto a seus pares e, principalmente, junto aos usuários da Assistência Social. Diante destas premissas, o Conselho Nacional convida a você, trabalhador do SUAS, para conhecer e ficar atento aos informes publicados sobre a 8ª Conferência Nacional na página eletrônica do CNAS. [http://www.mds.gov.br/cnas/viii\\_conferencia\\_nacional](http://www.mds.gov.br/cnas/viii_conferencia_nacional). Além disso, conclamamos a todos para assumir as suas centralidades neste processo, bem como a contribuir em seus espaços de ação para o reconhecimento público da legitimidade e do protagonismo dos usuários na identificação de suas necessidades pessoais, visando sua autonomia e conseqüente garantia de seus direitos. Como estratégias de mobilização, serão organizadas pelos municípios, estados, DF e União, reuniões, palestras, debates públicos, eventos e encontros temáticos e outras ações que fazem parte da esfera cotidiana dos trabalhadores da Assistência Social e devem ser utilizadas metodologias que propiciem a participação de todos os atores da Assistência Social, notadamente os usuários desta política. Estes eventos de mobilização são fundamentais para assegurar e potencializar a participação dos usuários e mais atores da Política de Assistência Social. A participação proativa dos trabalhadores deve ser antecedida de uma atuação fundante deste segmento, ainda mais neste momento em que a centralidade da temática da VIII Conferência está na valorização dos trabalhadores, atuação esta”, temos que tirar o acento, “atuação esta que deve culminar com a construção de um novo paradigma de maior participação e permeabilidade aos usuários e demais atores da política pública de assistência social, que deve ser sempre voltada para o interesse daqueles que dela necessitam em um processo de construção conjunta. Garantir a centralidade dos trabalhadores na efetivação da política pública envolve afiançar o*

*protagonismo dos usuários na construção de uma política pública, envolve afiançar o protagonismo dos usuários, na construção de uma autonomia e qualificação dos serviços públicos e privados em que esperamos qualificar e garantir o controle social da Assistência Social, bem como atuarmos diante da centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.”* O Presidente propôs que as orientações não fossem lidas, por ser um extenso documento, observando que ainda lia a carta para as entidades. O Conselheiro José Crus esclareceu o grande tamanho das cartas, que transmitiam todas as informações necessárias, sendo repassadas à ASCOM, para correção. A Conselheira Simone indagou à Comissão acerca das questões levantadas como orientação para a Comissão Organizadora, feitas no último Pleno e que não haviam ficado claras, indagando sobre a discussão com relação às Conferências Estaduais e aos formulários enviados e solicitando esclarecimentos. O Presidente observou que a discussão havia sido feita sobre às Conferências Estaduais, e o anexo que não havia sido lido tratava das orientações para as Conferências. A Conselheira Simone ponderou que a Comissão Organizadora da Conferência definia se os assuntos estavam todos contemplados, indagando sobre as colocações a respeito da Conferência Estadual e faltando a proposta sobre a mesma. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que estavam trabalhando junto à relatoria, soltando as orientações para a Conferência, tendo saído um primeiro documento com orientações gerais, sendo discutido que primeiro passariam as informações para as municipais e depois para as estaduais, com inclusão das observações feitas pela Plenária no documento denominado *“Orientações complementares ao manual orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social: etapa estadual e do DF”*. Observou que deveriam ter apontado no mesmo as considerações feitas, ou isso seria feito em outra oportunidade. A Conselheira Simone lembrou as deliberações do último Pleno que não tratariam a etapa estadual da mesma forma, pois teria destaque na Conferência Nacional, observando que não deveria se perder a oportunidade de discutir a Conferência Estadual. O Presidente encontrou pertinente essa sugestão, pois como aprovariam esse documento seria importante sua leitura e registro. O Conselheiro Renato de Paula concordou com as colocações da Conselheira Simone, tendo que ler e discutir o documento, o que seria feito após a apresentação da professora Rosângela Paz. O Presidente destacou a importância do trabalho feito pela professora. Rosângela, com os Conselheiros participando das Conferências devidamente subsidiados. O Conselheiro Renato de Paula relatou que haviam feito um trabalho a partir de várias discussões em Plenária dos temas a ser colocados nas Conferências de 2009, dando uniformidade nas questões apresentadas pelos Conselheiros. Informou que para 2011 a Comissão Organizadora havia encaminhado que seria importante que fosse feito um material semelhante para uniformizar a fala dos Conselheiros Nacionais. Que a diferença era que antes da produção final desse material, haviam encaminhado que fariam uma conversa sobre os pontos elencados, com um convite feito à professora Rosângela para que elaborasse esse material com base nos documentos anteriores, como base para discussão a ser feita pelo Pleno. Destacou que a partir dessa discussão, a Comissão Organizadora, junto com a professora Rosângela se debruçaria na produção definitiva do material. A professora Rosângela falou sobre o

desafio que as Conferências representavam, com parte do sucesso da Conferência Nacional devendo-se ao debate promovido nos municípios e nos estados. Informou que o material a ser apresentado não estava acabado, sendo uma contribuição no sentido de se unificar a fala do Conselho Nacional e estando aberto a alterações. Passou a fazer uma apresentação geral do material em tela, colocando-se à disposição para particularizar questões municipais e estaduais especificamente. Informou o título *“Orientações Gerais para Conselheiros Nacionais Participantes das Conferências Estaduais e Municipais de Assistência Social”*, não sendo um material para divulgação nas Conferências, mas sim para situar o Conselheiro nesse processo. Discorreu sobre os pontos tratados no documento e a devida representação do Conselho Nacional de Assistência Social, sendo importante que o pensamento colocado fosse do conjunto do CNAS, e não individualizado, além de contribuir para o processo democrático. Falou sobre a legislação que regia os Conselheiros, os quais deviam prestar contas à sociedade e os elementos que os orientavam como agentes públicos. Lembrou que o CNAS era o primeiro Conselho a ter um Código de Ética específico, destacando que a sua função era de relevante interesse público no âmbito da Política Pública de Assistência Social, discorrendo sobre a especificidade do controle social e do papel dos Conselheiros no SUAS, que havia tornado mais claro o papel dos Conselheiros e sua representatividade. Informou que esse material deveria ser melhorado, discorrendo sobre os passos a ser tomados durante o desenrolar do evento, e as questões que deveriam ser enfatizadas, como a Conferência Zero. Apresentou um quadro sobre todos os eventos realizados, com a IV Conferência marcando o início do processo com a nova Política Nacional e com a aprovação da NOB-SUAS. Falou sobre os elementos centrais do manual, os objetivos, os eixos, esclarecendo como isso seria resumido e colocado em Power Point, assim como os subtemas seriam trabalhados e quais as questões a ser enfatizadas e o que deveria ser discutido. A professora Rosângela, concluindo, observou ser uma contribuição, aberta a alterações e sugestões do Pleno. O Presidente, agradecendo a apresentação, abriu para considerações, com a Conselheira Simone o material muito pertinente. Observou que trazia questões discutidas no último Pleno e que considerava muito importantes para avançar no papel dos entes, assim como o papel das Conferências deveria ser definido com desenho estadual e municipal para as mesmas. Observou que o Conselheiro participava desses eventos em nome do CNAS, falando das suas orientações, tendo que se ter um posicionamento sobre a extrema pobreza para se discutir esse tema na Conferência Nacional. Discorreu sobre as questões centrais colocadas, o acompanhamento familiar, o SUAS e sua capacidade intersetorial, questões que davam certa direção para o posicionamento do CNAS. O Conselheiro Wagner cumprimentou pela apresentação, manifestando dificuldades na sugestão de tabelas, dos avanços e desafios, observando que os Conselhos Municipais e Estaduais tinham dificuldades de como trabalhar esses atos de conferência. Concluindo, elogiou o resgate da Conferência Zero, subsidiando os novos Conselheiros. O Conselheiro Pedro Ost indicou o primeiro slide, onde teria que ser acrescentada uma palavra, falando sobre a importância do termo “Conselheiro”. Referindo-se à primeira estratégia, não lembrava se nos desafios aparecia algo sobre a estrutura física, o que encontrava um grande desafio. A Conselheira Leila manifestou-se contemplada

com as falas anteriores, sugerindo que após as adequações indicadas pelo Pleno, o material fosse repassado com o logo do CNAS e da Conferência. Propôs que se tivesse como diretriz, sempre que se falar em nome do Conselho, se utilizar um material construído pelo Conselho em todos os espaços e com um conteúdo único para todas as falas do mesmo tema. O Conselheiro Relato de Paula ponderou que havia alguns pontos que deveriam tratar nas Conferências por estar na expectativa não só dos Conselhos Estaduais, Municipais e Distrito Federal, mas na expectativa dos atores da Assistência Social, de uma forma geral. Citou os pontos elencados, indicando estarem em um processo de discussão acerca de uma nova sistemática, de uma nova metodologia, de novos processos e procedimentos com relação à adesão ao SUAS. Que estava sendo discutida a NOB, e que todos os envolvidos na Assistência Social colocassem suas ações na perspectiva do planejamento e sobre o qual já havia saído uma orientação do CNAS para os Conselhos. Observou que se deveria reforçar não só o caráter da Assistência Social como política pública, mas como política de seguridade, com o termo “*seguridade social*” tendo que aparecer mais para reforçar essa idéia. Ponderou que se discutiria a erradicação da miséria, mas era preciso debater a Assistência qualificada dentro do eixo da seguridade, com esse termo tendo que estar presente, relatando a apresentação sobre o PPA que havia acontecido e com esse tema sendo tratado. Destacou outras questões a serem incluídas, o reordenamento institucional que estava acontecendo na rede socioassistencial; no eixo da gestão do trabalho, fomento da organização local dos trabalhadores, capacitação, acessibilidade, falando sobre cada uma dessas questões e que mereciam ser incorporadas nas transparências. A Conselheira Eutália parabenizou pelo material apresentado, manifestando-se contemplada com as falas anteriores, tendo conseguido construir uma lógica de apresentação, de fala do CNAS que transmitia a sua participação nesse processo de Conferência, em especial nas Conferências Municipais e Estaduais. Indicou alguns destaques que deveriam ser feitos, sentindo falta da emoção enquanto processo de aprovação do PL SUAS; o debate em torno da nova NOB, que trazia como elemento principal a questão do planejamento; formato das Conferências, conforme colocado pela Conselheira Simone; pensar uma estratégia, não podendo ir para essas Conferências sem tirar uma posição do Conselho com relação à temática e à pergunta sobre a temática do enfrentamento, da erradicação ou do plano, mas que extrapolava um programa de governo e que interessava a todos e que já havia sido discutida. Concluindo, agradeceu a contribuição da professora Rosângela, que vinha uniformizar a representação do Conselho Nacional pelos seus membros. O Conselheiro José Crus solicitou o registro da organização dessa apresentação que traduzia as discussões que vinham fazendo na Comissão Organizadora da VIII Conferência. Sugeriu o reordenamento da apresentação, ratificando as falas anteriores e indicando o quadro com as informações sobre as Conferências realizadas. Que havia que falar sobre o Plano Decenal, discorrendo sobre a importância dessa discussão, cujas informações seriam repassadas para os demais Conselhos. Indicou o subtema da gestão do trabalho, com a Comissão Organizadora sugerindo a realização de um debate para aprimorar essa questão no âmbito dos estados e nacional. Destacou que havia que ter muita clareza nesse debate para não tornar o espaço de uma Conferência que tinha como proposta avaliar a política pública. Ponderou que tinham

muito que contribuir com esses quadros dos avanços e que não trariam todas as informações, considerando o acúmulo de dados. Concluindo, o Conselheiro José Crus chamou a atenção para a questão do Plano Decenal e da gestão do trabalho, fundamentais para esse momento de aprimoramento da gestão do Sistema e da qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais. O Conselheiro Carlos Rogério ressaltou a importância dessa exposição, destacando a consolidação do caráter da política, da concepção da política nacional da Assistência Social, tendo participado desse processo de construção, ademais do caráter histórico de atores sociais envolvidos. Encontrava que o tema da Conferência tinha essa grande tarefa, pautando-se pelo avanço na concepção da grande política da Assistência Social. O Presidente observou que gostaria de ouvir a professora Rosângela sobre a relação entre forma e conteúdo. Indicou as colocações do Conselheiro Renato de Paula e da Conselheira Simone sobre a erradicação da extrema pobreza, ressaltando que preferia transparências com pouco conteúdo. O Conselheiro José Geraldo ressaltou o que o Conselheiro Renato de Paula havia colocado em relação à seguridade e a Conselheira Eutália em relação ao Programa de Erradicação da Pobreza. Encontrava que o Conselheiro precisava ter com muita clareza o que significava Programa de Erradicação da Pobreza, discorrendo sobre o mesmo e seu objetivo, criando sinergia, em especial, entre as políticas sociais. O Conselheiro Frederico agradeceu a apresentação, que vinha enriquecer a contribuição dos Conselheiros nas Conferências Municipais e Estaduais, manifestando-se contemplado em parte pela fala do Conselheiro José Crus. Observou que na última reunião da Comissão haviam colocado no roteiro do subtema e na questão da estratégia para a estruturação da gestão do trabalho mencionavam a mesa, citando o item B do manual *“significado do trabalho social, política de capacitação e mesa de negociação”*, sugerindo que o Pleno e a Comissão retomassem essa discussão. O Presidente submeteu à Plenária que autorizou que a Sra. Solange Bueno, do CMAS/SC, e da Associação Catarinense para a Integração de Cegos, fizesse uso da palavra. A Sra. Solange agradeceu à professora Rosângela pelo aprendizado, com a apresentação de uma matéria que a deixava um pouco mais tranquila em relação a todas as demandas no município de Florianópolis, ressaltando que a experiência atual no Conselho Municipal, onde havia exercido um ano de mandato, havia feito repensar sua função de Conselheira, considerando que ainda não estava pronta para esse exercício, discorrendo sobre as demandas de um Conselho Municipal. Destacou que sua preocupação era que se após o término de suas funções, teria condições de usar esse aprendizado para que pudesse dar continuidade ao seu trabalho. Indicou que os Fóruns Municipais estavam enfraquecidos, sendo desse espaço que saíam as representações para os Conselhos Municipais, com os mesmos não tendo conhecimento da demanda que estava acontecendo nesse momento, o que muito lhe preocupava. Manifestou preocupação com as orientações, considerando a diversidade existente e a necessidade de respostas, com o Conselheiro Nacional sendo uma autoridade que vinha trazer as respostas que esperavam. A Sra. Solange falou sobre as demandas do Conselho Municipal que tinha que dar conta, o trabalho a ser realizado e a situação do usuário, questionando como haviam crescido após os dois anos de realização da Conferência. A Sra. Dideane, do CEAS/PB, observou que na apresentação havia sentido falta de algumas questões que iam

além da qualificação de serviços, da capacitação dos trabalhadores e que era discutir a composição das equipes em cada serviço tipificado e o que havia sido efetivado das deliberações da última Conferência. Que também era preciso avaliar o Plano Decenal, a questão da mesa de negociação, do Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS, e, principalmente a questão da aprovação do PL SUAS, pois se falavam em consolidar o SUAS era preciso ter o PL aprovado para ter a definição orçamentária. A professora Rosângela com relação à forma e conteúdo, ponderou que todas as questões teriam que ser contempladas, não vendo nenhuma que já não houvesse sido discutida e consensuada, exceto a discussão sobre a entrada ou não da mesa de negociação, questão que não sabia informar. Com relação à forma, observou ter uma dúvida ao montar o material, sendo interessante preparar algumas telas pontuando todas as questões e explicando como os temas seriam abordados, inclusive para não comprometer o tempo de apresentação. Dirigindo-se à Sra. Solange, destacou o desafio que o papel de Conselheiro representava, falando sobre as fases da política que haviam acompanhado e o momento do SUAS que exigia especialização em alguns temas, apropriando-se da política para poder discutir e tomar decisões. Informou que não havia participado do Seminário relatado pelos Conselheiros Frederico, José Crus e Sra. Dideane, mas havia tido acesso ao material de algumas apresentações, mas sem elementos sobre a discussão do CNAS a respeito da gestão do trabalho, faltando-lhe alguns subsídios para poder fechar a questão. Que talvez essa discussão e a da Comissão Organizadora possibilitassem trabalhar melhor e colocar o produto do que era consensual na Comissão em relação à gestão do trabalho. A Conselheira Simone, dirigindo-se à Sra. Solange, ponderou que se ela não tinha lugar no SUAS o controle social estava errado, o qual tinha que ser discutido como direito a ser exercido corretamente, falando sobre aquilo que se poderia fazer para realizar um bom trabalho, principalmente a existência de uma boa Secretaria-Executiva. Destacou que havia que discutir nessa Conferência, como dar qualidade e condições para o controle social, tendo muitas ações que poderiam ser feitas para isso. Informou a realização de uma Conferência que a CGU estava convocando para o próximo ano, relativa ao controle interno sobre controle social, necessário para democratizar o estado. Observou que só fazia opção da gestão do trabalho com o SUAS democrático, caso contrário não aconteceria essa discussão, com a Conferência Municipal devendo ser simplificada para não comprometer a sua gestão. Citando o Conselheiro José Crus, falou que a mesa de negociação tinha que ser entendida como necessária para uma gestão que se queria negociada, colocando a importância do trabalhador. Destacou a necessidade de criar convicções mais bem consolidadas, esperando que essa Conferência desse um rumo de qualidade para o SUAS, porque não adiantava investir nisso se não era discutida a qualidade da oferta dos serviços. O Conselheiro Renato de Paula lembrou que estavam construindo apontamentos políticos e do ponto de vista geral de uma orientação política das Conferências e não os conteúdos, o que era outra questão. Ponderou que o fato de determinados assuntos e instrumentais não constarem nas transparências, não queria dizer que não seria tratado na Conferência. Com relação à gestão do trabalho ponderou que se poderia entrar em um debate completamente desnecessário, relatando o que haviam tratado sobre o assunto e como poderia ser incluído na transparência colocado entre parênteses, como

estava no manual. Esclareceu que os temas, mesmo que não aparecessem na transparência estariam nas anotações para os Conselheiros, sendo uma questão de forma e conteúdo. O Conselheiro Frederico manifestou-se contemplado nessa fala, retomando a degravação da reunião da Comissão Organizadora, constando na linha 42 a 44, de que exemplificariam não só a política de capacitação, mas o plano de cargos e carreiras e a mesa de negociação. A professora Rosângela indicou ter uma série de elementos para rever a discussão, querendo entender um pouco como era o processo a seguir, indagando quando precisariam esse material e quando iniciavam as Conferências Estaduais, ponderando que estariam presentes nas Municipais. O Presidente indicou que em princípio seria julho e que, caso a Plenária concordasse, a Comissão Organizadora poderia fechar essa questão com a professora no dia 10 de junho. A professora Rosângela informou que articularia com a Comissão Organizadora e que nessa data finalizariam esse trabalho, indagando se a participação dos Conselheiros Nacionais era prioritariamente nas Conferências Estaduais ou também nas Municipais, sendo informado que seria nas capitais. Encontrou interessante a fala do Conselheiro Renato de Paula, ponderando que talvez o tom da fala dos Conselheiros era um tom político e que apontaria as questões, não fazendo uma explanação a fundo de todos os itens, mas marcaria o temário, informando como trataria desse material. A Conselheira Eutália questionou o lugar em que estariam na Conferência, se em uma mesa de abertura ou em uma mesa redonda, ao que o Presidente informou que na última Conferência havia sido deliberação desse Pleno que o Conselheiro não estivesse na Conferência apenas no momento de abertura, mas que contribuísse para uma fala. A Conselheira Eutália sugeriu que se pensasse em duas versões de formato de apresentação, uma para município e outra para estado, sendo ambas com conteúdo político, mas uma em uma forma mais de apresentação e a outra em uma forma de fala política do Conselheiro. O Presidente ratificou a importância de dois produtos, falando sobre a participação dos Conselheiros em duas Conferências e com o mesmo material, o que acabava frustrando uma expectativa. Citou a fala da Conselheira Simone sobre a importância de se valorizar as instâncias, sendo produtos parecidos, mas sendo trabalhados de forma diferente em momentos idem. A seguir, a Conselheira Simone procedeu à leitura das orientações para a realização das Conferências em âmbito estadual: *“Construção da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, Contribuição da Etapa Estadual. 1.1-Tema. A Portaria Conjunta MDS/CNAS nº 1, de 17 de dezembro, que trata da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, estabelece, no artigo 3º, o seguinte escopo e temática: “tratará sobre os avanços na consolidação do Sistema Único de Assistência Social — SUAS, com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios”. É assim que os estados e o Distrito Federal tanto como os municípios e a União, por meio dos seus Conselhos de Assistência Social, deverão realizar SUAS respectivas conferências com o lema “Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores”* 1.2. Subtemas. *De maneira a desdobrar o tema geral e melhor subsidiar a construção das reflexões suscitadas com a temática oficial, sugerimos quatro subtemas: estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS; reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais; fortalecimento da participação e do controle social; a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil. Objetivo Geral.*

*Conforme princípio constitucional e legislação complementar, cabe às Conferências “avaliar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.”*

*Objetivos Específicos. Avaliar os avanços obtidos na gestão do trabalho no SUAS , então aqui tem o objetivo específico do componente de avaliação; avaliar a qualidade da oferta dos serviços, sob a lógica do trabalho articulado em rede (entidades socioassistenciais e unidades estatais), do protagonismo e participação dos usuários e da valorização dos trabalhadores; propor estratégias para o fortalecimento do alcance das atenções ofertadas pelo SUAS no processo de erradicação da pobreza extrema, definindo articulações intersetoriais prioritárias e formas de financiamento adequadas; avançar na propositura de estratégias para a consolidação da participação e do controle social na assistência social, como eixo estruturante do SUAS, para o fortalecimento do protagonismo dos usuários e para valorização dos trabalhadores.*

*1.5. Resultados Esperados do Processo de Realização das Conferências. Registro do processo de mobilização, da dinâmica da Conferência; sistematização do debate dos conteúdos dos subtemas; avaliação, ou seja, um balanço crítico da implantação do SUAS, ressaltando a especificidade da esfera estadual e do DF; propostas/deliberações para a consolidação do SUAS, valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios. Cronograma. Realização das Conferências Estaduais e do Distrito Federal até 14 de outubro de 2011. Entrega do Relatório ao CNAS com os resultados das Conferências Estaduais e do DF até 28 de outubro de 2011 e a Conferência Nacional de 07 a 10 de dezembro.*

*1.7. Mobilização das Conferências. Semelhante aos municípios, o CNAS recomenda a realização “eventos preparatórios” para as conferências de 2011, com o objetivo de promover o debate ampliado dos subtemas, qualificar a participação em nível local e sensibilizar para a Conferência. Destacamos, assim, a possibilidade de construção das Conferências Estaduais e do Distrito Federal a partir da realização também de “plenárias preparatórias para mobilização” pelo Conselho, em articulação com a Secretaria de Assistência Social, reunindo os diferentes segmentos presentes na construção do SUAS na Unidade Federativa, seja para construir debates e subsídios que contribuam nos grupos na Conferência, seja para precisar e formular os novos pontos de discussão, a partir do roteiro aqui sugerido. Relembramos que as atividades de caráter preparatório e mobilizador podem ser melhor qualificadas se subsidiados por análises prévias das condições atuais de implementação do SUAS. No caso do tema “gestão do trabalho”, por exemplo, desde a NOB/RH como referência; sobre a qualificação dos serviços socioassistenciais, tomando por base a Tipificação dos Serviços, o Censo/SUAS e outras normativas. Também reafirmamos uma preocupação central, já levantada no Manual Orientador da VIII Conferência Trata-se da diversidade de sujeitos e organizações que participam das Conferências. Este fato é certamente positivo, porém, impõe o compromisso dos organizadores da Conferência com a homogenização mínima de informações. Assim, para que todos possam se articular e se preparar igualmente para as discussões, o processo de mobilização deve privilegiar a capacitação dos participantes, seja por meio de plenárias, reuniões, encontros, palestras, seja em debates públicos ou pré-conferências temáticas. No caso das Conferências*

*Estaduais e do Distrito Federal, espera-se que este processo de mobilização prévia e preparatória seja alcançado considerando a sistematização das Conferências Municipais e de fóruns pré-Conferências. Desta maneira, cabendo às unidades da federação organizar, conforme suas características, eventos regionais de mobilização para debater a temática da conferência e seu significado, tendo em vista a mobilização de todos os segmentos a serem representados nas conferências (usuários, trabalhadores do setor, entidades de assistência social e representantes governamentais). É fundamental que as discussões tenham como princípio o compromisso com a ampliação da participação dos usuários nos espaços dos Conselhos e Conferências, bem como no cotidiano do acesso e da realização do direito à assistência social, e tenham como referência as ementas e os resultados esperados de cada subtema da Conferência Nacional. A metodologia a ser utilizada deverá levar em consideração a necessidade de abranger os órgãos setoriais do governo, as organizações de abrangência estadual e regional que representam os segmentos da Sociedade Civil nos espaços de controle social, os conselhos de outras políticas públicas e de direitos, o Ministério Público Federal e Estadual, Promotorias da Infância e Juventude, do Idoso e outras instâncias do Sistema de Garantia de Direitos. Outra questão a ser observada é que as conferências de assistência social não devem ser realizadas conjuntamente com outras conferências de direitos e de outras políticas setoriais). Quero um destaque aqui também. 1.8. Dinâmica de Discussões e Deliberações para as Conferências. As Conferências Estaduais tem se mostrado momentos fundamentais para a produção dos resultados mais amplos e efetivos de todo o processo de construção do SUAS e do aprimoramento de seu marco regulatório. Deve construir, nesse sentido, não só a síntese das propostas advindas das Conferências Municipais, mas, sobretudo, propiciar um detalhado balanço crítico sobre os desafios e impasses da gestão estadual, na construção do SUAS. Por esta razão, propomos a elaboração de uma dinâmica específica para os grupos de trabalho nas Conferências Estaduais, que possa contemplar as especificidades desta discussão, atentando para o papel da esfera estadual e a particularidade do Distrito Federal na implementação do SUAS. Mantendo o roteiro temático contido no Manual já encaminhado pelo Conselho Nacional, que auxilia a realização das Conferências, sugerimos agora esta especial metodologia, visando qualificar as Conferências Estaduais e do Distrito Federal, instrumentalizar os relatórios das mesmas e, desta forma, fortalecer a conexão das discussões em âmbito nacional, por meio dos subsídios sistematizados para a VIII Conferência. O esforço de qualificação do processo de implantação do SUAS, por meio da construção democrática e participativa que cada ciclo de Conferência gera, reafirma a importância de que as Conferências Estaduais e do Distrito Federal viabilizem momentos de assembleias amplas, com os painéis e plenária de deliberação, sem descuidar da organização dos pequenos grupos de discussão. Ademais, espera-se que nas etapas estaduais, assim como do Distrito Federal, sejam preparadas oficinas, a exemplo das Conferências Nacionais, que reúnam os trabalhadores, usuários, entidades, e demais sujeitos em momentos específicos de qualificação, tendo em vista a realidade da Unidade da Federação, suas potencialidades, responsabilidades e especificidades. Desta forma, tanto quanto o momento de deliberação das propostas, que integrarão o relatório estadual e do Distrito Federal, a garantia de uma*

*ampla e cuidadosa discussão nos grupos, dedicadas à avaliação do Sistema e dos desafios e avanços consolidados, são essenciais para a definição dos rumos de implementação do SUAS nos próximos anos. O propósito aqui é apresentar uma metodologia específica às Conferências Estaduais e do Distrito Federal na medida em que seu produto será também matéria de construção dos temas e discussões para a Conferência Nacional. Como instância máxima de deliberação, as Conferências Estaduais e do Distrito Federal cumprem papel decisivo na consolidação do SUAS como um Sistema Único, descentralizado e participativo.*

*1.8.1. Particularidade das Mobilizações para a Conferência do Distrito Federal. Ressalta-se, aqui mais uma vez, a importância da mobilização do Distrito Federal em Regiões Administrativas, destaque, de forma a qualificar, fortalecer e ampliar a participação dos usuários e dos trabalhadores na Conferência nessa singular instância de governo, utilizando-se, para tal, dos serviços já existentes nas unidades públicas da Assistência Social, bem como outros espaços ou serviços que reúnem os usuários da assistência.*

*Conteúdo e Realização dos Painéis. Um aspecto decisivo para o sucesso das Conferências é a produção de subsídios para avaliação e análise da realidade de implantação do SUAS, na esfera estadual e do Distrito Federal. Sabe-se que o manejo da política pública é um empreendimento com alto grau de complexidade técnica, que não pode secundarizar a construção de informações qualificadas sem as quais o percurso das decisões e ações correm o risco do imprevisto, inaceitável quando se trata de recursos e responsabilidades republicanas. Desta forma, todos os temas a serem abordados nos painéis devem ser subsidiados por detalhado balanço crítico sobre as ações previstas no Plano Decenal, considerando o Pacto de Aprimoramento de Gestão, bem como dos dados constantes no Sistema RedeSUAS, CadÚnico, Censo SUAS e de sistemas de informações estaduais e do Distrito Federal, ao lado de avaliação das indicações previstas no marco regulatório do SUAS já relacionado no documento anterior. Estes dados devem ser sistematizados pelo Órgão Gestor e pelo Conselho, dada sua privilegiada perspectiva. Na medida em que os painéis têm como objetivo subsidiar as discussões nos grupos, o ideal é que estes sejam acompanhados de debate. Ressalta-se a importância de se assegurar nos painéis análise preferencialmente por pesquisadores, e/ou militantes, e/ou gestores da área, decorrente da sistematização dos dados e indicadores da gestão estadual e do Distrito Federal no processo de implementação do SUAS, elaborados e/ou apresentados previamente. Organizadas com os diferentes subtemas, as mesas devem ainda suscitar a análise sobre a peculiaridade das diferentes regiões do Estado e do Distrito Federal, contemplando as ações para a gestão, o co-financiamento, as medidas desencadeadas para gestão do trabalho no SUAS, os desafios para a participação e o controle social, as iniciativas de articulação para o Enfrentamento à Pobreza, ou seja, os principais aspectos da construção do SUAS nesta especial dimensão política intermediadora das esferas governamentais.*

*Conteúdo e Realização dos Grupos. Da mesma forma, para auxiliar as discussões nos grupos, é essencial a organização e disponibilização destes dados de gestão da assistência social em âmbito estadual e do Distrito Federal, junto ao roteiro temático proposto a seguir.*

*Subtema 1: Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS. Concepção da gestão do trabalho no SUAS; Significado do trabalho social; Plano Estadual de Capacitação e sua relação/articulação com as esferas municipal e federal;*

*Mesa de Negociação; Organização dos trabalhadores e controle social; Compromissos dos entes federados para implementação da NOBIRH e na gestão do trabalho; Equipes de referência e serviços socioassistenciais. Questões para o debate nos grupos: Quais são as iniciativas relacionadas à implementação da NOB/RH na Unidade Federativa? As equipes de referência estão estruturadas de forma a atender às exigências do SUAS para a esfera estadual ou do Distrito Federal? Em que medida as ações do pacto estadual de gestão estão encaminhadas? Quais os desafios para a profissionalização plena da assistência social na UF? Quero destaque aqui. Subtema 2 Reordenamento e qualificação dos serviços. Centralidade da oferta dos serviços com base na família e no território. Avaliação da implementação do SUAS, quanto: -ao planejamento e organização da gestão; co-financiamento e repasse fundo- a- fundo; sobreposição de fundos estaduais na área; utilização dos recursos do IGD nos municípios, estados e DF; controle social e participação dos usuários; os serviços de proteção social da assistência social e às seguranças ofertadas pela rede socioassistencial (pública e privada); regionalização dos serviços socioassistenciais e à intersetorialidade. Questões para o debate nos grupos: De que forma as iniciativas da Unidade Federativa fortalecem à implantação do SUAS? Em que medida os recursos próprios do orçamento estadual ou do Distrito Federal têm contribuído para a qualificação dos serviços e benefícios? Há sobreposição de fundos estaduais na área? As ações de regionalização dos serviços socioassistenciais atendem às necessidade da população? Qual o alcance da capacitação continuada para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais? Quero um destaque aqui também. Subtema 3: Fortalecimento da participação e do controle social. Contribuição da participação e do controle social no processo de consolidação do SUAS e na perspectiva da erradicação da pobreza; Avanços e desafios dos conselhos de assistência social no Brasil pós SUAS; Limites e possibilidades da organização e participação dos movimentos sociais no SUAS na atualidade; Participação dos usuários como condição para prevenção a riscos sociais. Questões para o debate nos grupos: Como se dá a participação e o controle social no processo de consolidação do SUAS? Quais os principais desafios dos conselhos/fóruns de assistência social? Como os movimentos sociais tem atuado na defesa do SUAS, como direito de seguridade social? Como tem sido potencializada a participação dos usuários para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais? Subtema 4? A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil: As múltiplas dimensões da pobreza e o desenvolvimento de estratégias para seu enfrentamento; As expressões da desigualdade social, (renda, gênero, raça e etnia); Direitos Humanos e Direitos Socioassistenciais; A participação do SUAS na geração de oportunidades com base no fortalecimento da liberdade e da cidadania; Universalização dos direitos sociais na perspectiva da construção de um sistema de proteção social não contributivo; A intersetorialidade no desenvolvimento das políticas e programas de enfrentamento à pobreza. Questões pan o debate nos grupos: De que forma podemos construir a centralidade do SUAS frente no Plano Brasil sem Miséria? Quais as estratégias que o SUAS pode desenvolver para o fortalecimento da intersetorialidade das políticas? Em que medida o SUAS tem contribuído para a universalização do acesso aos direitos sociais? Como as diferentes expressões da desigualdade social (renda, gênero, raça e etnia) tem sido enfrentadas*

no âmbito do SUAS? Proposta de Organização das Conferências Estaduais e do Distrito Federal Destaque. A elaboração de tópicos na forma de ementas em cada subtema tem o propósito de aprimorar o desenvolvimento do conteúdo seja na preparação dos painéis seja na redação de textos orientadores. A seguir, encaminham-se as seguintes sugestões da Comissão organizadora da VIII Conferência. Estratégias para a Estruturação da Gestão do Trabalho no SUAS a) A centralidade dos trabalhadores na efetivação dos acessos aos direitos socioassistenciais e a qualidade dos serviços no SUAS Proposta de Ementa: Resgate do processo histórico de lutas da classe trabalhadora, direcionando para o processo de construção da identidade dos trabalhadores da política pública de Assistência Social. A relação entre os direitos socioassistenciais e os direitos do trabalho, O papel e o protagonismo dos trabalhadores no controle social e nos espaços de defesa de direitos. A profissionalização da política pública de Assistência Social com o SUAS. Desafios colocados à VIII Conferência Nacional de Assistência Social no que tange aos trabalhadores do SUAS. b) A estruturação da gestão do trabalho no SUAS: desafios contemporâneos. Proposta de Ementa: A importância da NOB/RH-SUAS e os desafios postos à sua implementação: as equipes de referência, a política de capacitação, o co-financiamento da gestão do trabalho, as mesas de negociação do SUAS, os planos de cargos, carreiras e salários, o controle social da gestão do trabalho no SUAS. A gestão do trabalho na rede estatal e na rede privada de prestação de serviços. Reordenamento e Qualificação dos Serviços. a) A qualificação dos serviços socioassistenciais como condição para a consolidação do SUAS e do acesso aos direitos socioassistenciais Proposta de Ementa: A evolução processual e histórica da implantação e implementação de serviços no Brasil pré e pós-SUAS. As estratégias de definição e implementação de padrões de qualidade dos serviços tendo como base a MUNIC, o Censo SUAS, as NOBs, Resoluções e atividades do CNAS, Tipificação dos serviços, Cadastro Único, Monitoramento e Avaliação, etc. A articulação entre serviços e benefícios. b) O trabalho em rede otimizando os serviços socioassistenciais, qualificando o SUAS e consolidando direitos. Proposta de Ementa: A construção de um conceito de rede que integre serviços estatais e privados. Implicações da territorialidade dos serviços de proteção social básica e especial, com destaque para serviços específicos: itinerantes, comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, etc.). A importância do planejamento e do cofinanciamento dos serviços. Os serviços e a garantia de direitos aos usuários superando o signo da tutela e da benemerência. Fortalecimento da Participação e do Controle Social a) O desafio de aprimorar o controle social a partir da qualificação da participação popular. Proposta de Ementa: A retomada e o aprofundamento das questões colocadas pela VII Conferência Nacional de Assistência Social no que tange a participação e controle social como estratégia para consolidar o SUAS com o protagonismo dos trabalhadores. Os avanços e desafios postos ao controle social, sobretudo, aos conselhos e as Conferências de Assistência Social. As possibilidades de participação do controle social na agenda de enfrentamento a pobreza extrema no Brasil. b) O que persiste e o que foi superado nas estratégias de qualificar a participação popular nos espaços democráticos. Proposta de Ementa: Resgate do processo histórico das lutas populares em defesa da democratização com enfoque na construção do conceito de controle social no Brasil. O estado da arte da participação popular nos conselhos e a ruptura com o signo

da tutela dos usuários. Desafios à participação dos usuários nas conferências e nos conselhos. A centralidade do SUAS na Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil a) A Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil e o protagonismo da política pública de assistência. Proposta de Ementa: O desafio da definição conceitual de pobreza e extrema pobreza decorrente de sua multidimensionalidade. O Programa de Erradicação da Pobreza Extrema na agenda pública brasileira e sua relação com a agenda internacional: objetivos de desenvolvimento do milênio, piso social mundial, a retomada mundial do debate sobre sistemas universais de seguridade social, etc. A nova institucionalidade das políticas públicas brasileiras como forma de racionalizar e aprimorar o enfrentamento a pobreza e as desigualdades com especial destaque as atenções públicas ofertadas pela assistência social: focalização x universalização. b) Desafios da política de assistência social frente ao combate a pobreza e a desigualdade Proposta de Ementa; Resgate do processo histórico que levou a assistência social a se constituir como política pública e de direitos, capaz de interferir positivamente no enfrentamento a pobreza e as desigualdades. O cumprimento de metas expressas nos mecanismos institucionais: Plano Decenal, Decálogo dos Direitos, Deliberações de Conferências, etc. A relação entre o temário da VIII Conferência Nacional e temas setoriais e transversais como, por exemplo, a inclusão produtiva, a geração de oportunidades e inclusão de “excluídos” no mercado de trabalho como elementos que qualificam a agenda de erradicação da extrema pobreza no Brasil. Orientações do relatório. Elaboração do Relatório Final da Conferência Estadual de Assistência Social e do Distrito Federal. O Relatório Final deve contemplar: Dados Gerais. Parte 1, as deliberações aprovadas na Conferência registradas no Quadro 1. - Parte 2, síntese do processo de construção das Conferências. Para produção desta síntese, é fundamental a organização do registro das informações quali/quantitativas de todo processo de mobilização e de realização das Conferências, que retroalimente a construção da memória histórica desta caminhada, e que oriente os novos rumos para o aprimoramento do SUAS. Para subsidiar esta síntese, apresentamos a seguir os Quadros “A”, “B” “C” e “D”, para registro das principais discussões nos diferentes espaços, atendendo ao esforço dos Conselhos de fortalecer o protagonismo histórico dos seus atores sociais e o aprendizado produzido no processo de construção participativa e as deliberações propriamente ditas: a) Processos das mobilizações realizados pelos municípios; b) Processo das mobilizações realizado pelo Estado e/ou DF, no esforço desenvolvido, especialmente, para ampliar e qualificar a participação nas suas Conferências, considerando o envolvimento de órgãos gestores estaduais e/ou distrital das políticas setoriais que fazem interface com a Assistência Social, conselhos de políticas públicas e de direitos, fóruns, e movimentos similares, entidades e organizações de âmbito estadual ou regional. c) Apresentação da programação e sua dinâmica de trabalho; d) Avaliação dos subtemas; Número de delegados por segmento, convidados e observadores; Ficha com dados dos delegados eleitos (titulares e suplentes) Relatório da Conferência Estadual e do Distrito Federal. Dados gerais. a) Unidade da Federação; b) Data de Realização; c) Local de Realização; d) Número de Municípios Presentes; e) Número Total de Participantes; 1) Número de Participantes por Representação, usuários, trabalhadores e representantes governamentais. Especificar Outros; g) Número de Municípios que Realizaram as

Conferências Municipais; h) Número de Municípios que Não Realizaram as Conferências Municipais; i) Motivos/ Justificativas Apresentadas para Não Realizá-las. Parte 2: Deliberações Aprovadas na Conferência. Para cada subtema deverão ser debatidas e aprovadas até 3 (três) propostas/deliberações. Considerando que o Sistema Único de Assistência Social deve ter uma gestão compartilhada e a coresponsabilidade dos três entes federados no SUAS, de acordo com a abrangência da proposta, o Conselho deverá, na medida do possível, indicar que esfera de governo que cabe contribuir para a viabilização da deliberação. Quero um destaque aqui. Subtemas. Propostas/ Deliberações. Esfera de Governo. 1. Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS. Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais. Fortalecimento da participação e do controle social. A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil. Parte 2. Processo de Mobilização e Realização das Conferências. As informações no Quadro A referem-se à sistematização dos relatórios dos municípios sobre seus processos de mobilização. a) A primeira coluna deverá sintetizar as estratégias/modalidades encontradas pelos municípios para a mobilização; b) A segunda coluna refere-se ao número de participantes; e) A terceira coluna refere-se ao número de municípios; d) A quarta coluna deve ser preenchida buscando elencar as principais discussões; e) A quinta coluna refere-se aos avanços que podem ter sido considerados na discussão. Síntese do processo de mobilização pelos municípios. Destaque aqui no processo de mobilização realizado pelos municípios. As informações Quadro A referem-se à sistematização dos relatórios dos municípios sobre seus processos de mobilização realizado pelo estado ou Distrito Federal. A) A primeira coluna deverá relacionar estratégias, modalidades encontradas pelos estados ou Distrito Federal para mobilização; b) A segunda refere-se ao número de participantes; c) A terceira refere-se às datas de realização da mobilização; c) A quarta deve ser preenchida com subtemas e as questões principais debatidas; d) Na quinta os entraves; e) A sexta coluna refere-se aos avanços. Síntese das mobilizações realizadas na Conferência Estadual. Eventos de mobilização. Número de participantes. Data e locais de realização. Subtemas e questões debatidas. Dificuldades para participação nos Conselhos e Conferências. Avanços. O quadro "C" apresentado a seguir deverá contemplar a Programação, o número de participantes por segmento e a avaliação da dinâmica da Conferência, indicando os aspectos positivos e negativos. Programação e avaliação da dinâmica dos trabalhos da Conferência Estadual da Assistência Social. No Quadro D, o processo de avaliação, balanço crítico, deverá considerar realidade atual do SUAS por subtema destacando os resultados alcançados, avanços esperados para cada esfera de governo. Quadro D. Avaliação, balanço crítico, resultados alcançados e esperados na implantação do SUAS. Subtema 1: estratégia para a estruturação da gestão do trabalho. Município: resultados alcançados e resultados esperados. No estado: : resultados alcançados e resultados esperados. E da União também. Reordenamento e qualificação dos serviços; fortalecimento e participação do controle, a mesma coisa nos outros subtemas. Encaminhamento do Relatório Final. No Relatório Final deve constar também a relação dos Delegados eleitos e seus respectivos Suplentes. O Relatório Final da Conferência Estadual deve ser enviado ao Conselho Nacional, impreterivelmente, até 28 de outubro de 2011, consolidação das

*propostas deliberadas nos municípios e subsídio para o debate na Conferência Estadual. Eu quero destaque porque eu não entendi. Distribuição dos delegados na VIII Conferência Nacional. Inserir texto explicativo. Aí tem os números delegados por unidade da Federação, por estado. O número de vagas de cada estado considerou o seguinte critério de População: a) estados com menos de 2% do total da população brasileira, 4 delegados b) estados entre 2% e 5% do total da população brasileira, 6 delegados; c) estados com mais de 5% do total da população brasileira, 8 delegados. Aí depois vem delegados municipais da VIII Conferência Nacional por unidade da Federação e a ficha de inscrição de delegados".*

A Conselheira Simone destacou o ponto 1.7, que observou que deveria ficar claro a participação de dois delegados, esclarecendo o texto *"são delegados das Conferências Estaduais os advindos das Conferências Municipais e os que são retirados dos fóruns, seminários das instâncias estaduais"*. O Conselheiro José Crus concordou com essa observação, esclarecendo tratar-se de processo de mobilização preparatório, não para tirar delegado, mas qualificar a participação desses atores nas Conferências. A Conselheira Simone ponderou que as pessoas mobilizadas tinham que ter algum tipo de participação na Conferência Estadual, com o Conselho Estadual reconhecendo que tinham atores da política estadual que teriam que ser chamados porque não participavam das Conferências Municipais. Caso contrário, seria melhor fazer como o CNAS, trazer convidados, esclarecendo como deveria ser tratado o assunto. Ponderou que esse tipo de mobilização era cabível em Conferências Municipais, mas em Conferências Estaduais teria que fazer como o Conselho Nacional. Questionou a realização de Regionais, exceto o estado, e com o CNAS dando orientações nacionais. O Presidente, aparteando, colocou que, desde que o estado quisesse realizar Regionais, mas que não fosse um meio para tirar delegado, para diminuir as Municipais, o que deveria ficar bem claro. A Conselheira Simone ressaltou que havia que valorizar as Conferências, com a Conferência Regional prejudicando esse processo. Que se o objetivo era levar para as Conferências Estaduais atores que ultrapassavam o desenho da política municipal, sugeria que SOS mesmos fossem convidados, com essas orientações devendo ficar bem claras por serem nacionais. Destacou que se o estado quisesse fazer Conferências Regionais ou discutir determinados temas, isso teria que estar colocado no CNAS para não prejudicar a inclusão de temas estaduais ou nacionais. A Conselheira Eutália pensava que o estado tinha que contribuir com o processo de mobilização e focar no processo municipal, com a riqueza das Conferências Municipais desenhando e determinando o processo de mobilização para as Conferências Estaduais, caso contrário as mesmas poderiam ficar comprometidas. Falou sobre a má interpretação que as orientações do CNAS poderiam sofrer, sugerindo a sua melhoria e que se trabalhasse com a mobilização da delegação estadual nos moldes do que a Conferência Nacional fazia, convidando entidades estaduais, Ministério Público, etc. e estabelecendo outra relação de mobilização dessas estruturas para participarem da Conferência Estadual. O Conselheiro José Crus observou que essa conversa estava sendo muito importante para a Comissão Organizadora, que havia debatido as Conferências Regionais e as recomendações feitas para que se focasse na articulação, mobilização e qualificação para a Conferência Estadual, caso contrário acabariam excluindo algumas pessoas desse processo. Encontrava importante que nas orientações

estivessem os convidados no âmbito dos estados, como o Conselho Nacional e com representantes de todos os municípios. Destacou a importância das colocações da Conselheira Eutália para o acompanhamento dos municípios no seu processo de mobilização, o que ficava registrado. A Conselheira Leila reforçou as colocações de que as Conferências tinham que ser em âmbito municipal, onde se efetivava a discussão e implementação da política pública. Concordava que alguns estados realizassem as Conferências Regionais, mas que não preterissem a realização das Municipais, o que deveria ser incentivado, visto ser nesses eventos que se fazia o Plano Municipal, e todas as demais ações da política pública. O Conselheiro José Crus observou que a Comissão Organizadora havia tido o cuidado de que as orientações não engessassem o estado, relatando a grande quantidade de perguntas que chegavam sobre as mais diversas questões. Ponderou que não se tratava de achatar o SUAS, com os estados apresentando especificidades que precisavam ser pautadas na Conferência. O Conselheiro Renato Saidel sugeriu colocar um texto na apresentação, indicando que o manual era um guia para orientação, como também se poderia trabalhar a questão desses eventos de mobilização para as Conferências Estaduais como possibilidades de o estado aprofundar o conhecimento da temática para os delegados municipais que estariam presentes, ganhando em qualidade nos eventos estaduais e nacional. Solicitando questão de ordem, a Conselheira Eutália entendia que pelas colocações feitas, haviam encaminhado a questão da orientação para o processo de mobilização, mas destacando que a fala do Conselheiro Renato Saidel destoava das colocações anteriores. O Conselheiro Sérgio Wanderly, discorrendo sobre a questão regional, observou que deveriam garantir que para a realização de Conferência Regional, primeiro acontecesse a Municipal. Destacou que em algumas regiões as Regionais eram importantes, inclusive comungando com outras políticas, mas querendo que fosse garantido o que havia sido colocado nas falas e não abrindo mão da realização das Conferências Municipais, sentindo falta da presença do estado nesse encontro. A Conselheira Simone ponderou não ser competência do Conselho Nacional engessar, mas sim dar as regras gerais, discorrendo sobre o que seria discutido em cada caso e que deveria ser esclarecido. Falou sobre a proposta de mobilização que constava e que trazia o objetivo de modo claro, discorrendo sobre as dificuldades de fazer uma Conferência. Sugeriu que fossem convidados delegados municipais, bem como os órgãos que participariam da Conferência Estadual, observando que o Conselho Nacional não deveria falar sobre a realização ou não de Conferência intersetorial, deixando a critério desse público. O Presidente, manifestando sua preocupação sobre a questão, encontrava que deveriam ser mais incisivos quanto às orientações sobre a Conferência de Assistência Social e que se não se referissem à questão esse espaço poderia ser comprometido. O Conselheiro José Araújo sugeriu que essas contribuições fossem encaminhadas para a Comissão, visto todas serem muito importantes. O Conselheiro José Crus destacou que havia alguns pontos que deveriam ser discutidos para que a Comissão tivesse mais clareza dos rumos e da direção que o CNAS estava dando. O Conselheiro José Araújo esclareceu que sua sugestão havia sido de encaminhar esses pontos por escrito para a Comissão, que analisaria e faria as correções necessárias. Discordando, o Presidente observou que o objetivo inicial era aprovar esse documento nessa Plenária

ou, não conseguindo fechar todas as questões, fazer isso em junho. A Conselheira Simone ponderou que uma direção política do Conselho nacional poderia ser mal interpretada, com o mesmo tendo que dar a direção do que deveria ser preservado. Se quisessem fazer Conferência conjunta que o CNAS não se manifestasse contra, para não aparentar uma atitude prepotente, mantendo as normas que achava essenciais. A Conselheira Eutália concordou com essas colocações, pensando-se em uma alternativa mais mediadora, compartilhando as preocupações colocadas pelo Presidente e falando sobre esses encontros conjuntos não efetivavam a intersectorialidade, relatando sua experiência. Concordava com a conselheira Simone que poderia parecer autoritarismo, mas que era preciso preservar o espaço específico, visto que as Conferências cada vez mais se ampliavam e precisavam de mais tempo para o debate. O Conselheiro José Crus observou que possuíam muitos elementos para submeter à Comissão Organizadora, tendo que se manter a especificidade da Conferência da Assistência Social, mas não entrando no mérito se seria conjunta ou não. O Presidente, falando sobre tudo o que haviam construído até esse momento, assentiu que não se proibisse, por ser uma instância de participação, mas que se fizesse as devidas recomendações, com a Conselheira Simone concordando que não se deveria proibir. O Presidente, como encaminhamento, destacou que ficaria a cargo da Comissão trabalhar essas questões. A Conselheira Simone destacou o item 1.8.1, relatando que a CIT havia feito um debate sobre o Distrito Federal após receber um documento do Conselho de Consulta Pública, sugerindo que consultassem o DGSUAS sobre o que havia sido debatido, com o Presidente indicando que o Conselheiro José Crus realizasse essa pesquisa. Item 1.8.2.2. A Conselheira Simone referiu-se à discussão que estava sendo feita na CIT respeito ao apoio técnico a ser prestado pelos estados aos municípios, dando-se ênfase a essa questão e colocando o material produzido na Comissão à disposição. O Conselheiro Renato Saidel comprometeu-se a levantar as resoluções da CIT, podendo discutir o assunto e apresentar para a Comissão. Subtema 2, questões para o debate. A Conselheira Simone, na qualidade dos serviços, sugeriu que pegassem as competências pactuadas na NOB-SUAS sobre o papel dos estados na qualificação dos serviços, falando sobre uma série de questões que deveriam estar englobadas, colocando-se à disposição, juntamente com a Secretaria-Executiva da CIT e a Coordenação de Apoio às Instâncias. Item 1.8.2. Prosseguindo, destacou que não deveria incluir proposta de organização, sugerindo à Comissão Organizadora a sua retirada. Página 15e, 1º §. A Conselheira Eutália indicou a colocação do subtema e dos pontos a serem debatidos, perguntas e uma ementa de como deveria ser feita a apresentação, observando que isso engessava o processo. Que concordava com a direção dada, mas achou que havia que pensar que estavam em um processo de Conferência, com uma série de questões e a diversidade do país, sugerindo que a Comissão Organizadora pensasse o formato dessa orientação. O Conselheiro José Crus observou que eram as mesmas orientações entregues aos colaboradores para inscreverem os textos, para cotejar os debates das Conferências estaduais e municipais. O Presidente informou que os Conselhos Estaduais haviam reclamado que o caderno de textos não estava pronto, querendo ter recebido em abril, sendo feito um pacto com os mesmos que o CNAS publicaria as ementas para que fizessem o debate. Esclareceu que teriam um convidado com uma

ideologia e política que discordasse dessa ementa, escrevendo um texto e com a mesma sendo um norte para esse debate, sugerindo que fizessem textos locais, com o Conselheiro José Crus informando que levariam para a Comissão, considerando já estar em poder dos Conselhos Estaduais. Aparteando, o Presidente indicou que as ementas estavam publicadas no Informativo 004. A Conselheira Simone informou que tinham uma lista de colaboradores nacionais, com o MDS e com o CNAS, podendo disponibilizar essa relação. Informou que também solicitavam colaboração de alguns pesquisadores das várias regiões do Brasil para escrever para as Conferências Estaduais, o que havia sido disponibilizado no site, podendo, inclusive, ser feito um manual de orientação. Ponderou que não podiam mandar para o Conselho Estadual como deveria fazer, mas sim dar o rumo que se queria das Conferências Estaduais, com o Conselheiro Pedro Ost, manifestando-se contemplado com a fala da Conselheira Simone. Página 19. O Conselheiro José Crus indicou o relatório da Conferência Estadual e do DF, onde poderiam pesquisar a questão do distrito Federal. A Conselheira Simone, manifestando não ter entendido o item, questionou qual a informação que o CNAS queria que chegasse sobre as Conferências Estaduais, solicitando que a Comissão Organizadora explicasse o objetivo de cada quadro, indicando os dados que interessavam: o número de Conferências realizadas, participantes e as deliberações. O Conselheiro Wagner manifestou sua preocupação com relação ao estado de São Paulo, que estava buscando trabalhar de maneira muito tranqüila, mas ainda não sabia a receita para avaliar os processos de resultado, solicitando esclarecimentos à Comissão. O Conselheiro Pedro Ost indicou a síntese das mobilizações preparatórias e a da preparação do processo dos municípios, indagando o que se faria nessa questão, observando que era muita informação e com o quadro 1 dando o tom do trabalho. A Conselheira Leila concordou com as colocações do Conselheiro Pedro Ost, observando que apenas esse quadro interessava e, se os trabalhadores assim o entendessem, talvez o quadro C. Mas que também não sabia se seria isso, por não entender o que o conteúdo representava e como interessaria ao segmento dos trabalhadores. O Conselheiro José Crus concordou que não estava claro, indicando os dois instrumentais que interessavam: as deliberações da Conferência Estadual e o balanço crítico, com os demais quadros sendo sugestão. O Presidente concordou que o material estava confuso, mas sendo dois instrumentais bastante simples, com a síntese da mobilização e o balanço crítico e tendo que se limpar o texto. O Conselheiro Renato Saidel lembrou que não estavam aprovando uma Resolução, mas sim uma orientação e que poderia ou não ser acolhida. Observou que o documento deveria ser desmembrado em dois, dizendo os temas obrigatórios e os que não o eram, mas tendo que esclarecer para que o Conselho Estadual soubesse o que teria que cumprir ou se era uma orientação que poderia ou não adotar. A Conselheira Simone sugeriu à Comissão Organizadora que só colocasse o que teria que chegar para a Conferência Nacional, sem sugestões. O Conselheiro Wagner reforçou as demais falas, observando ser uma orientação que nem todos os Conselhos entendiam, relatando que em São Paulo vinha lutando pela autonomia do Conselho Estadual e em seguir as normativas e orientações do CNAS dentro dessa autonomia. Falou sobre a dificuldade que a Comissão Organizadora vinha enfrentando com esse material, apesar de ter lido o manual, discorrendo sobre a divulgação do material *on line* para

os municípios. Ressaltou que não era apenas uma orientação, seguindo as determinações para poder atender o CNAS e que apensar de usar esse manual como base havia enorme dificuldade no seu entendimento. O Presidente informou que fariam uma limpeza no texto e, se fosse o caso, emitiriam uma sugestão posterior. O Conselheiro José Crus indicou outra questão polêmica referente às deliberações das Conferências Estaduais, observando que a Conferência Nacional era para a União e para estados e municípios, o que deveria ficar claro, submetendo para debate se esse era o rumo que o Conselho estava dando a essas Conferências, sendo importante decidir nesse Pleno para subsidiar a Comissão Organizadora. A Conselheira Simone não concordou, indagando o que cada Conferência apontava para a outra, questionando o que era responsabilidade de cada uma, mas vindo tudo para o Governo Federal. Que como fariam perguntas bastante dirigidas para o estado, não via a necessidade de perguntar em uma Conferência Estadual o que era do estado e o que era do município. A Conselheira Leila ponderou que o município deliberava para o município e apontava para o estado e esse deliberava para si e apontava para a União e Nacional, o qual deliberava para si, porque cada esfera só deliberava para si mesma e apontava aquilo que precisava e que entendia e que a outra esfera tivesse que compartilhar. O Conselheiro Clodoaldo encontrava interessante essa fala, mas lhe preocupava o processo de empoderamento da Sociedade Civil, questionando se o cidadão que estava na ponta conhecia as competências das outras esferas. A Conselheira Leila destacou que observava essa dificuldade de identificação, pensando que seria proveitoso se conseguissem olhar para seus municípios e seus estados e qualificar bem esse debate. O Conselheiro José Crus dirigindo-se ao Conselheiro Clodoaldo destacou que a Sociedade Civil só se empoderaria no momento em que os entes federados assumissem sua corresponsabilidade, com o modelo de Conferência que historicamente viviam, sendo aquele em que as deliberações eram para todos. O Conselheiro Wagner questionou que para se empoderar, era preciso primeiro ter um processo de conferir, e saber de quem era de fato essa responsabilidade e de quem era essa Conferência, devendo se refletir sobre essa questão. Que deveria ficar claro quem acompanharia os resultados alcançados ou não, o que era trabalhado no processo das Conferências e que se não ficasse claro, se perderiam algumas propostas, retirando sua inscrição. O Conselheiro José Crus ponderou que haviam tido todo cuidado, tendo colocado o Plano Decenal como um instrumento para os debates nas Municipais, Estaduais e Nacional, não sendo esquecido o que já havia sido deliberado e com esse planejamento sendo um instrumento norteador para o exercício do controle social. A Conselheira Eutália sugeriu dois pontos para reflexão: primeiro, retornar ao debate sobre o não engessamento das Conferências, com o município tendo que ter a liberdade de discutir as suas ações. Que se trabalhassem na perspectiva de dizer o que era para cada instância, estariam reafirmando o SUAS, e a Assistência Social como uma política de responsabilidade federada, dos três entes, com as Conferências devendo pensar nessa questão, não vendo muita saída para esse formato, mas discorrendo sobre ser um processo cumulativo. Ponderou que havia que refletir a partir do que haviam colocado anteriormente, de que em cada processo teria que se privilegiar o olhar do seu território e o estado era o conjunto dos seus municípios. A Conselheira Leila relatou a experiência no Rio

Grande do Sul, com a Conferência Estadual fazendo a síntese de todas as deliberações. O Presidente informou ter solicitado o apoio da Secretaria-Executiva sobre o que havia sido feito na VII Conferência, com o instrumental apresentado sendo praticamente o mesmo desse evento. Destacou que deveriam tomar cuidado com o que se deliberaria nesse momento para não alterar o que havia sido aprovado em âmbito municipal, publicado e publicizado. A Conselheira Simone esclareceu que nada seria deliberado, tratando-se de subsídios para serem discutidos na Comissão Organizadora exatamente para não se cometer nenhum erro. Ponderou que estavam passando para a Comissão essas preocupações para que a mesma pudesse decidir. A Sra. Maria Joaquina, Presidente do CEAS/GO, sugeriu que esse procedimento fosse revisto para as próximas Conferências, tendo que receber o material com antecedência. A Conselheira Simone ponderou que isso seria difícil, indicando que as Conferências Estaduais interessavam para o Conselho Nacional e que teriam que soltar as orientações para as Municipais, discutindo-se nesse momento o que sairia da Estadual e viria para a Nacional. O Conselheiro José Crus destacou que o material apresentado era para ser levado ao estado para subsidiar a fala do Conselheiro Nacional na sua representação em âmbito estadual e nas Conferências das capitais. O Conselheiro Wagner sugeriu que a Comissão de Política trabalhasse a questão de política de acompanhamento aos Conselhos. Destacou que o CEAS/SP estava com uma questão de réplica ao CNAS, ponderando que seguiriam as orientações, mas que tinham autonomia, com a Comissão de Conselhos tendo que encaminhar e orientar de outra maneira, não a que estava sendo feita, solicitando registro da sua fala. **ENCERRAMENTO.** Não havendo mais nenhuma colocação, o Presidente agradeceu as falas e encerrou a reunião, solicitando que estivessem no dia seguinte às 9h. **ABERTURA.** Aos dezenove dias de maio de dois mil e onze, o Presidente deu prosseguimento à 189ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social. Informou a presença da Secretária Nacional de Assistência Social, Sra. Denise Colin, e o Secretário-Executivo do MDS, Dr. Rômulo Paes. A seguir, solicitou à Secretária-Executiva a verificação de quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge Sousa Leite, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, e, Conselheiro Renato Saidel Coelho. Conselheiros Suplentes: Conselheira Brenda Ferreira Silva, Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheira Leila Pizzatto, Conselheiro José Araújo da Silva, e, Conselheira Jane Pereira Clemente. **Item. Presença do Secretário Executivo do MDS, Dr. Rômulo Paes de Sousa.** O Presidente esclareceu o convite feito ao Secretário para tratar principalmente das questões referentes aos cortes orçamentários, com o CNAS feito um manifesto apresentando suas preocupações quanto a essa questão, documento ao qual o Secretário havia tido acesso. O Secretário passou a tratar do contexto do Sistema Único de Assistência Social, projetando mais à frente nos próximos anos de Governo, o que

começava a anunciar, enquanto perspectiva para a política social no Brasil, e qual o impacto no SUAS, e o que o Sistema tinha a impactar no futuro das políticas sociais no Brasil. Observou como o SUAS era um Sistema de política social mais recente em relação à Saúde, discorrendo sobre esses processos e as novidades que trazia atualmente, destacando a preocupação do SUAS com relação à qualidade das ações executadas. Falou sobre a insegurança da Sociedade Civil quanto à capacidade de o estado prover adequadamente, mas ressaltando os avanços que estavam ocorrendo em diversos setores, sobretudo na questão educacional. O Secretário discorreu sobre a idéia de sistemas fechados, verificando-se a dificuldade em como fazer a interconexão dos sistemas, detectado principalmente por quem estava na ponta. Referiu-se à questão do financiamento e como deveria ser entendido, falando sobre o contingenciamento e não corte realizado pelo governo, visando gerar economia em relação às despesas potenciais que teria nesse ano. Ponderou que o modelo utilizado não era tão rígido, informando que o governo podia assumir novos investimentos no ano em curso, falando sobre o plano Brasil sem miséria, a ser anunciado e com novos compromissos de investimento, sendo esse um importante investimento social. Destacou que o contingenciamento, no caso da Assistência Social havia promovido uma acomodação orçamentária devido à ampliação do Programa Bolsa Família e que era um exemplo de novos compromissos não previstos. Observou que nos oito anos passados não havia acontecido redução de investimento em termos de políticas de Assistência Social, mas sim expansão, com o plano a ser lançado visando contribuir para a abertura dos sistemas, não apenas na dimensão social, mas também na econômica, discorrendo sobre a questão. Após mais algumas ponderações, falou sobre a Rede prestadora de serviços de Assistência Social e a expansão de CRAS e CREAS, mas sendo preciso investir na qualidade mais do CRAS, visto que o CREAS, mais recente, surgia dentro de parâmetros de serviços de melhor qualidade. Destacou ser uma Rede pública constituída com uma cobertura excepcional, com profissionais capacitados para discutir as necessidades da educação, destacando a questão da pobreza. O Secretário falou sobre o problema existente na área rural com relação à cobertura de serviços, principalmente sociais, explanando sobre a pobreza existente não apenas nessa área, mas também no entorno, no semi-árido brasileiro e na região norte, questão a ser discutidas não apenas pelos profissionais do SUAS, mas também de outras áreas. Encontrava que o SUAS tinha uma nova responsabilidade de olhar a sua própria trajetória e ver os aspectos pouco desenvolvidos que apresentava, demandando muito esforço para sua resolução, como também olhar para os outros sistemas para aprender e também não cometer os mesmos erros. O Secretário destacou que a discussão orçamentária do contingenciamento era menos preocupante pelo risco de redução de investimento em Assistência Social, ou no SUAS, em relação ao ano passado, mas sendo mais assustador pelas responsabilidades que as novas possibilidades cobravam, com mais investimento, compromisso e contemporaneidade na maneira de gerir os serviços públicos. A Conselheira Leila manifestou preocupação com relação ao contingenciamento, falando sobre o PPA e a importância da integração das políticas. Com relação ao plano, observou a dificuldade na sua implementação, considerando o contingenciamento de recurso de uma política que não estava consolidada, com a Assistência Social

tendo muito que estruturar no país. Destacou que a informação que o Conselho havia solicitado de saber exatamente o que os recursos cobririam, ainda não havia sido repassada, com a Comissão de Financiamento falando sobre essa questão no período da tarde. Ressaltou que o governo tinha que respeitar o processo que a Assistência Social estava construindo no país, podendo resultar na sua interrupção. Não acreditava que os CRAS pudessem dar conta sozinhos das ações que competiam à Assistência Social, o que deveriam discutir mais, querendo ser convencida de que o orçamento contingenciado dessa política não prejudicaria o que estava feito e o que gostariam de fortalecer para consolidar, destacando o avanço ocorrido nos últimos oito anos e que não se queria perder, solicitando esclarecimentos sobre essa situação. O Conselheiro Wagner, preocupado com a situação, concordava com a Conselheira Leila quanto à implantação do SUAS e que ainda estava sendo feita. Destacou o trabalho da rede privada principalmente na efetivação das políticas públicas, considerando as deficiências existentes. Referiu-se à questão da zona rural, onde atuava, conhecendo a dificuldade do acesso às políticas públicas, como também ao Programa Bolsa Família e ao seu reajuste, ressaltando o corte existente e a necessidade que esse recurso fosse repostado para continuar na implantação e implementação do SUAS. Falou sobre o programa a ser lançado e que apresentava um excelente trabalho de marketing, com o Conselho contribuindo para o mesmo na sua área. Concluindo, o Conselheiro Wagner destacou que não conseguiriam avançar tendo cortes principalmente para aquele público que mais necessitava. O Conselheiro Carlos Rogério ressaltou a preocupação reinante, observando que haviam saído de crises oriundas de redução de recursos públicos para investimento nos setores mais importantes, falando sobre o papel do estado com relação à crise internacional. Respondeu à pergunta feita pelo Secretário de qual o lugar da Assistência Social na erradicação da extrema pobreza, dizendo que não era o contingenciamento, mas sim fortalecer essa política e a rede, citando os CRAS e CREAS e seu histórico a ser considerado. Indicou a colocação do Conselheiro Wagner a respeito do papel das entidades de Assistência, com o papel do estado, como mediador, sendo fazer com que a política fosse para a sociedade e todos os atores envolvidos, com a consolidação desse processo significando investimento. Destacou o papel do Conselho e a importância que as opiniões dos Conselheiros a respeito desse tema fossem escutadas. O Conselheiro Pedro Ost ponderou que não resolvia ficar falando sobre contingenciamento, referindo-se aos cortes realizados no exercício anterior e no atual e que somados à inflação, ao corte apresentado pela Secretaria e ao colocado no PPA para o próximo ano, alcançavam 40%. Indagou ao Secretário: Primeiro, como levaria essa discussão à frente, visto que ao Conselho não interessava corte ou contingenciamento, mas sim os recursos; segundo, onde o novo Programa seria alocado, questionando se não deveria estar dentro do MDS, por trazer benefícios para o social; terceiro, porque o Bolsa Família não estava dentro do orçamento do MDS, questionando o porquê de o Ministério pagar sua gestão. Destacou que em relação ao programa Brasil sem Miséria, como Sociedade Civil, encontrava que não gostariam de ser chamados vinte dias antes de lançarem as diretrizes, apenas para referendar, encontrando pouco o tempo para discutir esse programa, considerando sua importância. O Conselheiro Sérgio Wanderly manifestou a preocupação com a

situação atual e com a consolidação dessa política, ademais das questões novas e que sempre traziam incertezas. Ressaltou o papel da Sociedade Civil frente a essa situação, e como os municípios não participavam dessa construção, destacando a necessidade de maiores esclarecimentos, indicando a promessa da Ministra Tereza Campelo de resolver essa situação. A Conselheira Maria Aparecida ponderou que com essa situação ficava difícil continuar avançando na construção dessa política e no que vinham trabalhando fazia muito tempo, questionando como atenderiam a expectativa que haviam criado na sociedade, visto a necessidade de orçamento para atender a todos os programas. Solicitou esclarecimentos ao Secretário sobre a situação que estavam enfrentando, para poder agir, assim como a necessidade de participação do CNAS na convenção da OIT em Genebra, onde também seria debatido o piso mundial de proteção social, considerando seu conhecimento do assunto. O Conselheiro Renato Saidel destacou a necessidade de não apenas o Presidente, a cuja gestão prestou reconhecimento, mas um grupo participar da Conferência Mundial com temas que afetariam a Assistência Social no país. Referiu-se à autonomia do Conselho Nacional, a qual era ferida considerando as dificuldades com relação ao deslocamento dos Conselheiros, reconhecendo os esforços do MDS para sanar essa situação, solicitando ao Secretário que falasse sobre essa questão. O Conselheiro Clodoaldo ressaltou a importância da presença dos convidados, destacando que isso só era possível em um país que havia conseguido e estava lutando para consolidar a democracia, ademais da luta pela criança e adolescente e com o lugar da Assistência sendo no orçamento. Manifestou sua preocupação com o tempo necessário para fazer a transição nesse novo desenho com a implantação do SUAS, com as entidades tendo que atender com 100% de gratuidade. Observou que no Senado havia sido incluída a questão do financiamento das organizações, querendo esclarecimentos sobre a questão. A Conselheira Simone ressaltou que o CNAS tinha suas convicções, com a primeira sendo que o SUAS tinha um importante e estratégico papel na discussão do combate à pobreza e à miséria, colocado como eixo da Conferência Nacional de Assistência Social. Dando razão às colocações feitas pelo Secretário, ressaltou que teriam que redesenhar o SUAS, falando sobre a apresentação da professora Rosângela a respeito do acompanhamento pelo Sistema das famílias pobres para garantir todos os seus direitos. Indicou que o SUAS tinha capacidade para isso, visto coordenar o maior cadastro de políticas sociais, precisando estruturar a sua área de vigilância socioassistencial, trabalhando no caminho indicado pelo CNAS. Manifestou que os representantes do MDS, que compunham o Conselho, levariam ao Ministério as compreensões que o CNAS tinha acerca do papel estratégico do SUAS no combate à pobreza. Informou que a Conferência Nacional desse ano discutiria a consolidação do Sistema e a valorização dos trabalhadores, preocupação que também era do MDS. Falou sobre a construção de outras importantes agendas, ademais de uma propositiva para colaborar também para que o Ministério pudesse recolocar a questão da Assistência Social em uma linha da valorização e da garantia dos direitos. Agradecendo a participação do Secretário, destacou que o mesmo muito contribuía para acertar os rumos do SUAS. O Secretário concordou que o CNAS tinha que cobrar os compromissos de investimento na área social pelo governo, com o próprio orçamento que esclareceria as inseguranças colocadas pelo Pleno. Observou

que tinham uma situação, e estavam buscando recompor orçamentariamente o que tiveram que realocar, falando sobre o programa de erradicação da miséria e sobre o qual sabiam pouco, estando em uma fase de elaboração e a seguir viria a fase de pactuação. Que nessa fase vários segmentos seriam consultados, inclusive o Conselho tendo oportunidade de opinar no dia 23, quando aconteceria uma conversa com a equipe que estava formulando esse plano dentro do MDS. Que após o encerramento do plano iniciariam o processo de pactuação, tendo oportunidade de discutir objetivamente o assunto. Falou sobre a trajetória e papel do SUAS, dando-se maior racionalidade ao que já existia e conexão entre os sistemas. O Secretário falou que a alocação orçamentária do Brasil sem miséria não cabia somente ao MDS por ser uma ação intersetorial, sendo preciso ter uma instância ordenadora dentro do mesmo para articular com os demais organismos, desenvolvendo uma convergência no sentido da organização política, mas não orçamentária. Ponderou que ocasionaria um debate a vinda do Programa Bolsa Família para o MDS, encontrando que o Fundo deveria estar preocupado com a questão dos serviços, com a questão da transferência direta para as famílias ou indivíduos, sendo do ponto de vista orçamentário uma preocupação menor. Ponderou que não via como a OIT poderia colocar a política nacional em cheque, ao que a Conselheira Maria Aparecida esclareceu suas colocações sobre a questão e a influência desses espaços para a alteração das políticas nos diversos países. O Secretário concordou com essas mudanças, mas que do ponto de vista político, o Brasil influenciava mais os demais países, sendo uma referência no campo das políticas sociais, mudando sua política internacional e participando desses eventos como protagonistas. Com relação ao deslocamento de Conselheiros, encontrou bastante forte colocar essa questão junto à soberania, usando-se a estratégia de comprar passagens mais baratas sem restringir essas ações, existindo regras de gerenciamento que tinham que obedecer. Que buscavam uma acomodação, tratando-se de um problema operacional, com a autonomia sendo proveniente de questão política. Falou sobre a determinação de privilegiar a política em detrimento da atividade meio, o que haviam conseguido, melhorando a compra de passagens, discorrendo sobre os transtornos que aconteciam e a necessidade de economizar para não prejudicar ainda mais essas ações e com essa regra valendo para todos, inclusive para o próprio. Quanto ao PL SUAS, informou que havia sido apresentada uma emenda de redação pelo Senador Romero Jucá na Comissão, retirando a palavra “obrigatória” e mantendo o termo “automática”, permanecendo o item sexto, sobre pagamento de pessoal, falando sobre o consenso existente no Congresso sobre essa matéria Concluindo, o Secretário colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, construindo-se uma relação madura e produtiva para a Sociedade Civil e para o governo. A seguir, o Presidente passou para o Item **Apresentação do “Piso de Proteção Social Mundial” pela Coordenadora Nacional do Projeto de Seguridade Social da OIT Brasil, Mônica Cabanas**. A Coordenadora iniciou, apresentando a OIT e falando sobre a Conferência Internacional do Trabalho, que aconteceria no próximo mês em Genebra. Falou sobre os objetivos da Organização e o interesse em que todas as pessoas tivessem trabalho digno e decente, exceto aquelas que isso não era permitido, citando as crianças. Informou que seu papel era a promoção permanente das normas internacionais do trabalho, do emprego, das melhorias das condições de trabalho e das

condições de proteção social, relatando os programas que haviam participado, principalmente na área de seguridade social. Explanou sobre as ações em outros países, com a Cooperação Sul-Sul, falando sobre essa parceria. A Coordenadora informou que a pauta da próxima Conferência era *“Trabalho decente para trabalhadores domésticos”*, falando sobre a efetiva participação do Brasil nessa questão. A seguir discorreu sobre o Piso de Proteção Social, que não era um tema novo, apresentando somente um conceito mais atual, buscando-se proteção social para todas as pessoas, para todos os trabalhadores, tanto os do mercado formal e, principalmente, para quem estava no informal. Indicou que havia emergido na crise mundial, com a realização de reunião em 2009 de todos os chefes executivos das agências que compunham a ONU, relatando os pontos colocados para fazer o enfrentamento à crise, não existindo um modelo único e com cada país descobrindo a proposta mais adequada para si. Destacou que o Piso de Proteção Social era composto de transferências básicas e serviços essenciais, esclarecendo cada um desses pontos, e o que se buscava com os mesmos. Indicou que o Piso também era fundamental para a questão de gênero, trazendo independência econômica, garantia de renda e status para as mulheres, principalmente na economia informal. Que era uma iniciativa de Estado e não de governo, não podendo ser usado politicamente, trabalhando-se em todos os países para difundir a ideia desse Piso. Falou sobre os segmentos dos empregados que eram beneficiados, com as quatro garantias fundamentais do Piso de Proteção Social sendo serviços de saúde básicos, benefícios para famílias pobres com filhos, benefícios para idosos e portadores de deficiência pobres, políticas para desempregados e trabalhadores com renda insuficiente. Discorreu como haviam iniciado o processo do Piso, e como o mesmo não era adequado para todos os países, discorrendo sobre os Programas em alguns países e suas características, atendendo a diversidade existente. Apresentou a parte física da OIT no material em tela, pondo-se à disposição para esclarecimentos ou trazer alguma outra informação, colocando à disposição o material existente sobre o Piso de Proteção Social. Relatou os debates sobre o Piso em relação à Conferência Internacional do Trabalho que se realizaria, pretendendo-se continuar essas discussões com o governo brasileiro em todas as instâncias. Relatou a produção de um livro falando do Piso de Proteção Social e o Brasil, com o apoio do governo brasileiro, implementando as políticas que afetas ao mesmo. Destacou o interesse que esse debate continuasse, relatando as reuniões feitas com as centrais sindicais e também com os empresários, estando à disposição de qualquer entidade para conversar sobre o assunto. O Presidente informou a composição do CNAS, abrindo para perguntas. A Conselheira Maria Godoi observou que a questão do trabalho decente, abordado na I Conferência Mundial sobre os Sistemas de Seguridade Social, era uma das prioridades da CUT, discorrendo sobre o que havia sido colocado e sobre o orçamento da seguridade e como o Estado via a proteção social. Falou como o Piso era visto em outros países, ao contrário do Brasil onde era uma política de inclusão e cidadania, dando condições para o cidadão buscar seu crescimento. Informou que participaria do Congresso da OIT pela CUT, encontrando que o CNAS, era integrado pela Sociedade Civil, mas sendo todos trabalhadores e governo, apenas não contando com a representação dos empresários, sendo um tema de interesse do coletivo. Ressaltou o peso que o Congresso da OIT apresentava, sendo

uma referência para trabalhadores, para a sociedade, governos e empresariado, tendo que se avançar, mas devendo ser mais do que uma política para atender àquela proteção mínima para pobres, possibilitando que os mesmos tivessem possibilidades de crescimento. O Presidente registrou a presença da Sra. Aline Menezes, da Assessoria Internacional do MDS. Prosseguindo, ponderou que o termo Piso de Proteção Social lhe remetia à garantia de algumas seguranças mínimas partindo, inclusive, da transferência de renda, da articulação de serviços e benefícios, o que faziam na Assistência, discorrendo sobre o crescimento do papel do Estado e, conseqüentemente, dos recursos públicos. Observou que o Brasil havia avançado quanto à inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, com a aplicação da legislação referente a cotas, discorrendo sobre o percentual de trabalhador a ser contratado. Indagou se nessa perspectiva de inserção da pessoa com deficiência, a OIT fazia esse debate para replicar para outros países o uso da cota. A Conselheira Eutália destacou que apesar do trabalho executado, ainda não haviam conseguido enxergar um sistema de proteção alargado no sentido de contemplar todas as políticas, garantir todos os direitos necessários para a população e manter o que já haviam conquistado. Falou sobre os debates realizados sobre a ampliação do orçamento e que o mesmo estivesse voltado para a construção de políticas que viabilizassem os direitos alcançados. Que ao mesmo tempo em que comemoravam os avanços no campo da proteção social nesse país, deparavam-se com uma proposta de proteção social muito inferior ao que queriam construir. Ponderou que talvez tivessem que conversar mais sobre a situação, inclusive com a OIT, debatendo no país a articulação entre serviços e benefícios, importante estratégia na construção da autonomia, falando como se daria essa questão. Que conforme colocado pelo Secretário-Executivo, talvez o Brasil não fosse uma boa influência devido ao seu modelo de proteção social, estando acima dessa proposta. Concluindo, indagou qual seria a influência disso para países dentro do Mercosul e da América Latina que, de certa forma, já haviam avançado um pouco nesse modelo que estava sendo apresentado. O Conselheiro Carlos Rogério destacou a importância nesse momento, da fala de uma representante de uma organização internacional tripartite, abordando a proteção. Falou sobre o que a legislação trazia sobre a questão e sobre as más condições dos trabalhadores desde o século XIX com o sistema capitalista. Ressaltou que a intenção era fazer com que essa relação melhorasse, com a proteção fazendo parte desse processo, sendo esse um importante debate sobre o tema. O Conselheiro Renato de Paula informou ter participado das reuniões da OIT, governo e MTE, estudando os documentos e fazendo essa discussão internamente, encontrando pertinentes as colocações anteriores, mas querendo mais alguns esclarecimentos, destacando a desigualdade entre os diversos países sobre a proteção social. Falou sobre o entendimento que tinham sobre Assistência Social e a instituição do SUAS, o que diferenciava essa política no Brasil do resto do mundo, podendo contribuir com o ponto de vista conceitual nesse debate sobre a concepção de Assistência que estava colocado. Ponderou que a concepção constante nos documentos da OIT não traduzia o que era chamado de Assistência Social no Brasil, discorrendo sobre essa questão e o que havia colocado na reunião do MTE sobre o assunto. Que se deveria alargar esse entendimento dos serviços básicos que precisavam ser universalizados para além

dos serviços de saúde e educação, com a Assistência Social do Brasil devendo ser difundida para outros lugares. Ponderou que o Brasil não conhecia adequadamente o SUAS, o que precisava ser discutido, falando, também, sobre a necessidade de se debater o conceito de Assistência Social e da própria proteção, esclarecendo sua colocação. Observou ser de interesse do CNAS, sem prejuízo da discussão que fosse feita no âmbito do governo, discutir e propor e fazer parte desse processo como uma instância de controle social para contribuir com sugestões sobre como efetivar a proteção social nos países que sequer conseguiram atingir um patamar mínimo de inclusão. A Conselheira Leila referendou a fala do Conselheiro Renato de Paula, encontrando que a OIT teria que avançar e incorporar novos conceitos, considerando as diferenças existentes e buscando nos países que já tinham uma concepção de proteção social para disseminar para outros que precisavam avançar nessa política. Ponderou que já haviam conseguido dizer o que gostariam, vendo como oportuna essa contribuição, apesar das fragilidades do Sistema e os avanços que ainda estavam buscando. A Coordenadora esclareceu que a OIT era uma organização internacional, trabalhando com vários países, com o Piso de Proteção Social surgindo na época da crise. Discorreu sobre como esse programa contribuiu para que os países que o possuíam, como o caso do Brasil, se recuperassem mais rapidamente. Esclareceu que a Organização buscava a proteção para todos, considerando as dificuldades existentes e que poucos países haviam ratificado o Convênio 102, o que deveria ser feito e entendendo a luta dos trabalhadores. Relatou que acompanhavam o movimento sindical da América Latina e do Mercosul, conhecendo a sua ação, com a discussão mantida com os trabalhadores tendo sido nessa linha. Observou que a preocupação na OIT era o trabalho como um todo, querendo todos os trabalhadores e toda a sociedade protegidos, falando sobre as ações mantidas para esse objetivo, discutindo-se de forma tripartite sobre essa proteção a todos. Esclareceu o que era a Cooperação Sul-Sul, buscando levar para outros países as boas práticas brasileiras em diversos temas. Falou sobre o trabalho infantil, contribuindo e apoiando através da experiência do Brasil em outros países, mas que na questão da pessoa com deficiência, ainda não tinham nenhum procedimento e que com certeza apoiariam as ações nesse sentido, tendo anotado essa sugestão para levar para a OIT. Esclareceu que estavam à disposição do CNAS para continuar debatendo e conseguir levar a proteção social às pessoas, tendo que se fazer uma ação mundial para motivar os países para efetivarem essa política, tendo dez anos que a questão da proteção social não era debatida na Conferência Internacional do Trabalho da OIT. Concluindo, colocou-se à disposição para discussões sobre o tema. O Presidente destacou que o CNAS precisava participar desse debate, concordando que os países com sistema de proteção social haviam saído com mais facilidade da crise, ponderando que a proteção social mais consolidada se dava na medida em que se tinha participação cidadã de fato. Observou que devido ao pouco tempo para a Conferência, era preciso fazer uma força-tarefa, buscando subsidio nas Comissões Temáticas do CNAS para construção de um documento a ser levado para o debate, sugerindo o Conselheiro Renato de Paula e a Conselheira Maria Godoi para esse trabalho. O Conselheiro Renato de Paula indagou à Coordenadora como a OIT estava dialogando com as propostas de implementação de universalismo básico emanadas da Conferência Mundial de Seguridade. Informou

que, no final do ano passado haviam realizado a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, sugerindo discutir com o Comitê Executivo Mundial de Sistemas de Seguridade e resgatar as deliberações da Conferência, fazendo-se um paralelo entre o que havia sido discutido e a que estava se realizando no CNAS. O Presidente encaminhou sua sugestão de nomes, indagando se a Plenária acatava ou teria outra sugestão. A Conselheira Eutália indagou se essa força-tarefa era para construir esse documento antes da Conferência de Genebra, informando que estaria viajando e não poderia participar, ao que a Conselheira Leila se ofereceu para colaborar com a Conselheira Maria. O Presidente ponderando que esse documento poderia ser feito com calma e se continuar nessa interlocução, indicando a proposta do Conselheiro Renato de Paula, que propôs fazer esse debate no Conselho, reunir os materiais e difundir entre seus membros, fazendo esta discussão associada ao Brasil Sem Miséria. A Conselheira Maria Aparecida concordou com essa proposta, sendo importante ter um documento do CNAS sobre controle social, fortalecendo e melhorando essa temática e de apoio para os demais países. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, solicitando que retornassem às 14h15min. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheiro Renato Saidel Coelho. Conselheiros Suplentes: Conselheira Brenda Ferreira Silva, Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheira Leila Pizzatto, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, e Conselheira Jane Pereira Clemente. Ausências Justificadas: Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho e Conselheiro Antônio de Castro. Prosseguindo, o Presidente destacou os temas pendentes da pauta da manhã, discussão do resultado das metas de desenvolvimento dos CRAS, Relato da Presidência Ampliada e o Relatório das denúncias recebidas no CNAS. A Conselheira Maia do Socorro, com relação ao primeiro item, indicou a presença de duas pessoas da SAGI que apresentariam o instrumental que demonstrava as informações, ensinando a trabalhar com esse aplicativo e acessar essas informações, jogando essa pauta para a próxima reunião. O Conselheiro Frederico indicou que a pauta para o próximo mês também estava bastante apertada, sugerindo que o Relato das Comissões, se não fosse emergencial, ficasse para o próximo evento. O Presidente destacou que, além das Comissões tinham que fechar o relato da Comissão Organizadora, encaminhar o relato do GT de Assessoramento de Defesa e Financiamento. O Conselheiro Wagner reforçou que o GT de Assessoramento, Defesa e Garantias tinha deliberações de uma consulta pública que seria apresentada, com prazo até agosto. O Conselheiro Sérgio Wanderly informou que haviam proposto que o relato da Comissão de Financiamento ficasse para o próximo encontro, sendo retirado

esse item da pauta. O Presidente passou ao relato da Comissão Organizadora, com a Secretária-Executiva indagando à Conselheira Simone se mantinha o destaque na página 23, no 3.2, encaminhamentos do relatório final, com a Conselheira manifestando-se satisfeita com a discussão. O Presidente passou ao item 2 e 3, não havendo nenhuma colocação. Item 4. Aprovação das cartas, sendo feitas para os usuários, trabalhadores e gestores, faltando a das entidades. O Conselheiro José Crus informou que as cartas seriam submetidas à Assessoria de Comunicação para correção dos textos, com a carta das entidades a ser tratada na próxima reunião da Comissão Organizadora, dia 10 de junho. O Conselheiro Pedro Ost informou que na carta para os trabalhadores e na carta para os gestores o primeiro parágrafo era igual, sendo que na dos trabalhadores havia uma nota, questionando sua inclusão e observando que não era necessária, colocando-se nas duas ou fazendo sua exclusão. Com relação à apresentação da professora Rosângela Paz, que havia colocado algumas coisas a serem assumidas pelo Conselho, observando que o programa ainda não estava implantado e que dizia *“caros companheiros de caminhada, precisamos juntos debater e deliberar nas três esferas de governo questões referentes à gestão, estratégia do trabalho, qualificação, programas, projetos, a participação popular e o controle social e a centralidade do Sistema Único de Assistência Social no Programa Brasil Sem Miséria”*, observando que essa frase não caberia por ser mais amplo, não podendo se reduzir ao Programa. O Conselheiro Carlos Rogério indicou que na carta aberta do CNAS aos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, no quarto parágrafo, *“hoje são mais de 200 mil trabalhadores que atuam no SUAS”*, manifestando que no seu entendimento, os trabalhadores do SUAS eram tanto dos CRAS, públicos, como das entidades, informando ser mais de 500 mil entidades privadas, conforme dados do IBGE, solicitando essa correção. O Conselheiro José Crus deu razão ao Conselheiro Pedro Ost, observando que a centralidade do SUAS no combate à extrema pobreza no Brasil era um dos subtemas, revisando-se essa redação. Quanto ao número de trabalhadores, a informação havia sido retirada do Censo SUAS, sugerindo não se colocar nenhum quantitativo, *“Hoje são milhares de trabalhadores”*. O Presidente passou ao Item 5, distribuição do número de delegados, que ficaria para a reunião de junho, solicitando que qualquer contribuição fosse encaminhada por e-mail. Item 6. Programação da VIII Conferência, sendo apresentada uma proposta, justamente por conta do TR, colocando como encaminhamento que a Comissão deveria identificar colaboradores para as etapas, o que estava sendo tratado. 7. Informes do Comitê de Comunicação, nenhuma consideração. 8. Comitê Editorial. 9. Comitê de Acessibilidade, com a proposta de dois nomes: Conselheira Simone Albuquerque e Conselheira Maria Auxiliadora, indagando se aceitavam o convite. A Conselheira Simone indicou o Conselheiro Clodoaldo para substituí-la, que aceitou o convite, assim como a Conselheira Maria Auxiliadora, formando o Comitê de Acessibilidade. Item 10. Comitê de Mobilização, com a Comissão informando não ser necessário esse espaço. 11. Criação do Comitê Executivo, que estava em andamento, sendo enviados os memorandos. Patrocínio da VIII Conferência, sem nenhuma colocação. Com relação à pauta para a próxima reunião, indagou aos Conselheiros da Comissão se apenas um dia de trabalho seria suficiente, ficando acordada essa indicação. O Conselheiro Frederico destacou o acúmulo de tarefas para um dia

bastante significativo, observando que se a Comissão havia retirado um dia, o mesmo poderia ser acrescentado à Plenária, tendo solicitado à Comissão rediscutir o calendário, o que não havia sido feito. O Presidente esclareceu que no dia anterior e posterior à reunião, havia membros que faziam parte de GTs que se reuniam. O Conselheiro José Araujo observou que com essas modificações colocadas no Conselho, teriam que trabalhar isso na Comissão, não tendo sido acordado que seria apenas um dia, apenas que se houvesse possibilidade isso seria feito. A Conselheira Simone citando os meses subsequentes, observou que o que precisava ser feito para a Conferência Nacional com urgência já haviam feito, citando o Termo de Referência e faltando dois meses para as Conferências Estaduais, as quais tinham que ser discutidas e não a Conferência Nacional. O Conselheiro Frederico sugeriu que a Comissão se reunisse para discutir o calendário, o que ficou consensuado. O Conselheiro José Crus, dirigindo-se ao Conselheiro José Araujo, registrou que tinham uma relatoria, com as discussões, os apontamentos, o debate feito no dia anterior, seria encaminhado para a mesma, que faria o documento a ser apresentado para a Comissão. Concordou com o Conselheiro Frederico, com a Comissão tendo que decidir o seu calendário de acordo com sua agenda, o que já havia sido feito, não aceitando que fosse novamente discutido. O Conselheiro Frederico propôs que o calendário fosse discutido com a Comissão, o que não havia acontecido na Comissão que fazia parte. *O Presidente, após as colocações feitas, considerou aprovado o relato da Comissão Organizadora.* **Item. Relato da Presidência Ampliada,** pela Conselheira Eutália: *“Memória da reunião da Presidência Ampliada. Data: 18 de maio de 2011. Das 12h às 14h. Local: CNAS – Brasília/DF. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS, Renato Francisco dos Santos Paula, Vice-presidente do CNAS, Eutália Barbosa Rodrigues, Coordenadora da Comissão de Conselhos, Sérgio Wanderly Silva, Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento, Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Coordenador Adjunto da Comissão de Normas, Frederico Jorge de Souza Leite, Coordenador da Comissão de Política. Apoio da Secretaria-Executiva: Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Secretária-Executiva do CNAS, Silvani Souza, Assessora do Gabinete do CNAS.* 1. *Proposta de pauta da 190ª Reunião Ordinária no mês de junho nos dias 14, 15 e 16 de 2011. Dia 14/06/2011. 09h às 12h - Reunião da Comissão de Conselhos. 14h às 18h - Reunião da Comissão de Financiamento, Reunião da Comissão de Normas e Reunião da Comissão de Política. 18h às 20h, Reunião da Presidência Ampliada. Dia 15/06/2011. Das 09h às 09h15, Aprovação da ata da 189ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta. Das 09h15 às 10h, Informes da Presidência/Secretaria-Executiva., MDS, CIT e de Conselheiros. Das 10h às 12h, Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Das 14h às 15h30, Relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. Das 15h30 às 16h30, Relato do GT para discussão do inciso III e IV do artigo 2º da LOAS. Das 16h30 às 18h, Colóquio sobre a Reforma Tributária de Representante do DIEESE, representante do IPEA, Deputado Federal Cláudio Puty, (Indicação de convidado pela Conselheira Maria Aparecida Godói). Dia 16/06/2011. Das 09h às 9h30, Relato sobre o Fórum Interconselhos e avaliação da participação do CNAS frente à nova metodologia do PPA 2012-2015. Das 09h30 às 10h30, Relato da Presidência Ampliada. Das 10h30 às 12h30, Relato da Comissão de*

*Financiamento. Das 14h às 15h, Relato da Comissão de Normas. Das 15h às 16h, Relato da Comissão de Conselhos. Das 16h às 17h, Relato da Comissão de Política. Das 17h às 18h, Relato dos encaminhamentos às denúncias recebidas no CNAS.*

*2. Revisão de nota explicativa da LOAS anotada. 2.1 Atendendo à solicitação do CNAS, retirada da plenária de fevereiro de 2011, a Secretaria Nacional de Assistência Social, por meio do Memorando nº 764/2011, informou que suspendeu a distribuição da LOAS Anotada até que seja realizada a revisão das notas explicativas, tendo sido ainda o assunto encaminhado à Assessoria Jurídica do MDS para manifestação acerca do entendimento do conteúdo constante da Nota nº 01 referente ao art. 17 da LOAS. Esclarecimentos: 2.1.1. O Vice-Presidente esclareceu que o encaminhamento à CONJUR/MDS do texto de revisão da Nota Explicativa da LOAS Anotada seguiu um procedimento burocrático e administrativo usual da SNAS quanto ao envio de minutas de diplomas legais da Assistência Social para apreciação e parecer daquela Consultoria.*

**Encaminhamentos:** 2.1.1.1. Solicitar à SNAS infonnação sobre o status da demanda supracitada; 2.1.2. Solicitar à SNAS o número de exemplares da LOAS Anotada que está no MDS, cujas publicações tiveram sua distribuição suspensa, conforme informado ao CNAS; 3. Digitalização de processos administrativos e layout do CNAS. 3.1. Em atendimento ao Memorando PRES/CNAS/MDS nº 14/2011, de 24/02/2011, sobre a digitalização de aproximadamente 100 mil processos arquivados neste CNAS, a SNAS informou que encaminhou consulta à Subsecretaria de Assuntos Administrativos — SAA/MDS, tendo aquela unidade, por meio do Memorando nº 138/2011, informado a impossibilidade de atendimento à demanda de digitalização de processos em face da insuficiên7cia de saldo contratual. Quanto à sugestão de elaboração de Termo de Referência específico para contratação desse serviço fomos informados de que não há previsão no orçamento para cobrir tal despesa. Cabe, então, analisar a inserção dessa demanda para o orçamento de 2012. 3.2. Quanto ao layout para reforma deste Conselho, o assunto está sendo tratado pela SAA/MDS e SE/MDS, e tão logo haja um pronunciamento a SNAS informará ao CNAS.

*4. Indicação de representação do CNAS na Comissão Nacional Interministerial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. 4.1. O SINASE solicita a indicação de um representante do CNAS para participar da 1ª Reunião de 2011, que será realizada no dia 31 de maio, de 14h às 18h, em Brasília. O representante titular do CNAS na referida Comissão era o Conselheiro Antônio Pereira Kbça da Silva Filho (in memoriam), e a suplente é a Conselheira Marisa Silva. **Encaminhamento:** 4.1. A Presidência Ampliada submete a indicação de um conselheiro para representar o CNAS, na qualidade de titular, no SINASE.*

*5. Demandas acadêmicas. 5.1. Estudante de mestrado da Universidade Estadual de Maringá/PR solicita uma lista das entidades com certificado de entidade beneficente de assistência social das cidades da região metropolitana de Maringá/PR, com a finalidade desenvolver uma pesquisa sobre Cultura Política. Encaminhamento: 5.1.1 Informar ao estudante que as informações solicitadas estão disponíveis no Sistema de Informação do CNAS - SICNAS. 5.2. Estudante de doutorado em ciências políticas da Universidade de Paris Sorbonne informa que está pesquisando sobre as parcerias dos governos brasileiros com entidades religiosas da área social, educativa e saúde e solicita as seguintes informações. a) Há parcerias entre o Ministério e organizações religiosas? b) Como funciona o processo de certificação*

das entidades religiosas? c) Do percentual de 6.800 entidades certificadas no CNAS, conforme lista atualizada no site do CNAS datada de 13/08/2009, quantas são entidades religiosas? d) O estudante solicita entrevistar um representante do CNAS sobre o assunto em agosto de 2011. **Encaminhamentos:** 5.2.1. Enviar ao estudante informações sobre os procedimentos para certificação, de acordo com a Lei nº 12.101/2009 e relação de entidades conforme solicitado (“filtro” religiosas); 5.2.2. Quanto à solicitação da letra “a” e “b” encaminhar a SNAS para informação ao estudante; 5.2.3. Quanto à solicitação da letra “d” informar as datas das reuniões ordinárias e solicitar a pauta da entrevista para enviar aos Conselheiros do CNAS para verificação de disponibilidade de conceder a entrevista. 5.3. Estudante do curso de serviço social da Universidade Católica de Brasília solicita autorização para que ele e mais três estudantes acompanhem a rotina do CNAS, observando a prática diária, os encaminhamentos, as propostas orçamentárias da Assistência Social, as normatizações. O objetivo do grupo com essa visita é fazer um seminário para apresentar em sala de aula, mostrando a relação que existe na prática com o que está disponibilizado na Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS. **Encaminhamento:** 5.3.1. A Presidência Ampliada concedeu autorização para a visita. Vale ressaltar que, conforme dispõe a Ordem de Serviço nº 02/2005, os interessados deverão se comprometer, após conclusão de seu trabalho, encaminhar cópia do relatório final, a fim de que o mesmo seja levado a conhecimento dos Conselheiros do CNAS. 6. Demanda do CEAS/GO. 6.1. O Conselho Estadual de Assistência Social de Goiás solicita agendar uma visita ao CNAS para os Conselheiros daquele CEAS/GO, com o objetivo de observar as Comissões de Trabalho do CNAS e, se possível, de 1 hora de reunião para tirar dúvidas quanto às atribuições e dinâmicas de trabalho das Comissões, nas próprias Comissões Temáticas. **Encaminhamentos:** 6.1.1. A Presidência Ampliada informa que, conforme Regimento Interno, as reuniões das Comissões Temáticas, são públicas, para participação na condição de ouvinte, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, na forma da legislação pertinente. 6.1.2. Quanto à solicitação de uma reunião com cada comissão para tirar dúvidas sobre assuntos afetos ao funcionamento das mesmas, a Presidência Ampliada considera inviável, tendo em vista a limitação de tempo para discussão e cumprimento das pautas de cada comissão temática do CNAS. 7. Convites. 7.1. Convites referentes ao processo de Conferências: 7.1.1. O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS/SP convida o CNAS para participar da Reunião de Formação de Base da IX Conferência Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo, no período de 30/05/2011 até 08/06/2011, para ministrar palestra sobre os quatro eixos do tema da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. **Encaminhamento:** 7.1.1.1. O Presidente Carlos Eduardo Ferrari e o Conselheiro Carlos Rogério se colocam à disposição para participarem de um dia de reunião, no período informado pelo COMAS/SP. 7.1.2. O Conselho Estadual de Assistência Social do Pará convida o CNAS para a 1ª Reunião Ampliada Interconselhos, que integra o CEAS/PA, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável — CONSEAS, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente — CEDCA, o Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa — CEDPI e o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência — CEDPD, a ser realizada no dia 30/05/2011, em Belém/PA. **Encaminhamento:** 7.1.2.1. A Presidência Ampliada sugere encaminhar

agradecimento e informar ao CEAS/PA que diante dos cortes orçamentários para o exercício 2011, este Conselho está priorizando sua participação nas Conferências Municipais das Capitais, nas Conferências Estaduais de Assistência Social e do Distrito Federal.

**7.2. Conferências Estaduais de Assistência Social e DF. Encaminhamentos.** Acre, dias 25 e 26 de agosto. Encaminhamento: Indicação da Plenária. Sergipe. Data: 4, 5 e 6 de outubro. **Encaminhamento:** Indicação da Plenária. Distrito Federal.. Data: 11, 12, 13 e 14 de outubro. **Encaminhamento:** Indicação da Plenária. Paraíba. Definindo data. **Encaminhamento:** Indicação da Plenária. Rio Grande do Norte. Definindo data. Encaminhamento: Indicação da Plenária. Rio Grande do Sul. Definindo data. **Encaminhamento:** Indicação da Plenária. Piauí. Data: 12, 13 e 14 de outubro. Eutália Barbosa Rodrigues. Rio de Janeiro. Definindo data. **Encaminhamento:** Indicação da Plenária.

**7.3 Conferências Municipais das Capitais.** Goiânia. Data: 25, 26 e 27 de agosto. **Encaminhamento:** Indicação da Plenária. Rio Branco. Definindo data. **Encaminhamento:** Indicação da Plenária. Amapá, definindo data. **Encaminhamento:** Indicação da Plenária. Cuiabá. Data: 7 e 8 de julho. **Encaminhamento:** Indicação da Plenária. Belo Horizonte: 29 e 20 de junho. **Encaminhamento:** Carlos Eduardo Ferrari. Curitiba, definindo data, indicação da Plenária. Belém, definindo data, indicação da Plenária. João Pessoa, definindo data, indicação da Plenária. Recife, definindo data, indicação da Plenária. Natal, definindo data, indicação da Plenária. Rio de Janeiro, definindo data, indicação da Plenária. Florianópolis, definindo data, indicação da Plenária. As Agendas das Conferências de Assistência Social das capitais e Estaduais e do DF completas, com as indicações da Comissão Organizadora e Presidência Ampliada estão em anexo.

**7.4. Diversos:**

**7.4.1. A Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação convida o CNAS para participar do seminário que terá como tema “O monitoramento e avaliação no ciclo das políticas públicas: um desafio para os novos governos”, entre os dias 01 e 03 de junho de 2011, na sede da FINATEC/UnB. Encaminhamento:**

**7.4.1.1. Enviar agradecimento e informar impossibilidade de presença do CNAS.**

**7.4.2. O Comitê Estadual de Enfrentamento ao crack de Goiás convida o Conselheiro Samuel Rodrigues para contribuir com a temática Política Nacional antidrogas e sua interface com as demais Políticas de Assistência Social, Saúde, Educação e Direitos Humanos, no dia 26 de maio de 2011, em Goiânia. Consulta o CNAS sobre a possibilidade de assumir as despesas com o plano de viagem do conselheiro. Encaminhamento:**

**7.4.2.1. Informar impossibilidade do CNAS de custear as despesas com passagens, devido aos cortes orçamentários para o exercício 2011.**

**7.4.3. O Conselho Nacional de Saúde solicita a indicação de um representante do CNAS para participar do Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e sobre Judicialização em Saúde a ser realizado no período de 28 a 30 de junho de 2011, em Brasília. Encaminhamento:**

**7.4.3.1. A Presidência Ampliada sugere o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite. Caso não seja possível custear a vinda dele para participar do evento, propõe-se que um conselheiro residente em Brasília participe da reunião.**

**7.4.4. A Organização Nacional dos Cegos — ONCB convida o Presidente do CNAS para o evento Inclusão e acessibilidade, um direito de todos e II Encontro Estadual de São Paulo das afiliadas a ONCB, no dia 23/06 para palestra sobre o tema Participação Brasileira nos Movimentos Internacionais de pessoas com deficiência visual, 24/06, para ministrar palestra sobre a VIII**

*Conferência Nacional de Assistência Social, e 25/06/2011 para ser relator do grupo de trabalho referente a discussões e proposituras para a política nacional de Assistência Social, em Itapetininga/SP.*

**Encaminhamento:** 7.4.4.1. O Presidente Carlos Eduardo Ferrari irá participar do Encontro, tendo em vista que estará em São Paulo na data do evento e por não haver custos para o CNAS. 8. Informes. 8.1. O Conselho Nacional de Saúde informou, por meio do Ofício-Circular nº 051/SE/CNS/GM/MDS, que durante a 219ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 16 e 17 de março de 2011, aprovou a Recomendação CNS nº 004/2011 aos Conselhos de Políticas Públicas e as Frentes Parlamentares em HIV e AIDS que, no âmbito municipal, estadual e nacional seja incorporada a temática da Tuberculose na agenda prioritária. 8.2. A Presidência do CEAS/GO, por meio da Presidente Maria Joaquina de Jesus, enviou agradecimento ao Presidente do CNAS pela valiosa palestra no 1º Encontro com Prefeitos, Secretários de Assistência Social e Conselhos Municipais de Assistência Social, no dia 28 de abril de 2011. 8.3. O Conselho Nacional de Saúde informa que está desenvolvendo o Laboratório de Inovação sobre técnicas de participação dos cidadãos na implementação de políticas públicas de saúde. O objetivo desse laboratório é identificar as principais características das práticas participativas e deliberativas implantadas no Brasil e Itália, produzindo subsídios para os Conselheiros de Saúde e para o gestor no processo de participação social no SUS. Municípios e estados que desenvolveram estratégias inovadoras de inclusão dos cidadãos nos processos decisórios podem enviar a sua experiência ao OPAS/OMS Brasil para o seguinte e-mail: [apsredes@bra.ops-oms.org](mailto:apsredes@bra.ops-oms.org). Conteúdo do resumo: instituição proponente; período em que foi desenvolvida; tema/objeto do debate; atores envolvidos; e técnicas utilizadas para favorecer a participação e a contribuição dos cidadãos e resultados esperados. 8.4. A Secretaria Nacional de Assistência Social, por meio do Ofício-Circular GAB/SNAS/MDS nº 06, encaminhou para conhecimento deste CNAS cópia do Ofício nº 10/2011 - GP da Prefeitura de Altamira do Maranhão, em que o prefeito Arnaldo Gomes de Sousa informa que, com a inconstitucionalidade da Lei nº 7.864/2001, o município de Altamira teve sua área alterada. Com isso retomou a área em vigor anteriormente à vigência desta lei, conforme decisões que são de conhecimento do IBGE e do TCU. Diante de tais fatos, toda a população da área recuperada passou a ser fixada no município de Altamira do Maranhão. Assim, solicita ao MDS que desvincule a população beneficiária do Bolsa Família e demais programas PETI e Projovem, referente ao exercício 2011, ao Município de Santa Inês/MA. Reconheça, por fim, que a população atendida pelo MDS está vinculada ao Município de Altamira do Maranhão, e efetue a transferência automática destes, com a finalidade de recebimento imediato dos recursos referentes aos citados programas". A seguir, passou à leitura da "Agenda das Conferências de Assistência Social das capitais. Porto Velho, 15, 16 e 17 de junho, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite. Palmas, de 1º a 2 de julho, Conselheiro Renato Saidel Coelho. Teresina, 5, 6 e 7 de julho, Conselheiro José Ferreira Crus. Cuiabá, de 7 a 8 de julho, indicação da Plenária. Aracajú, 20, 21 e 22 de julho, Conselheiro José Ferreira Crus. Campo Grande, 20 a 21 de julho, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. Porto Alegre, 22, 23 e 30 de julho, Conselheiro Renato Saidel Coelho. Vitória, 28 e 29 de julho, Conselheiro José Araújo da Silva. Boa Vista, 2 e 3 de agosto, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. São Luís, 3, 4 e 5 de agosto, Conselheira Célia Mota de Carvalho. Maceió, 3 e 4 de

agosto, previsão, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite. Fortaleza, 3 e 4 de agosto, Conselheiro Carlos Rogério. Salvador, 4 e 5 de agosto, Conselheiro José Ferreira Crus. São Paulo, 24, 25 e 26 de agosto, Conselheiro José Ferreira Crus. Manaus, 24, 25 e 26 de agosto, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva. Goiânia, 25, 26 e 27 de agosto, indicação da Plenária. Rio Branco, não tem data, indicação da Plenária. Macapá, sem data, indicação da Plenária". "Agenda das Conferências de Assistência Social dos Estados e do DF. Acre, 25 e 26 de agosto, indicação da Plenária. Tocantins, 21, 22 e 23 de setembro, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva. Mato Grosso, 24 e 25 de setembro, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. Goiás, 26, 27 e 28 de setembro, Conselheiro Renato Saidel. Rondônia, 27, 28 e 29 de setembro, Conselheiro José Araújo da Silva. Maranhão, 28, 29 e 30 de setembro, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. Mato Grosso do Sul, 28, 29 e 30 de setembro, Conselheiro Renato Saidel. Pernambuco, 2, 3 e 4 de outubro, Conselheiro José Ferreira Crus. Paraná, 3 e 4 de outubro, Conselheiro Renato Saidel. Santa Catarina, 3, 4 e 5 de outubro, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. Espírito Santo, 4, 5 e 6 de outubro, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite. Amazonas, 4, 5 e 6 de outubro, Conselheiro Renato de Paula. Sergipe, 4, 5 e 6 de outubro, indicação da Plenária. São Paulo, 5, 6 e 7 de outubro, a Presidência Ampliada sugere a Conselheira Simone Albuquerque. Roraima, 5, 6 e 7 de outubro, Conselheira Marisa. Amapá, 6 e 7 de outubro, Conselheiro José Araújo da Silva. Distrito Federal, 11, 12, 13 e 14 de outubro, indicação da Plenária. Na verdade está repetido lá nos informes da Presidência Ampliada. Piauí, 12, 13 e 14 de outubro, Conselheira Eutália Barbosa. Alagoas, 7 e 18 de outubro, Conselheiro Renato de Paula, está Carlos Ferrari aqui. Pará, 18, 19 e 20 de outubro, Conselheiro Carlos Rogério. Ceará, 19, 20 e 21 de outubro, Conselheiro José Ferreira Crus. Minas Gerais, 20, 21 e 22 de outubro, Conselheiro Carlos Ferrari. Bahia, 24, 25 e 26 de outubro, Conselheiro Renato Saidel Coelho. Paraíba, definindo data. Rio Grande do Norte definindo data, Rio Grande do Sul, definindo data". O Presidente indicou que haviam retirado de pauta a apresentação da SAGI que precisaria ser incluída em junho, observando, também que eram suficientes os três nomes indicados para discussão da reforma tributária. O Conselheiro José Geraldo sugeriu que fossem apenas dois nomes, com o Presidente indagando se o mesmo tinha alguma indicação, com a Conselheira Eutália esclarecendo o porquê do convite feito ao Coordenador da Comissão de Tributação e Finanças. O Conselheiro José Geraldo sugeriu convidar um representante do Ministério da Fazenda, com o Presidente fazendo esse encaminhamento, e o outro convidado sugerido pela Conselheira Maria. Indagou o tempo que a SAGI demoraria para fazer a apresentação, sendo informado que levaria aproximadamente uma hora, vindo com a Secretaria-Executiva o encaixe desse item. A seguir, o Presidente, em não havendo mais nenhuma colocação, considerou a pauta aprovada. Item 2. Informe sobre a LOAS Anotada. Item 3. Informes sobre layout e a questão da digitalização dos processos. Item 4. Indicação de um nome para o SINASE, com a Conselheira Leila propondo a Conselheira Jane, que aceitou sua indicação. Item 5. Demandas acadêmicas. 5.1. O Conselheiro Wagner informou ter participado no ano passado, pela Universidade de Roma, de uma pesquisa sobre políticas públicas e democracia, colocando o material à disposição e dispondo-se a contribuir, considerando sua experiência no assunto. Item 6. Demanda do Conselho Estadual de Goiás. Destacou a impossibilidade de

fazer uma reunião com cada Comissão, indicando a disposição regimental de ter os Conselheiros nas Comissões, proposta acatada pela Sra. Maria Joaquina. Item 7. Convites. 7.1. O Conselheiro Renato de Paula, fazendo o registro, esclareceu ter recebido uma informação de que se reuniriam três dias entre o período descrito de 30/05 até 08/06. O Presidente referiu-se aos espaços para indicar o representante, citando o convite do Pará e a Conferência Estadual do Acre, dia 25 e 26 de agosto. O Conselheiro José Geraldo referiu-se ao item 7.4.2, Comitê Estadual de Enfrentamento ao Crack de Goiás, sugerindo retirar o nome do estado. A Conselheira Jane se habilitou para representar o Conselho na Conferência Estadual do Acre. Sergipe, 4, 5 e 6 de outubro, com a Conselheira Maria do Carmo se prontificando a receber a Conselheira Leila, que aceitou o oferecimento. Distrito Federal, dias 11, 12, 13 e 14 de outubro, abertura à noite no dia 11. A Conselheira Simone observou que nos estados com representações institucionais, citando FONSEAS e CONGEMAS, deveriam participar o Presidente ou o Vice, o que já era praxe do Conselho. Goiânia, 25, 26 e 27 de agosto, com a participação do Conselheiro Samuel. Cuiabá, com a presença do Conselheiro Wagner. Belo Horizonte, 29 e 30 de julho. Item 7.4. A Conselheira Simone solicitou a indicação de um representante do Departamento de Gestão do SUAS para participar na Rede de Monitoramento e Avaliação, sendo acatada essa sugestão. Item 7.4.3. Conselho Nacional de Saúde. Informou que não compareceriam ao evento sobre crack, considerando a disponibilidade financeira. Item 8. Informes. Informou o encontro da ONCB, onde participaria, solicitando ao Conselheiro José Crus, que havia informado sobre a confecção de um CD com o material da Política Nacional todo digitalizado, que gostaria de levar essa documentação. A Conselheira Simone informou que enviariam o material para todas as Conferências Municipais e as Estaduais onde tivesse apresentação do DGSUAS ou do Conselho Nacional. Solicitou à Secretária-Executiva que os Conselheiros levassem e-mails e telefones celulares dos representantes do Ministério que compunham o Conselho Nacional para que pudessem contatar para sanear alguma dúvida. Em não havendo mais nenhuma colocação, o Presidente considerou aprovado o relato da Presidência Ampliada. **Item GT de Caracterização**, relatado pelo Conselheiro Wagner Santana, a quem o Presidente registrou os cumprimentos por sua indicação à presidência do CONGEMAS. *“3ª e 4ª reuniões do GT instituído pela Resolução CNAS nº 38/2010. Datas: 15 de abril e 11 de maio de 2011. Conselheiros: Wagner Carneiro de Santana (presença em 15/4 e 11/5). Renato Francisco dos Santos Paula (ausência justificada em manhã, com ausência justificada no período da tarde). Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho (ausência justificada em 15/4 e presença em 15/5). Clodoaldo de Lima Leite (presença em 15/4 e 11/5). Leila Pizzato (presença em 15/4 e 11/5). Simone Aparecida Albuquerque (presença em 15/4 e 11/5). Marisa Rodrigues da Silva (ausência justificada em 15/4 e ausência em 11/5). Eutália Barbosa Rodrigues (presença em 15/4 e ausência em 11/5). Convidados: Carolina Gabas Stuchi — DRSP/SNAS (presença em 15/4 e 11/5); Andrea Araújo M. Ribeiro — DRSPISNAS (presença em 15/4); Marina Fragata Chicaro — DGSUAS/MDS (presença em 15/4); Ana Paula Gonçalves — DRSP/SNAS (em 11/5). Participantes: Jane Clemente— FENATIBREF (15/4); Carlos Eduardo Ferrari — AVAPE (11/5). Apoio: Christianne Camargo Menezes, Ariane de Almeida Rodrigues, Fátima Teixeira de Sousa, Ezidênio Pereira da Silva e Dialuana Lanissa Loup. Relato. Resumo dos*

trabalhos do Grupo desenvolvidos nas duas últimas reuniões, ocorridas em 15 de abril e 11 de maio de 2011. 1. Estudo dos resultados das experiências: O Grupo destacou que as entidades que estiveram na reunião de março trouxeram contribuições importantes para a reflexão. A Cáritas contribuiu na definição dos direitos, a APAE trouxe os conceitos de autodefensoria e autogestão, o CMAS-BH chamou a atenção para a discussão da ação preponderante. Em seguida, ressaltou-se a importância da realização de urna consulta ampla e da oficina com as entidades. 2. Embasamento normativo da discussão: Foram resgatadas as definições de entidades e organizações de assessoramento e de defesa e garantia de direitos contidas na Resolução nº 191/2005 e no art. 2º do Decreto 6.308/2007. 3. Sugestões para construir o modelo de caracterização: tratar dos Centros de Defesa de Direitos Humanos — CDH; estudar as seguintes categorias de direitos: direitos humanos, direitos sociais e direitos socioassistenciais; pensar sobre as associações de moradores, que transitam pelo debate do direito à moradia e outros; olhar também as OSCIPs; pensar sobre as entidades com atuação concomitante que ofertam tanto assessoramento, quanto defesa de direitos (evitar usar o termo entidades mistas, para não confundir com a certificação); a formação político cidadã deve ser realizada sem desconsiderar os temas de outras áreas, como meio ambiente, a cultura, entre outros; a formação de lideranças e o trabalho com população vulnerável devem ser realizados de acordo com as especificidades do grupo e de seu contexto; acolhimento das instituições internacionais. 4. Questões importantes: O que indica o pertencimento das atividades de assessoramento e da defesa e garantia de direitos ao SUAS? Como vincular a entidade ao SUAS sem ferir sua autonomia? Qual é a relação/diferença entre entidades e organizações de usuários e entidades de defesa de direitos? Organizações de usuários: constituem o campo de defesa de direitos ou dizem respeito a uma associação corporativa? Entidades caracterizadas como de assessoramento e que fazem atividades relacionadas ao fortalecimento institucional de seus pares, exclusivamente, podem ser consideradas como tal? Ao reivindicar direitos para seus associados, reivindicam-se direitos de todos. Os direitos se ampliam, ao contrário do atendimento, que se reverte somente para o benefício de seus usuários; Não reduzir o processo de participação e luta social na Assistência. 5. Pontos levantados com base nos dados do Censo SUAS: As ofertas de serviços que o SUAS não consegue acessar; A concepção da atuação em rede, pois muitos serviços existem, mas não se articulam; Buscar o caminho para a vinculação das entidades de assessoramento a partir do que elas ofertam, para melhorar sua qualidade. Por exemplo, aproveitar o serviço de capacitação para o monitoramento e avaliação da execução do orçamento da assistência social, que tem sido oferecido pelas entidades. As ofertas, entretanto, devem ser direcionadas. Promover a integração da rede por intermédio dos cadastros. A capacitação não pode se confundir com consultoria especializada. Algumas atribuições no assessoramento devem passar pelo olhar do gestor. O gestor deve apresentar a demanda de capacitação sobre a rede socioassistencial e a entidade a oferece. Outros tipos de assessoramento, que não são fornecidos pelo Estado, como a formação política-cidadã, seriam oferecidos pelas entidades; Os recursos indiretos devem ser controlados pelo gestor e pelo controle social; Os gestores devem assumir o papel de ter a visão da atuação em rede. Os gestores reconhecem os serviços oferecidos pelas entidades, mas não conseguem

desempenhar o seu papel. Porém, há realidades nas entidades que os gestores não conhecem; Proposta para o assessoramento: o governo elabora os conteúdos, com especificações detalhadas e as entidades concorrem. A vinculação pode ocorrer por meio de um edital público, elaborado pelos Conselhos. Como organizar e operacionalizar esse modelo de edital? Na defesa de direitos, contudo, o modelo tem que ser diferente, pois não há como o gestor ser responsável pela definição e organização da luta por direitos. Os governos locais não tem assistência técnica qualificada e especializada. Preocupação que a assistência crie muitas barreiras e as entidades migrem para outras políticas. As entidades ainda não se conscientizaram de que devem se ressignificar.

6. Proposta para regulamentar o assessoramento: Bloco 1: No Plano de Assistência Social, o gestor apresenta as ações e prioridades e as entidades que quiserem incluir incluem essas ações em seu plano de atividades. Este bloco de ações compreende: produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos e cidadãs sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social; monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social e do Orçamento e execução orçamentária; capacitação de gestores, técnicos e conselheiros para a intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social. Bloco II: As entidades apresentam as propostas: formação político-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares; estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda; sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas, em particular na Política de Assistência Social; assessoria política, técnica, administrativa e financeira a movimentos sociais, organizações, grupos populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo. As ações voltadas para a defesa e garantia de direitos estariam centradas nos Conselhos de Assistência Social, que promoveriam a atuação em rede por meio das audiências públicas previstas no art. 15 da Resolução nº 16/2010. A gestão da política pública é primazia do Estado, mas a execução deve ser construída com a participação da sociedade civil, em um processo compartilhado (gestão compartilhada). As prioridades devem ser definidas pelo Estado. No campo das entidades, deve ficar claro que tudo o que elas fizerem deve ser voltado para os interesses dos usuários.

7. Com base nesses apontamentos, o DRSP e o DGSUAS elaboraram uma matriz de caracterização que está sendo discutida pelo Grupo. Essa matriz está organizada com molde distinto daquele utilizado na Resolução nº 109, de 2009, pois o Grupo está caminhando para caracterizar a oferta, não a entidade. Encaminhamentos: 1. O Grupo definiu o seu planejamento de trabalho, conforme as datas abaixo: 15/4, 11/5 e 9/6: discussão do tema; 7/7: sistematização das contribuições das entidades e preparação da oficina; 21/7: oficina com as entidades; 11/8: sistematização das contribuições da oficina e finalização da resolução. 2. Devido a dificuldades com horários e atrasos de voos, as próximas reuniões terão início às 10h. 3. O DGSUAS e o DRSP apresentarão um estudo definindo o que a lei destaca como competência específica do Estado e o que pode ser compartilhado na gestão. 4. Propõe-se o lançamento do questionário em anexo, que ficará a disposição das entidades para envio ao CNAS até 21/06/2011, em meio digital. 5. Solicita-se reiterar o

ofício às entidades que participaram da reunião com o GT em 23/3, quais sejam, Cáritas, REBRATES e Instituto ProBono, para que enviem suas contribuições até 21/6. 6. Solicita-se remeter à Comissão de Normas, a discussão sobre o § 3º do art. 4º da Resolução nº 16/2010, abaixo transcrito: § 3º As entidades ou organizações de assistência social que atuem na defesa e garantia de direitos e/ou assessoramento deverão inscrever-se no Conselho de Assistência Social do Município ou do Distrito Federal indicado como sendo de sua sede no estatuto social. Wagner Carneiro de Santana, Coordenador do GT”. Anexo sobre a consulta pública de informação, apresentado pela Conselheira Leila: “Como o Coordenador Wagner colocou, a intenção desta consulta, de informações é voltada para as entidades que têm ações na área do assessoramento, defesa e garantia de direitos e que não foram contempladas no Censo SUAS por conta de que elas não têm convênios com os municípios, isso da rede privada, claro. E isso visando que a gente possa ter maiores subsídios em relação a estas atuações. GT Resolução CNAS nº38/2010. Caracterização de Entidades de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos. Consulta de Informações das Entidades que não tem convênio. O Conselho Nacional de Assistência Social por meio da Resolução CNAS nº 38/2010 constituiu Grupo de Trabalho para discutir parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos, de acordo com as Resoluções CNAS nº 191/2005 e 16/2010 e Decreto nº 6.308/2007. O GT acordou a importância de conhecer ao máximo possível a diversidade das ações desenvolvidas pela sociedade civil nas áreas de assessoramento e defesa e garantia de direitos. Assim, a fim de subsidiar o trabalho, amplia o debate visando contemplar o conjunto das ações desenvolvidas nas diferentes regiões do Brasil. Para tal lança este processo de consulta por meio de um questionário que ficará a disposição das entidades que não possuem convênio com recursos públicos uma vez que as apoiadas com os referidos recursos já participaram do Censo SUAS. As entidades de assistência social ou com atuação não preponderante nessa política pública poderão responder ao questionário disponibilizado no site do CNAS [www.mds.gov.br/cnas](http://www.mds.gov.br/cnas) até 21/06/2011. Para o preenchimento, o documento deve ser salvo e após, enviado ao e-mail: [cnas.normas@mds.gov.br](mailto:cnas.normas@mds.gov.br) colocando no campo “Assunto” o título “Consulta de Informações”. As informações disponibilizadas pelas entidades serão apensadas às discussões e demais informações que estão de posse do GT para subsídios técnicos e estarão confiados e resguardados pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Questionário de consulta de informações sobre ações de assessoramento e de defesa e garantia de direitos desenvolvidas por entidades não conveniadas com recursos públicos. Agora começa o questionário. 1. Nome da Entidade. 2. Endereço. 3. Município. 4. Estado. 5. Responsável pelo preenchimento. 6. Função na entidade. 7. E-mail. 8. Telefone. 9. Preponderância de atuação? Assistência social, educação ou saúde. 10. Área de atuação: (assinalar mais de uma alternativa no caso de ação concomitante em mais de uma área): atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos 11. Origem dos recursos: próprio, municipal, estadual, nacional, fundos internacionais ou outros. Matriz Assessoramento. Orientações para o preenchimento dos campos das matrizes. Esta matriz tem quatro colunas, uma é atividade, a outra é público-alvo, síntese da atividade, territorialidade. Então as orientações para o preenchimento dos campos das matrizes. Atividade: corresponde ao que consta nos

documentos legais para a área do assessoramento, campo com texto determinado. Público alvo: públicos destinatários da atividade. Pode ser preenchida mais de um campo, como também complementado no item outros informando a qual se refere. Síntese da atividade: descrever de forma objetiva no que consiste a atividade. Territorialidade: informar se a atividade é executada em um bairro, região da cidade ou de âmbito municipal, estadual ou nacional. Atividade. Aí começam todas as atividades que estão na legislação vigente. 1. Assessoria política, técnica, administrativa e financeira a movimentos sociais, organizações, grupos populares e de usuários no fortalecimento de seu protagonismo para intervenção nas esferas políticas em particular na Política de Assistência Social. Público-alvo: grupo de usuários, Conselheiros da sociedade civil da política de assistência social, movimentos sociais, organizações, grupos populares ou outros. Quadro em branco para que a entidade faça uma breve síntese da sua atividade. Territorialidade: bairro, município, estado, nacional ou outro. 2. Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza para serem incorporadas nas políticas públicas. Público-alvo: movimentos sociais, grupos, organizações comunitárias ou outro. Síntese da atividade. Territorialidade: bairro, município, estado, nacional, outro. 3. Capacitação e formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiras, lideranças populares. Público-alvo: usuários, Conselheiros da Política de Assistência Social, movimentos sociais, lideranças populares, fóruns populares, dirigentes de entidades da rede socioassistencial, organizações comunitárias e/ou bairro, outro. Quadro em branco. Territorialidade: bairro, município, estado, nacional, outro. 4. Apoio e assessoria às entidades para atuação na Política de Assistência Social. Público-alvo: dirigentes de entidades, equipes da rede privada do SUAS, outro. Síntese da atividade. Territorialidade: bairro, município, estado, nacional, outro. 5. Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, ao desenvolvimento de cadeias produtivas, de redes de empreendimentos e à geração de renda. Público-alvo: famílias e/ou indivíduos atendidos pela rede socioassistencial, prioritariamente: Beneficiários do Programa Bolsa-Família e do Benefício de Prestação Continuada, bem como seus familiares, população em situação de rua, adolescentes que vivem em serviços de Acolhimento, pessoas com deficiência; quilombolas, indígenas, outros segmentos. Síntese da atividade. Territorialidade: bairro, município, estado, nacional, outro. 6. Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos/ãs sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando-os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social. Público-alvo: gestores públicos, sociedade e cidadãos, outros. Territorialidade: bairro, município, estado, nacional, outro. 7. Formação socioprofissional, ético-política e para a cidadania e promoção do acesso a meios, recursos e metodologias direcionadas ao fortalecimento de vínculos sociais e ao protagonismo coletivo. Público-alvo: famílias e/ou indivíduos atendidos pela rede socioassistencial, prioritariamente: Beneficiários do Programa Bolsa-Família do Benefício de Prestação Continuada, bem como seus familiares, população em situação de rua, adolescentes que vivem em serviços de acolhimento (famílias acolhedoras, repúblicas, casa-lar, atendimento integral institucional), pessoas com

deficiência, quilombolas, indígenas e outros segmentos. Síntese da atividade. Territorialidade: bairro, região, município, estado, nacional, outro. 8. Monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social e do orçamento e execução orçamentária. Aqui o público-alvo está em branco porque é o monitoramento da política. Síntese da atividade. E esta atividade corresponde à territorialidade do município, estado ou âmbito nacional. Eu acho que faltou o título da matriz, na cópia deve ter faltado o título da matriz de direitos. A próxima matriz, defesa e garantia de direitos. Atividade 1. Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade. Público-alvo: indivíduos/grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, técnicos, gestores, conselheiros, demais atores da Política de Assistência Social e de defesa de direitos. Síntese da atividade. Territorialidade: bairro, região, município, estado, nacional, outro. 2. Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e intemacionalmente. Público-alvo: indivíduos/grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, técnicos, gestores, conselheiros, demais atores da Política de Assistência Social e de defesa de direitos. Síntese da atividade. Territorialidade: bairro, região, município, estado, nacional, outro. 3. Fomento e fortalecimento da participação dos usuários da política de assistência social, organizando e promovendo meios, recursos e instrumentos para o seu protagonismo social, a conquista de novos serviços, a extensão de sua cobertura com qualidade. Público-alvo: indivíduos/grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, técnicos, gestores, conselheiros, demais atores da Política de Assistência Social e de defesa de direitos. Síntese da atividade. Territorialidade: bairro, região, município, estado, nacional, outro. 4. Organização de campanhas informativas e orientadoras acerca de direitos sociais, suas violações e garantias de defesa e acesso. Público-alvo: indivíduos/grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, técnicos, gestores, conselheiros, demais atores da Política de Assistência Social e de defesa de direitos. Síntese da atividade. Territorialidade: bairro, região, município, estado, nacional, outro. 5. Monitoramento da violação e do alcance de direitos. Público-alvo: indivíduos/grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, técnicos, gestores, conselheiros, demais atores da Política de Assistência Social e de defesa de direitos. Síntese da atividade. Territorialidade: bairro, região, município, estado, nacional, outro". O presidente passou aos encaminhamentos constantes na Memória: Item 1. Onde o GT colocava um conjunto de datas para trabalhar, com algumas vencidas e outras por vencer; Item 2. Agendamento das reuniões a partir das 10h, por conta de atrasos de voos. Item 3. Apresentação de estudo pela DGSUAS e DRSP. Item 4. Proposta do questionário que foi lido pela Conselheira em anexo. Aprovado. Item 5, reiterar ofício às entidades. Envio à Comissão de Normas sobre o parágrafo 3º da Resolução 16. O Conselheiro Renato Saidel indagou qual o objetivo do envio desse texto para a Comissão de Normas, ao que o Conselheiro Wagner Santana esclareceu essa questão, tratando-se da inscrição das entidades que prestavam serviços de assessoramento e garantia e defesa de direitos e que, conforme resolução, inscreviam só na sua sede, mas tendo atividades em outras cidades, questionando como ficaria essa situação. O Conselheiro Renato Saidel ponderou ser uma adequação, observando haver duas modalidades de inscrição na Resolução 16, inscrição da entidade, e

a Resolução para programas, serviços, projetos ou benefícios, solicitando que o texto fosse encaminhado para esclarecimentos pela Comissão de Normas e com o Presidente referindo-se ao debate em torno desse artigo 3º. A Conselheira Leila apresentou o exemplo de uma entidade, observando várias situações com relação a essas inscrições, ao que o Conselheiro Wagner manifestou-se contemplado com sua fala. A Conselheira Simone sugeriu que o GT aprofundasse primeiro antes de encaminhar à Comissão de Normas. O Presidente indagando à Plenária, considerou o Relato aprovado pelo Pleno, assim com as matrizes. **Item relato da Comissão de Normas**, pelo Conselheiro Carlos Rogério: *“Memória da reunião da Comissão de Normas. Maio de 2011. Data: 17/05/2011. Horário: das 14h às 18h. Local: Sala 108 (Plenária). Conselheiros titulares presentes: Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Fátima Aparecida Rampin, Renato Francisco dos Santos Paula, Samuel Rodrigues, Simone Aparecida Albuquerque, Wagner Carneiro de Santana. Conselheiros suplentes presentes: Ana Carolina de Barros Pinheiro Carrenho, Renato Saidel Coelho. Ausência Justificada do Conselheiro Titular: Antônio Celso Pasquini. Ausência dos Conselheiros Suplentes: Antônio Santos Barbosa de Castro, Igor Martini, Mariana Menezes Santarelli Reverse. Apoio da Secretaria-Executiva do CNAS: Christianne Camargo Menezes, Ariane de Almeida Rodrigues, Maria de Fátima Teixeira de Souza. Convidados: José Eduardo Sabo Paes - Procurador de Justiça do MPDFT, Renata Espíndola Virgílio - Coordenadora-Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social do DRSP. Verificado o quorum, deu-se início à reunião. 1. Assunto: Inscrição das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs. Discussão sobre a inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios realizados por OSCIPs, bem como a possível qualificação destas como entidades de assistência social. Apresentação sobre aspectos gerais das associações e fundações e certificados, títulos e qualificações do âmbito federal, feita pela Conselheira Ana Carolina, que se prontificou a disponibilizar o arquivo da apresentação aos demais Conselheiros. Participação do Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. José Eduardo Sabo Paes. **Encaminhamento:** Havia um raciocínio linear e mecânico de que a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social estava associada ao CEBAS. Desta forma, muitos Conselhos ficavam confusos quanto à possibilidade de inscrever OSCIPs, já que elas não podem obter o CEBAS. A Lei 12.101 de 2009 e as mudanças atuais, entretanto, reforçam que a inscrição e o CEBAS estão desvinculados. Assim, não há impedimento para a inscrição de entidades de assistência social com o título de OSCIP, nos Conselhos de Assistência Social, uma vez que o objetivo da inscrição é integrar as entidades à rede socioassistencial. 2. Assunto: Sistematização e regulamentação das competências do CNAS definidas nos incisos III e IV do art. 18 da Lei nº8.742/1993, alterados pelo art. 42 da Lei 12.101/2009. Foi convidada a Diretora do DRSP para apresentar a planilha de informações sobre as entidades certificadas e as etapas do processo de certificação (desde o requerimento até a publicação). A Coordenadora de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social do DRSP Renata Espíndola Virgílio justificou a ausência da Diretora do Departamento na reunião e apresentou os seguintes informes: Informes do DRSP: Está sendo desenvolvido um sistema para o procedimento de certificação e, com isso, o acompanhamento do CNAS, e também da CGU e da Receita Federal, ficará mais tranquilo e*

será possível gerar relatórios estatísticos. As análises dos processos anteriores à Lei 12.101/2009 estão se desenvolvendo dentro das condições possíveis, mas ainda não há previsão de prazo para a conclusão. Está sendo pleiteada a constituição de uma força tarefa, pois a equipe é insuficiente (composta de 6 pessoas). As análises com fundamento na Lei 12.101/2009, por enquanto, estão suspensas devido a mudanças que estão sendo promovidas para a consolidação e uniformização de entendimentos, visando evitar a interposição de recursos nos processos. Nesse contexto, a IN/MDS nº 01 está sendo revista, junto com a CONJUR, e provavelmente será alterada para uma Portaria. **Encaminhamento:** A Diretora do DRSP comprometeu-se a apresentar a planilha de informações sobre as entidades certificadas e as etapas do processo de certificação na próxima reunião da Comissão.

3. Assunto: Debate acerca de como viabilizar a participação do usuário. O CNAS solicitou à Sra. Márcia Biondi Pinheiro, ex-presidente deste Conselho, contribuições para o debate do tema. Ela aceitou dar sua contribuição, porém pediu a dilação do prazo para enviar seus apontamentos até a próxima reunião da Comissão. Após as considerações da Sra. Marcia Biondi, deverá ser convidado o ex-Conselheiro Nacional Edval Bernardino Campos, para conduzir a discussão na Comissão. **Encaminhamento.** Discutir o assunto com as contribuições da Sra. Márcia Biondi, na próxima reunião da Comissão.

4. Assunto: Funcionamento da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda prevista no art. 44 do Regimento Interno. **Encaminhamento:** Regulamentar o funcionamento da referida Comissão conforme minuta de resolução em anexo. Tem aqui, senhores Conselheiros e Conselheiras, a minuta da Resolução e depois de ler todo o relato eu faço a leitura da minuta.

5. Assunto: Discussão sobre o inciso III do art. 27 da Lei nº 12.101, de 2009. O dispositivo confere aos Conselhos de Assistência Social competência para representar ao MDS, caso verifiquem prática de irregularidade nas entidades certificadas. Cabe à Comissão discutir a definição de procedimentos e orientações aos Conselhos, sobre esse assunto. **Encaminhamento:** O Conselheiro Renato de Paula apresentará uma proposta na próxima reunião.

6. Assunto: Participação de entidades com atuação em mais de uma área na composição dos Conselhos de Assistência Social. O CNAS tem recebido demandas de Conselhos de Assistência Social sobre a possibilidade de entidades de atuação mista (saúde e educação) integrarem a composição dos Conselhos de Assistência Social. Muitos CEAS têm indagado se instituições que atuam na área da saúde e da educação podem compor os respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social, uma vez que possuem serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos Conselhos de Assistência Social. **Encaminhamento:** Somente poderão ter assento nos Conselhos as entidades e organizações de assistência social, definidas conforme o Decreto regulamenta o art. 3º da LOAS, e a Resolução CNAS nº 191/2005. Carlos Rogério de Carvalho Nunes, coordenador adjunto da Comissão de Normas do CNAS”. A seguir, o Conselheiro Carlos Rogério procedeu à leitura da “Minuta de resolução. Regulamenta o funcionamento da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda do Conselho Nacional de Assistência Social. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 17 a 19 de maio de 2011, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, e com fundamento no art. 44 da Resolução nº 6, de 9

de fevereiro de 2011, Regimento Interno, RESOLVE: Art. 1º Regular o funcionamento da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, instituída pelo art. 41 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº6, de 9 de fevereiro de 2011. Art. 2º A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, órgão normativo e deliberativo no âmbito de sua competência, compõe-se de 6 (seis) membros, com representação paritária, eleitos pela Plenária do CNAS, dentre eles 1 (um) Coordenador e 1 (um) Coordenador Adjunto. § 1º O mandato dos membros da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda coincidirá com o mandato dos demais Conselheiros. § 2º O Coordenador e o Coordenador Adjunto serão escolhidos na Plenária do CNAS, a partir da indicação dos membros da Comissão. Art. 3º A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda se reunirá por convocação do Presidente do CNAS, trimestralmente ou de forma extraordinária. Art. 4º A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda reunir-seá com quórum mínimo de 4 (quatro) membros. § 1º Perderá o mandato na Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda o Conselheiro que, sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões ordinárias da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, devendo a Plenária do CNAS eleger seu substituto. § 2º Os demais Conselheiros do CNAS, quando convocados, deverão participar das reuniões da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, podendo fazer uso da palavra, mas sem direito a voto. Art. 5º. Ao Coordenador da Comissão compete: I. presidir e coordenar os trabalhos da Comissão; II. exercer o direito do voto de qualidade; III. elaborar e divulgar aos demais integrantes a pauta das reuniões da Comissão; IV. assinar as Atas das reuniões e das propostas, pareceres, memórias, notas e recomendações elaboradas pela Comissão e relatá-las em Plenária. V. convidar gestores, técnicos, especialistas e outros, de acordo com a necessidade e temas a serem tratados. Parágrafo único. Na ausência do Coordenador, o Coordenador Adjunto assume as suas funções. Art. 6º A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), tem as seguintes competências: 1. acompanhar os benefícios e transferência de rendas executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; II. acompanhar e fomentas os Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e Distrito Federal no exercício da atribuição de instância de controle social do Programa Bolsa Família; III. acompanhar e fomentar os Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e Distrito Federal no exercício do controle social dos Benefícios Eventuais; IV. acompanhar e fiscalizar a execução dos recursos transferidos à título de fortalecimento das instâncias de controle social do Programa Bolsa Família; V. zelar pelo critério de concessão, monitoramento e manutenção do Benefício de Prestação Continuada, do Bolsa Família e dos Benefícios Eventuais; VI. estimular, propor e apoiar ações de fortalecimento ou ampliação dos Benefícios e Transferência de Renda; VII. acompanhar a gestão integrada entre serviços e benefícios; VIII. avaliar, acompanhar e fiscalizar o IGD dos Estados e Municípios; IX. desempenhar outras tarefas que lhe sejam cometidas pela Plenária do CNAS; X. acompanhar e fomentar a intersectorialidade dos Conselhos de Assistência Social com os conselhos setoriais e de defesa de direitos; XI. avaliar, fomentar e acompanhar

os índices dos municípios, do DF e dos estados, especificamente os relacionados aos benefícios e transferência de renda. Art. 7º Para o acompanhamento e controle dos benefícios e transferência de renda, a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda adotará os seguintes instrumentos: I. promover estudos, grupos de trabalho, consultorias, pesquisas, debates e outras iniciativas inerentes a assuntos de sua competência; II. divulgar informações e conhecimentos acerca dos Benefícios e Transferência de Renda, com ênfase na garantia e nos critérios de acesso; III. planejar e coordenar estudos e análise das necessidades quantitativas e qualitativas dos Benefícios e Transferência de Renda, na perspectiva da garantia dos direitos socioassistenciais; IV. propor ações conjuntas e parcerias, nas três esferas de governo. Art. 8º Caberá a Secretaria Executiva do CNAS a imediata e ampla divulgação da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS". O Presidente indicou o Item 1. Comunicação quanto às OSCIPs, observando ser uma dúvida bastante recorrente, mas que lhe parecia estar esclarecida, com a Conselheira Simone sugerindo incluir no CNAS Responde, perguntas e respostas, assim com a outra dúvida quanto à eleição. Item 2. Competências do CNAS, inciso III e IV, com um conjunto de informes do DRSP, tendo como encaminhamento apresentação de planilha de informações na próxima reunião. Debate acerca da participação dos usuários, próxima reunião. Funcionamento da Comissão de Acompanhamento, com resolução para aprovação. O Conselheiro Clodoaldo solicitou esclarecimentos se os representantes dessa Comissão passariam a integrar também a Presidência Ampliada, com o Presidente informando negativamente, por não ser uma Comissão Permanente. O Presidente indagou se havia mais alguma colocação. Em não havendo, considerou a minuta aprovada, sendo publicada em Diário Oficial e na próxima reunião informando-se os nomes para composição da Comissão. O Dr. Ricardo, da CONJUR observando que como o texto da minuta de resolução indicava que era composta por seis membros, sugeriu, em caso de votação, incluir algum dispositivo para o caso de empate, ao que o Presidente esclareceu que esse voto de Minerva era do Coordenador da Comissão. O Dr. Ricardo observou que isso não estava expresso no texto, com o art. 4º falando um mínimo de 4 membros na Comissão, sendo preciso indicar qual seria o mínimo, quantos votos para aprovar uma maioria absoluta ou encaminhamento, reputando como importante estabelecer um quórum mínimo para deliberação. O Conselheiro Renato Saidel esclareceu que o voto de qualidade estava previsto no art. 5º, inciso II como competência do Coordenador da Comissão, podendo se colocar uma menção quanto ao quórum mínimo de votação. A Conselheira Simone esclareceu que seguiam exatamente o padrão da Comissão de Ética, solicitando ajuda ao Dr. Ricardo, pois a Comissão não pretendia ser deliberativa, o que competia ao Pleno do Conselho Nacional. O Conselheiro Clodoaldo sugeriu colocar um número ímpar apenas para que ela deliberasse dentro do seu âmbito, mas com a decisão sempre do Pleno desse Conselho. O Presidente observou que não podiam fugir do que já era consenso, tendo que se ter cuidado no que se iria definir, ao que a Conselheira Fátima complementou que a Comissão era paritária, não tendo como se fazer número ímpar. O Presidente propôs ao Dr. Ricardo que fizesse uma releitura da resolução e verificasse se havia

algo que ia ao encontro do que havia de praxe nas outras Comissões e no Regimento Interno. Observou que com respeito ao conteúdo lhe parecia ser consenso dessa Plenária quanto às atribuições da Comissão. O Conselheiro Renato de Paula observou que teriam que ver o que estava nas outras Comissões para reproduzir nesse documento, encontrando que a redação daria o entendimento, de que estava deliberando, com a concordância do Dr. Ricardo quanto à adequação do texto. O Conselheiro Renato de Paula sugeriu que o artigo 2º dissesse *“a Comissão de Acompanhamento e Benefício de Transferência de Renda compõe-se de seis membros, com representação paritária, eleitos pela Plenária, dentre eles um coordenador e um coordenador adjunto”*. Encontrava que não traria prejuízo ao artigo se essa parte fosse retirada, considerando o entendimento que tinham do caráter da Comissão, caso contrário seria preciso fazer um estudo da minuta das outras Comissões ou no Regimento Interno que as instituíam. A Secretária-Executiva indicou que no Regimento Interno do Conselho Nacional, com relação às Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, dizia ser uma comissão temporária. *“Art. 30, Seção III – As Comissões Temáticas de natureza permanente e os Grupos de Trabalho de natureza temporária têm por finalidade subsidiar o Colegiado no cumprimento de sua competência”*, com o Dr. Ricardo chamando atenção caso na discussão dessa atribuição houvesse empate no encaminhamento. O Conselheiro Clodoaldo referiu-se ao encaminhamento no número 1, onde dizia *“assim, não é impedimento para a inscrição de entidades de Assistência Social com o título de OSCIP”*, discorrendo sobre seu entendimento e sendo uma questão de redação, podendo trazer problemas jurídicos futuramente. Observou que a Resolução 16 definia os parâmetros para inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, com a mesma sendo uma entidade de Assistência, somente não precisando do certificado. O Conselheiro Renato Saidel esclareceu que entidades de Assistência Social, segundo a LOAS, eram aquelas inscritas no Conselho Municipal, tendo a titulação do CEBAS, e que nesse caso não poderiam ter OSCIP e vice-versa, discorrendo sobre a questão. Esclareceu que era uma entidade de Assistência Social porque estava cumprindo o previsto no art. 9º da LOAS. A Conselheira Simone ponderou que as colocações do Conselheiro Clodoaldo eram que a forma como estava inscrita ainda gerava confusão, o que havia que discutir, mas encontrando clara a redação *“assim podemos dizer, conclui-se que não há impedimento para inscrição de entidades de assistência social com o título de OSCIP nos Conselhos de Assistência Social, uma vez que o objetivo da inscrição é integrar as entidades à rede socioassistencial”*. O Presidente sugeriu inverter a redação *“Assim, não há impedimento para inscrição de OSCIPs nos Conselhos de Assistência Social, desde que sejam entidades de assistência social, uma vez que o objetivo da inscrição é integrar as entidades à rede socioassistencial”*. O Conselheiro José Araújo, solicitando questão de ordem, indicou que o art. 3º da proposta de resolução dizia *“a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda se reunirá por convocação do presidente do CNAS, trimestralmente”*, mas que no artigo 42 do Regimento Interno constava *“a Comissão de Ética e Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda se reunirão por convocação do presidente, motivado por demanda apresentada”*, precisando compatibilizar. A Conselheira Fátima informou que isso havia sido discutido na Comissão, mas como era uma Comissão de Acompanhamento

teria que ter o trabalho sistemático, não dando para esperar qualquer demanda e tendo que ter uma periodicidade, ao que o Conselheiro Carlos Rogério indicou que não feria, agradecendo pela justificativa. A Conselheira Simone observou que a compreensão era que essa Comissão, segundo a resolução que a havia criado, deveria acompanhar os mesmos parâmetros da Comissão de Ética, convocando quando houvesse necessidade. Que seguindo a mesma orientação, haviam colocado que seria convocada pelo Presidente, de três em três meses, não entendendo que algo ferisse o Regimento Interno. O Conselheiro José Araújo indagou se o Dr. Ricardo concordava, quem observou que em princípio não via incompatibilidade, com a convocação não precisando estar amarrada à Comissão de Ética, não havendo impedimento quanto à periodicidade. O Presidente indicou o Item 5 da pauta, referente ao inciso III do art. 27 da Lei 12.101, cabendo ao Conselheiro Renato de Paula apresentar uma proposta para a reunião da Comissão de Normas. Item 6, participação de entidades com mais de uma área na composição de Conselhos de Assistência Social, esclarecendo que o CNAS vinha recebendo demandas sobre a questão, com a Conselheira Simone propondo, como encaminhamento, que fosse para o “Perguntas e Respostas do CNAS”. A seguir, em não havendo mais nenhuma consideração, o Presidente considerou aprovado o relato da Comissão de Normas. A Conselheira Leila indicou o GT do inciso III e IV, que tratava do art. 2º da LOAS, propondo a substituição da Conselheira Maria Godoi pela Conselheira Jane Clemente, o que aprovado pelo Pleno. **Item Relato da comissão de Acompanhamento de Conselhos.** O Presidente solicitou à Conselheira Eutália Barbosa proceder à leitura da “*Memória da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. 17 de maio de 2011. Das 9h às 12h. Local: CNAS – Brasília/DF. Conselheiros presentes: Eutália Barbosa Rodrigues, Fátima Aparecida Rampin, Brenda Ferreira Silva, Clodoaldo de Lima Leite, Jane Clemente, José Ferreira Crus, Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Marisa Rodrigues da Silva, Renato Francisco dos Santos Paula, Renato Saidel Coelho, Samuel Rodrigues, Leila Pizzato, Maria Conceição Pires dos Santos, Sérgio Wanderly. Ouvintes: Maria Dolores – FENAPAE, Solange Bueno - CMAS de Florianópolis, Tatiane Bevilaque - CMAS de Florianópolis. Apoio da Secretaria-Executiva: Liliane Neves do Carmo, Fernanda Padovan, Josué Alves dos Santos e Lilian da Silva Guedes.* 1. Discussão referente a Resolução CNAS nº 16/2010. 1.1 Análise da minuta de instrumental para indeferimento de pedido de inscrição: de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; e de entidades de assistência social. Conforme sugerido pela plenária de abril, a Comissão discutiu sobre a aplicação de um pré-teste junto aos conselhos, para avaliar a viabilidade de inserção dos anexos à resolução, que trata do indeferimento de pedido de inscrição. A Comissão, ao aprofundar o debate, entendeu ser inviável a inclusão dos referidos instrumentais no anexo da resolução. Porém, ressalta a importância de orientar a atuação dos conselhos em relação aos procedimentos a serem adotados. **Sugestões de encaminhamentos:** 1.1.1. Incluir no documento “Orientações para a implementação da Resolução CNAS nº 16/2010” texto orientando sobre a importância de que os processos e procedimentos relativos a inscrição de entidades e organizações de assistência social devem ser conformados a partir da criação de instrumentais que garantam transparência ao processo, ao mesmo tempo que possam garantir as partes envolvidas (conselhos e

entidades) segurança técnico-jurídica quanto aos trâmites dos processos, facilitando o próprio controle social. O texto será elaborado e apresentado na próxima reunião da comissão para aprovação em plenária. 1.1.2. A comissão, ao aprofundar o debate sobre o encaminhamento relativo a realização de pré-teste com o instrumental de indeferimento sugerido anteriormente, propõe que seja realizado um estudo (consultoria) que levante junto aos conselhos (municipais e estaduais) as formas e procedimentos de deferimento/indeferimento dos pedidos de inscrição, de modo a subsidiar a comissão no que tange a melhoria dos instrumentais propostos considerando os encaminhamentos das seguintes questões: a) A sugestão de instrumentais deverá ser obrigatória ou apenas sugerida como modelo? b) Feito o estudo, permanece a necessidade de se realizar pré-teste? 1.2. Inclusão da questão que trata da inscrição de entidades de cunho religioso no documento “perguntas frequentes relacionadas à inscrição de entidades de assistência social”, referente à Resolução CNAS nº 16/2010. **Sugestão de encaminhamento:** 1.2.1. Segue a minuta para apreciação. As entidades religiosas poderão ser inscritas nos Conselhos de Assistência Social? Em conformidade com o parágrafo único do art. 1º da Resolução CNAS nº 191/2005 “Não se caracterizam como entidades e organizações de Assistência Social as entidades religiosas, templos, clubes esportivos, partidos políticos, grêmios estudantis, sindicatos, e associações que visem somente ao benefício de seus associados que dirigem suas atividades a público restrito, categoria ou classe”. Diante disso, podemos afirmar que as entidades religiosas, por si só, não são entidades de Assistência Social, no entanto, aquelas que atuam de forma preponderante na área da Assistência Social deverão ser inscritas enquanto entidades de Assistência Social. As que não atuam de forma preponderante na área da Assistência Social e que executam serviços, programas, projetos e ou benefícios socioassistenciais, deverão inscrevê-los, conforme definido na Resolução CNAS nº 16/2010. O Art. 6º da resolução CNAS nº 16/2010 define que: “A inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social Municipais e do Distrito Federal é o reconhecimento público das ações realizadas pelas entidades e organizações sem fins econômicos, ou seja, sem fins lucrativos, no âmbito da Política de Assistência Social?. Em seus dois parágrafos esclarecem que os serviços de atendimento deverão estar de acordo com a Resolução CNAS nº 109/09, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; enquanto que os serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos deverão estar de acordo com o Decreto nº 6.308/2007. O Art. 7º da Resolução CNAS nº 16/2010 traz os critérios cumulativos que devem ser considerados para a inscrição das entidades de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. 2. Informes. 2.1 O CNAS recebeu ofício nº 248/GAB-PGJ, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, informando sobre as providências adotadas em relação à eleição realizada pelo CEAS/MS, para suprimento de vacâncias. Nós estamos com o documento aqui, não sei se seria o caso de a gente ler o parecer do Ministério Público. 2.2 O CNAS, recebeu correspondência eletrônica do Fórum Mineiro de Defesa e Fortalecimento do SUAS divulgando o lançamento do portal “Democracia, Justiça e Controle Público” ([www.democraciaejustica.org](http://www.democraciaejustica.org)); 2.3 Repassamos (anexo), para conhecimento, matéria publicada na página eletrônica do MDS, sobre as experiências de municípios que possuem Comissões

*Locais de Assistência Social (CLAS). 3. Proposta de pauta para a reunião de junho. 3.1 Apreciação do documento “Perguntas e Respostas Sobre o Funcionamento dos CAS”. 3.2 Apreciar os documentos apresentados pelos municípios sobre o Plano de Providências (Acórdão TCU nº 2.809/2009) e definir estratégias para acompanhamento dos resultados da oficina realizada com os municípios. 3.3. Definir estratégias para superação das questões apontadas no Censo SUAS referentes ao funcionamento e atuação Conselhos de Assistência Social. 3.4 Apreciar o consolidado sobre as contribuições recebidas por meio da consulta pública do CNAS sobre o processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional. Eutália Barbosa Rodrigues, coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social”.* O Presidente prosseguiu com o Item 1.1.1, encaminhamento que trata de instrumentais de deferimento e indeferimento, sendo dois encaminhamentos tratando do mesmo assunto, 1.1.1 e 1.1.2. Indagou aos membros da Comissão se seria realmente necessário fazer um estudo, uma consultoria para discutir um instrumental de indeferimento, questionando se os Conselhos Municipais não podiam ter uma maior liberdade para cuidar disso. O Conselheiro Renato de Paula observou que os encaminhamentos não tratavam da questão da liberdade dos Conselhos Municipais ou Estaduais, indicando qual havia sido o encaminhamento sobre o uso dos instrumentais, esclarecendo o que a Comissão havia definido, com uma orientação sobre a conformação dos processos de inscrição e deferimento e indeferimento, tendo segurança técnico-jurídica nessa questão. Ponderou que a orientação era que os Conselhos tinham total liberdade de poder pensar os instrumentais como gostariam, mas atentando para a necessidade de que na conformação dos processos houvesse um instrumento que registrasse o que estava sendo feito entre as entidades e os Conselhos. Observou que o outro encaminhamento era que, sem prejuízo dessa orientação, que deixava os Conselhos Estaduais e Municipais completamente livres para atuar como gostariam. Que ao invés de se fazer um pré-teste, a Comissão encaminharia, isso para médio e longo prazo, um estudo que levantasse junto aos Conselhos Municipais e Estaduais, como estavam trabalhando nesse sentido e que subsidiaria outras sugestões, inclusive colocar no site do CNAS um conjunto de modelos a serem adaptados e utilizados pelos Conselhos. Observou que após esse levantamento poderiam saber se havia necessidade de formatar nacionalmente ou de dar uma orientação mais uniformizada nacionalmente, com o Presidente manifestando-se contemplado e com o ponto 1.1.1. Acatado. Item 1.2 que tratava da inscrição de entidades religiosas. O Conselheiro José Araújo sugeriu melhoria na redação na 6ª linha: *“Diante disso podemos afirmar que as entidades religiosas, por si só não são entidades de Assistência Social, no entanto, aquelas que atuam de forma preponderante na área da assistência social deverão ser inscritas”,* substituindo *“enquanto”* por *“como”, “entidades de assistência social”*. *“As que não atuam de forma preponderante na área de assistência social e que executam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais”,* trocando *“deverão”* por *“poderão inscrevê-los, conforme definido na Resolução 16”*. A Conselheira Eutália agradeceu as sugestões, com o texto tendo que sofrer uma revisão. Com relação à mudança do *“deverão”* pelo *“poderão”*, o que havia sido ponto de debate na Comissão, porque o *“poderão”* facultava ou não à entidade que era de Assistência Social, ou que desenvolvia

serviços a se inscrever no Conselho. Que o termo “*deverão*” tinha uma dimensão de regulação, pois não regulavam só os serviços da rede conveniada com os Fundos Municipais, os Fundos de Assistência Social, sendo da rede como um todo, independente se era financiamento direto ou indireto ou da própria entidade. Após algumas colocações sobre a questão, o Conselheiro Clodoaldo explicou o entendimento da questão e a Conselheira Simone sugeriu a retirada da palavra “*preponderante*” por não existir entidade preponderante para inscrever em Conselho. O Conselheiro Frederico questionou se a Resolução 16 não trazia o termo “*preponderante*”, com a Conselheira Eutália indicando que deveriam melhorar a redação, explicando que a tentativa de elaborar um texto era no sentido de esclarecer definitivamente, embora já o estivesse na Resolução 191 e na Resolução 16. Que havia entendido que o questionamento do Conselheiro José Araújo não era de redação, mas de mérito mesmo, encontrando que a redação estava certa e teriam que debater o assunto. O Presidente solicitou questão de ordem para a Secretária-Executiva de o CNAS fazer a leitura do art. 11 da Resolução 16: *“As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área de assistência social, mas que também atuem nesta área deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstram que cumprem os critérios dos parágrafos 1º e 2º do artigo 6º e do artigo 7º desta resolução, mediante apresentação de documentos 1, 2, 3 e 4”*. O Presidente esclareceu que com qualquer situação diferente, criariam outro documento, fazendo outra resolução. A Conselheira Simone indicou que discutiam na Comissão de Normas sobre a mudança do modelo de inscrição e certificação de entidades de assistência social, sendo usada uma linguagem contábil e que deveria ser retirada, considerando que os critérios eram outros. Observou que as entidades de Assistência tinham características próprias enquanto entidade de Assistência Social, caso contrário não o seriam, sendo que nesse sentido não deveriam usar a palavra “*preponderante*”. O Conselheiro José Crus solicitou o registro, chamando a atenção da Presidência Ampliada que fizesse uma reflexão dos assuntos que vinham para a Comissão de Conselhos, muitos dos quais deveriam ser encaminhados para a Comissão de Normas. O Conselheiro Clodoaldo esclareceu que a Resolução 16 falava na palavra “*preponderante*”, existindo outras normas que seriam objeto de ações por parte de algumas entidades, discorrendo sobre sua atuação e esclarecendo o que queriam atender quanto haviam colocado “*deverão se inscrever*” e também sobre as OSCIPs, nas OSCIPs. O Presidente falou sobre a inscrição de serviços, que era planejado, permanente, continuado e não uma ação pontual de solidariedade. O Conselheiro Clodoaldo esclareceu sua colocação, tendo que se deixar o texto claro para melhor interpretação. O Conselheiro Renato de Paula informou ter consultado a Resolução 16, dando razão à Conselheira Simone, usando a palavra “*preponderante*” quando se referia à entidades que não eram de Assistência Social. Prosseguindo, observou que como estavam em um processo de implementação e que até que conseguissem dar uma unidade nacional, surgiriam muitos equívocos de interpretação por parte dos Conselhos Municipais, Estaduais e o CNAS, inclusive, tendo que se ter clareza para as discussões. Discorreu sobre a rede socioassistencial que estavam formando e que não era composta só de entidades, mas de entidades e de serviços, programas, projetos e benefícios e que quando as mesmas

tivessem o entendimento os equívocos estariam saneados. Relatou a experiência do DF, onde havia participado de uma reunião, com as entidades presentes saindo tranqüilizadas pelas informações repassadas. Após diversas colocações e sugestões, a Conselheira Eutália propôs *“Diante disso podemos afirmar que as entidades religiosas, por si só, não são entidades de assistência social, todavia, aquelas que são de assistência social deverão ser inscritas. As que atuam de forma preponderante em outras áreas e que executam serviços, programas, projetos e/ou benefícios socioassistenciais deverão inscrevê-los, conforme definido na Resolução CNAS nº 16/2010”*. A Conselheira Leila falou sobre o que considerava dessa discussão, com as entidades trazendo no seu CNPJ que eram de Assistência Social e não religiosa, inscrevendo seus programas de acordo com sua atividade. O Presidente indagou se havia consenso, com o Pleno acatando a redação proposta. **Item 2. Informes.** O Conselheiro Sérgio Wanderly destacou o item 2.1, informando que no Mato Grosso do Sul haviam dado posse para os membros do Conselho. Item 2.2. Item 3. Pauta da próxima reunião. A Conselheira Eutália reiterou a fala do Conselheiro José Araujo sobre o envio de alguns assuntos e temáticas para a Comissão de Conselhos e que não era de sua competência, deixando registrado ser um pedido do coletivo da Comissão. O Presidente, informando o registro e degravação de suas palavras, indicou que muito do que havia sido encaminhado para a Comissão havia sido por decisão do Pleno, e não pela Presidência Ampliada. A seguir, o Presidente considerou aprovado o relato da Comissão de Conselhos. A Conselheira Simone solicitou autorização ao Conselho Nacional para poder colocar no material que seria produzido para distribuição nas Conferências, as *“Perguntas e respostas sobre o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social”*, o que qual deveria chegar quase pronto para a próxima reunião para ser enviado para as Conferências Municipais, relatando que juntamente com o Conselheiro José haviam pensado em um material bem interessante, divulgando essas questões. O Presidente solicitou a priorização dessa pauta para que o material fosse entregue na próxima reunião. **Item Relato da Comissão de Políticas.** O Conselheiro Frederico Leite procedeu à leitura da *“Memória da reunião da Comissão de Política de Assistência Social. Data: 17 de maio de 2011. Horário: 14h às 18h. Local: CNAS. Conselheiros integrantes da Comissão: Anna Cláudia Romano Pontes, Clodoaldo de Lima Leite, Frederico Jorge de Souza Leite, José Araújo da Silva, José Ferreira Crus, Leila Pizzatto, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Maria do Carmo Tourinho, Marisa Rodrigues da Silva. Ausências justificadas: Célia Mota de Carvalho. Convidados: professora Jucimere Isolda Silveira – Assessora Técnica do FONSEAS, Luiz Otávio Farias – Coordenador-Geral de vigilância social e a Secretária-Executiva estava presente com Carolina Maria Ribeiro da Silva, Maria Antônia Valente, Maria Auxiliadora Pereira, Rosiele Bonfim. Primeiro ponto. 1. Definição de estratégias para o processo de reconhecimento das categorias profissionais de nível superior do SUAS. O Conselheiro José Crus faz uma retrospectiva do processo de debate com os trabalhadores do SUAS, iniciado em 2010, ressaltando sua importância e a necessidade da continuidade da discussão do tema para que o CNAS possa concluir o processo com aprovação da resolução de forma a qualificar as categorias profissionais de nível superior no SUAS e para, em uma segunda etapa, iniciar a discussão dos profissionais de nível médio no SUAS. Encaminhamento: 1.1. Reunião da Comissão de Política de junho*

tratará especificamente deste tema, tendo como convidadas as professoras Joaquina Barata e Alba Pinho, e a Coordenação Geral de Regulação da Gestão do SUAS, na perspectiva de contribuir com o processo conforme a seguir. A) a professora Alba Pinho fará leitura e apontamentos para o CNAS extraídos da gravação da Oficina e proposições para subsidiar o CNAS no processo de reconhecimento dos trabalhadores da assistência social, que contou com a participação de trabalhadores especialistas das cinco regiões; B) a professora Joaquina Barata fará uma leitura e apontamentos para o CNAS extraídos da gravação do Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS; C) convidar a Coordenação Geral de Regulação do SUAS – DGSUAS/SNAS, para apresentar uma minuta de resolução que reconheça as categorias profissionais de nível superior no SUAS. 1.2. O Conselheiro José Crus ficou responsável por fazer um primeiro contato com os convidados na perspectiva de acertar os encaminhamentos da Comissão de Política. 1.3. A Secretaria-Executiva enviará o convite e as respectivas gravações para os convidados. 1.4. A Secretaria-Executiva enviará o consolidado final do Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS para os Conselheiros. 2. Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS. A representante do FONSEAS, senhora Jucimere Isolda Silveira, Assessora Técnica do FONSEAS, apresentou a revisão das prioridades do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito Federal. O Pacto é um dos instrumentos fundamentais de gestão mediante a presença estatal que consolida o caráter estratégico da Política de Assistência Social no enfrentamento de desigualdades socioterritoriais históricas, com a democratização do Estado e da sociedade. Compõe uma agenda de compromissos para o aprofundamento da responsabilidade da esfera estadual e do Distrito Federal. Contribui na implementação do SUAS e fortalece a ação cooperada entre os entes federados. Ele não se confunde com a Política e o Plano de Assistência Social, reflete o momento em que os estados assumem um compromisso com o Governo Federal na implementação do SUAS. O Pacto de Aprimoramento de Gestão é anterior ao debate da nova NOB, que regula o SUAS, a qual se encontra em fase de debate após consulta pública. Portanto, há tendência dos estados e municípios a assumirem pactos com a União. A grande mudança na revisão da adesão dos estados ao SUAS é que as prioridades nacionais são elementos balizadores para os próximos quatro anos e devem ser cumpridas pelos estados. São oito as prioridades nacionais referendadas que devem ser cumpridas. Estas prioridades foram revisadas e novamente pactuadas na CIT. Agora os estados e o Distrito Federal estão iniciando a elaboração dos Pactos, que serão pactuados nas CIBs, no caso dos estados, e na CIT, no caso do Distrito Federal e encaminhados para os Conselhos Estaduais e CAS/DF para acompanhamento. O prazo para encaminhamento para o Governo Federal é até agosto deste ano, já as ações são apresentadas a título de recomendação”. A Conselheira Leila solicitou que o material apresentado pela professora Jucimere sobre o Pacto fosse encaminhado para todos, com a concordância do Presidente. O Conselheiro Frederico prosseguiu com “**Encaminhamentos:** 2.1. Acompanhar o processo de discussão dos Pactos por meio da representação do CNAS na CIT e orientar os CEAS e CAS/DF sobre a importância do mesmo e da necessidade de acompanhamento e fiscalização dos Pactos. Ponto 3. Vigilância social e acompanhamento familiar. A vigilância social é uma área vinculada à gestão do Sistema Único de

Assistência Social, SUAS, e tem como objetivo a produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal que incide sobre as famílias e indivíduos. O Coordenador-Geral da vigilância social do SUAS, senhor Luiz Otávio Farias, iniciou sua fala enfatizando o vínculo da vigilância social. Com acompanhamento familiar reafirmamos três eixos estruturantes da Política Nacional de Assistência Social de 2004, proteção social, vigilância social e defesa de direitos. A partir de 2005 a implantação do Sistema Único de Assistência Social, a proteção social foi objeto de maior investimento e com o avanço considerável na oferta de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade à população, com a implantação dos CRAS e CREAS mostrou-se necessário avançar também na vigilância social, que a partir de 2009 foi incluída como agenda prioritária do SUAS. A vigilância social, no que se refere à vigilância de riscos e vulnerabilidades, é a dimensão mais difícil de ser trabalhada e operacionalizada e é a que mais dialoga com o acompanhamento familiar. A gestão para implantação da vigilância social deve contar com as equipes multidisciplinares especializadas para trabalhar as informações do Cadastro Único e demais instrumentos da Rede SUAS. O Cadastro Único é uma ferramenta de gestão que produz informações importantes para subsidiar o processo de vigilância social, tendo em vista o georeferenciamento das informações para subsidiar as equipes de referência nos territórios. O desafio está em possibilitar que as equipes das unidades planejem suas ações em consonância com as necessidades reais das famílias e indivíduos, rompendo com a lógica da demanda espontânea. É importante que os serviços se aproximem desta família no sentido de fortalecer seu caráter protetivo e prevenir situações de risco social e pessoal. Agindo de forma planejada as equipes de referências dos CRAS podem ter uma ação pró-ativa e preventiva em seu território de abrangência. Neste momento está sendo discutido na CIT um modelo de instrumentos para o registro das informações coletadas no acompanhamento.

**Encaminhamentos:** 3.1., Pautar no pleno do CNAS um debate mais ampliado deste tema, tendo em vista a centralidade do Sistema Único de Assistência Social no combate à extrema pobreza. 4. Definição da pauta do mês de junho. A reunião de junho terá como ponto de pauta a proposta de reconhecimento pelo CNAS das categorias profissionais de nível superior no SUAS com a participação das convidadas, professora Joaquina Barata e Alba Pinho e a Coordenação Geral da Regulação da Gestão do SUAS. Os temas abaixo, inicialmente programados para a reunião de junho foram remanejados para a reunião da Comissão de Política de julho, tendo em vista a urgência do tema em tela. Então eram dois temas, análise do Censo SUAS, no que tange aos recursos humanos e apresentação da proposta preliminar da Política Nacional de capacitação. Frederico Jorge de Souza Leite, Coordenador da Comissão de Política de Assistência Social". O Presidente informou que o Item 1 tratava exclusivamente do processo de conhecimento dos trabalhadores, com a Comissão trazendo uma proposta metodológica de trabalho. A Conselheira Simone, indicando o Item 4, destacou o excessivo número de agendas, esclarecendo que caso não tivessem condições de apresentar em julho avisariam ao Coordenador. O Presidente considerou aprovados os Itens 1 e 2. No Item 3, com informações sobre a vigilância social e acompanhamento familiar. A Conselheira Simone considerou importante, tendo em vista a discussão

feita com a professora Rosângela Paz, que pudessem discutir na Comissão Organizadora sobre esse assunto, tirando um posicionamento do Conselho Nacional acerca do SUAS frente ao combate à pobreza, visto que quando o Programa fosse implementado, teriam condições de dialogar por conhecerem a temática. O Presidente ponderou ser importante que a Comissão Organizadora tivesse esse posicionamento, colocando a postura do Conselho, sendo a Presidência Ampliada, com mais alguns convidados, o espaço para essa discussão. O Conselheiro José Crus sugeriu que a discussão sobre a reforma tributária ficasse para julho e esse debate seria trazido em junho para o Pleno, considerando a urgência de se ter um posicionamento nesse debate. O Presidente questionou se teriam condições de o fazer, visto ter sido aprovado o relato da Presidência Ampliada. O Conselheiro José Geraldo concordou com as colocações da Conselheira Simone, devendo se ter conhecimento do que a Assistência Social poderia contribuir com esse Programa. A Conselheira Eutália, referiu-se ao que havia colocado no dia anterior, com o Conselho tendo que ter um posicionamento discutido coletivamente, visto que o Programa seria debatido no CNAS e implantado, tendo uma parte que cabia ao SUAS, à Assistência Social. Concordando com a Conselheira Simone, ponderou que sabiam que a parte que lhes cabia era o acompanhamento das famílias, tema que também precisava ser aprofundado como estratégia de atuação nas ações, nas políticas de enfrentamento à pobreza. O Presidente considerou pouco o tempo destinado para esse debate, passando à Indicação de nomes. A Conselheira Simone sugeriu convidar a Ministra Teresa Campello e a professora Luciana Jaccoud, Secretária Nacional, com o Presidente indicando a Sra. Ana Fonseca, Coordenadora do Programa, que falaria do programa e algum pensador da Assistência com profundo conhecimento da Política, citando as Sras. Rosângela ou Berenice. O Conselheiro José Geraldo sugeriu que, caso a Sra. Ana não pudesse comparecer, fosse convidada a Coordenadora do Comitê que estava montando toda a estrutura do Programa. A Conselheira Maria Aparecida propôs o Ministro Gilberto de Carvalho e a Ministra do MDS, Teresa Campello. O Presidente esclareceu que tratariam da Assistência Social frente ao problema da erradicação da miséria, com alguém com olhar sobre esse programa e com outro convidado fazendo o contraponto com a leitura da Política de Assistência Social. O Conselheiro Sérgio Wanderly sugeriu a Sra. Ana Fonseca e um estudioso. Observou que estavam no meio de Conferências Municipais, com os municípios e seus prefeitos preocupados por terem sido chamados a uma responsabilidade, mas querendo ser parceiros. Encontrava que a presença desses convidados, divulgadas para os municípios, inclusive no site e com o material recebido pelo MDS, ajudaria a deixá-los mais tranquilos, esclarecendo a situação. O Presidente indagou se esse colóquio seria no Pleno, com a Conselheira Simone respondendo afirmativamente, O Conselheiro José Crus indagou qual o procedimento, com o Presidente esclarecendo que a proposta era fazer um diálogo sobre o Brasil Sem Miséria e da Assistência Social. O Conselheiro José Crus sugeriu que deveriam trazer especialistas da área da Assistência Social para se prepararem para um debate com a agenda do governo brasileiro, traduzida com o Programa Brasil sem miséria, encontrando serem dois momentos. A Conselheira Simone sugeriu convidar a Secretária Ana Fonseca, e a Sra. Luciana Jaccoud, que vinha discutindo a questão do acompanhamento familiar. O Conselheiro José Geraldo ponderou

que o grande mérito desse programa seria criar sinergia entre o que se fazia atualmente. O Presidente indicou a proposta de chamar a Ministra e as Sras. Ana Fonseca e Luciana Jaccoud, com a Conselheira Simone sugerindo convidar a Ministra, devendo ficar claro que queriam discutir o tema do combate à pobreza. O presidente considerou aprovado o relato da Comissão de Política, informando que alguns Conselheiros permaneceriam em Brasília para o GT de Regulação do inciso III e IV do art. 3º da LOAS. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de      de      de dois mil e onze.